



UFSM

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

***Yo!* NARRATIVIDADE URBANA:
OS GRITOS DA PERIFERIA**

Raquel Bevilaqua da Silva

PPGL

Santa Maria, RS, Brasil

2005



UFSM

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
***Yo!* NARRATIVIDADE URBANA:**
OS GRITOS DA PERIFERIA

Raquel Bevilaqua da Silva

PPGL

Santa Maria, RS, Brasil

2005

***Yo!* NARRATIVIDADE URBANA:
OS GRITOS DA PERIFERIA**

por

Raquel Bevilaqua da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras, sob orientação da prof^a Dr^a Amanda Eloina Scherer, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Letras

PPGL

Santa Maria, RS, Brasil

2005

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**Yo! NARRATIVIDADE URBANA:
OS GRITOS DA PERIFERIA**

elaborada por
Raquel Bevilaqua da Silva

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Amanda Eloina Scherer Presidente/Orientadora

Prof^a Dr^a Suzy Maria Lagazzy-Rodrigues – UNICAMP/SP

Prof^a Dr^a Tania Regina Taschetto – UFSM/RS

Santa Maria, 03 de junho de 2005.

**Eu quero ser sempre aquilo com quem simpatizo,
eu torno-me sempre, mais tarde ou mais cedo,
aquilo com quem simpatizo, seja uma pedra ou uma ânsia,
seja uma flor ou uma idéia abstrata,
seja uma multidão ou um modo de compreender Deus.
E eu simpatizo com tudo, vivo de tudo em tudo.
São-me simpáticos os homens superiores porque são superiores,
e são-me simpáticos os homens inferiores porque são superiores também,
porque ser inferior é diferente de ser superior,
e por isso é uma superioridade a certos momentos de visão.
Simpatizo com alguns homens pelas suas qualidades de caráter,
e simpatizo com outros pela sua falta dessas qualidades,
e com outros ainda simpatizo por simpatizar com eles,
e há momentos absolutamente orgânicos em que esses são todos os homens.
Sim, como sou rei absoluto na minha simpatia,
basta que ela exista para que tenha razão de ser.**

(Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa, *Passagem das Horas*)

AGRADECIMENTOS

À CAPES/PROCAD, pelo apoio aos meus estudos na UNICAMP, que me proporcionou uma experiência única e inesquecível;

À Prof^a Amanda, pelos caminhos apontados, pelos descaminhos, pelo saber e por incentivar-me a ampliar meus horizontes;

Aos Profes do Curso de Mestrado em Letras, pelos ensinamentos;

Aos funcionários do Curso de Mestrado em Letras, pelo profissionalismo;

Aos colegas e amigos Adilson, Vanessa e Maurício, pela ajuda, pelas expectativas compartilhadas e pelo incentivo;

À minha mãe, pela paciência e pela escuta.

SUMÁRIO

RESUMO _____	viii
ABSTRACT _____	ix
 INTRODUÇÃO _____	 1
 CAPÍTULO I	
SOCIEDADE PÓS-MODERNA _____	5
1. Transformando a Cidade _____	5
2. A Torre de Babel _____	10
3. O poder na cidade – uma questão de norma _____	14
4. Ordem e disciplina na cidade – o discurso <i>do urbano</i> _____	22
 CAPÍTULO II	
DESCRIÇÃO DO OBJETO E CONSIDERAÇÕES PARA A INTERPRETAÇÃO _____	33
1. ‘O Rap dos Crioulos Doidos’ _____	33
2. ‘Os Manos na Fita’ – Racionais MC’s _____	42
3. Considerações para a Interpretação _____	47
4. ‘Os ‘mano’ dão a letra’ – condições de produção do discurso do Hip-Hop _____	55
 CAPÍTULO III	
ENTRE O BEM E O MAL: OS ‘MANO’ FAZEM A RIMA _____	66
1. Algumas Considerações Iniciais _____	66
2. “Ovelha Branca da Raça, Traidor!” – O Sujeito Enunciador e o Sujeito chamado _____	71
3. “Escolha seu Caminho” _____	79
4. “O Réu é Culpado” – Vestígios do Jurídico _____	92

HIP-HOP E AS TRIBOS URBANAS	101
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	105
ANEXOS	109

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Letras

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Yo!* NARRATIVIDADE URBANA:*OS GRITOS DA PERIFERIA**

AUTORA: RAQUEL BEVILAQUA DA SILVA

ORIENTADORA: PROF^a DR^a AMANDA ELOINA SCHERER

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 3 de junho de 2005.

O presente estudo analisa três textos musicados do grupo de Hip-Hop Racionais MC's, da periferia de São Paulo, sob a ótica discursiva. Destacamos nesses textos recortes referentes ao modo como o rapper, habitante da periferia, interpela outro sujeito, também morador desse espaço, para que ele se identifique às normas de conduta que regem a vida dos grupos da periferia. Além disso, trabalhamos com a hipótese de que as normas de conduta investigadas constituem dois universos discursivos antagônicos, o do Bem e o do Mal. No primeiro, estariam os habitantes da periferia que obedecem às normas instituídas socialmente; no segundo, estariam todos os outros sujeitos, considerados inimigos do grupo da periferia (brancos de poder aquisitivo superior, negros que não seguem as normas da periferia). Dessa forma, o rapper contrapõe o seu universo (do Bem) ao universo dos outros sujeitos (do Mal). No entanto, observamos que o universo do Mal deixa seus vestígios na formulação do dizer do rapper. Esses vestígios são marcas discursivas que procuramos identificar e analisar, fazendo relações com elementos lingüísticos e discursivos em que consideramos as abordagens da sociedade pós-moderna com seu processo de inclusa/exclusão social, do funcionamento do jurídico e do político nessa sociedade e suas relações com a formulação do dizer do rapper.

Palavras-chave: narrativa urbana – interpelação – identificação – formação discursiva

ABSTRACT

Master Research

Programa de Pós-Graduação em Letras

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Yo!* URBAN NARRATIVE:*THE SCREAMS FROM THE PERIPHERY**

AUTHOR: Raquel Bevilaqua da Silva

ADVISER: Prof^a Dr^a Amanda Eloina Scherer

Date and Local of the Presentation: Santa Maria, June 3rd 2005.

The present study analyzes three musical texts by the Hip-Hop group Racionais MC's, from the periphery of São Paulo under the discursive view. We have selected in these texts cuttings referring to the way the rapper, inhabitant of the periphery, interpolates another subject, also inhabitant of this space, for him to identify himself to the rules which govern life of groups from the periphery. Furthermore, we work with the hypothesis that the investigated conduct rules constitute two opposing discursive universes, the Good one and the Bad one. In the first one, would be those inhabitant of the periphery who obey to the socially instituted rules; in the second one, would be all the other subjects, considered enemies of the periphery group (white subjects with superior acquisition power, black subjects who do not follow the rules of the periphery). This way, the rapper opposes his universe (the Good one) to the universe of other subjects (the Bad one). However, we observe that the Bad universe leaves signs in the formulation of the rapper's saying. These signs are discursive marks which we aim at identifying and analyzing, making relations to linguistic and discursive elements in which we consider the approaches of the postmodern society with its social inclusion/exclusion process, of the working of the juridical and political spheres in this society and its relation to the formulation of the rapper's saying.

Key-words: urban narrative – interpolation – identification – discursive formation

INTRODUÇÃO

Se pensarmos nas questões que envolvem a vida nas grandes cidades do mundo, mais especificamente, a vida em sociedade em uma metrópole como São Paulo, por exemplo, seremos, inevitavelmente, levados a considerar alguns aspectos inerentes a ela. Um deles é a quantidade imensa de objetos e de sujeitos que, de certa forma, fornecem um entendimento aparente de cidade enquanto *locus* de desorganização, de caos, que conduz à marginalidade, à violência. No entanto, ao mesmo tempo, a cidade apresenta-se como um lugar de ordenamento, de administração, de civilidade. É ainda entendida enquanto espaço em que a tecnologia, a modernização e as grandes concentrações de renda contrastam com a pobreza crescente, o desemprego, a exclusão social, a violência, a criminalidade e o desespero.

Em uma época em que a realidade surge como algo 'fragmentário' e que a violência urbana parece preocupar os sujeitos que habitam os grandes centros urbanos (basta que liguemos a TV para nos depararmos com a mídia e com os programas políticos que põem em relevo a questão da violência urbana), é necessário que se pense em um estudo que não entenda a cidade a partir de uma perspectiva organizacional, normatizadora, mas que busque criar dispositivos de análise a fim de compreendê-la em sua multiplicidade, pluralidade de sentidos, formas outras de se significar. É a partir de um estudo que se baseie nestes propósitos que poderemos pensar em compreender não somente a própria cidade, como também a nós mesmos, seus sujeitos.

Paulo Capella¹ descreve a cidade como uma ‘esfinge aparentemente indecifrável’, mas que descrita e compreendida por meio da construção de dispositivos de análise, é capaz de fornecer uma concepção de seus próprios sujeitos.

Esfinge aparentemente indecifrável, a cidade é definida por uma certa mitologia do urbano como espaço de desordem e da ausência de lógica organizacional (...). Ao cair a máscara aterradora da esfinge poderemos, como Édipo, enxergar a nós mesmos.

Sob a perspectiva da Análise de Discurso, a cidade é compreendida enquanto um “(...) sítio de significação que demanda gestos de interpretação particulares” (Orlandi, 2001a: 186), um espaço em que coexistem inúmeros sujeitos que, por sua vez, reverberam a forma pela qual a cidade funda sentidos neles, concretizando gestos específicos de interpretação. São sujeitos que têm de ser, infalivelmente, assujeitados à língua e à história para produzir o seu dizer: “(...) Como falarmos sem sermos afetados pela língua? Como significarmos se não nos inscrevermos na história? (...)” (Orlandi, 2001b: 19). Inúmeras vozes que procuram extravasar os sentidos que o espaço urbano lhes incita, mas as quais nem sempre são ‘autorizadas’ de fazê-lo. Isto se justifica porque há um discurso do urbano que procura governar a cidade, impor-lhe regras, normatizando seus sujeitos, suas falas e o modo de significar a cidade.

Desta maneira, outras formas de atribuir sentido à cidade precisam vir à tona. Os atos bruscos, desesperados, violentos são considerados, sob esta perspectiva, como uma das formas de tentar fazer a cidade (se) significar por sentidos outros.

Mas não é somente sob a forma de violência que os sentidos silenciados buscam significar o espaço urbano. As falas desorganizadas que, de acordo com Orlandi (2001 a: 186) podem ser compreendidas enquanto que “(...)

¹ <http://www.comciencia.br/resenhas/cidades/orlandi.htm>

lugares em que o sentido falta, incidência de novos processos de significação que atingem, ao mesmo tempo, a ordem do discurso e a organização social urbana.”, ainda segundo a autora (idem, p. 187), “(...) emergem como indícios de um processo de significação em que os sujeitos são considerados fora do discurso politicamente, historicamente, lingüisticamente”. Desse modo, as falas desorganizadas também constituem uma espécie de estratégia (lingüístico-discursiva) que busca significar a cidade por meio de sua desorganização social urbana.

As falas desorganizadas estão presentes em um dos muitos discursos urbanos, como no discurso do Hip-Hop, cuja base é o rap (ritmo e poesia), chamado também de narrativa urbana². Bem antes de obedecer à tipologia tradicional narração, descrição, dissertação, a narrativa urbana é definida por Orlandi (2004a: 30) como “(...) palavras da cidade, parte da cena.”

O estudo da narrativa urbana também tem sido realizado pela professora Dr^a Eni P. Orlandi (2001a, 2001b), da Unicamp. Em seus trabalhos, ela tem buscado compreender de que forma o rap atravessa a espessura semântica da cidade e consegue atingir o seu real, apresentando-o enquanto *flashes*, parte do real. Ela entende que este dizer desestabiliza o discurso que impera na cidade, visando administrá-la, ao fazer uso de estratégias lingüístico-discursivas que desafiam a imposição organizacional do discurso *do* urbano (da ordem vertical, que hierarquiza as relações sociais e impede novas formas de significar a cidade). Assim, o rap funciona como “(...) uma exposição de um pedaço do real do qual [faz] parte” (Orlandi, 2001b: 20), apresentando novas formas de significá-la, novos sentidos que este espaço funda em seus sujeitos.

Pensamos a maneira pela qual a cidade é significada pelo rap. Mais do que isso: pensamos o rap enquanto um discurso que perturba a ordem imposta pela organização do jurídico. Entretanto, observamos vestígios dessa organização do jurídico na formulação do discurso do rap. Nosso objetivo é

² Orlandi (2001b: 23) parte das falas desorganizadas e denomina de “narrativa urbana” o discurso que faz a cidade ser significada, fundando sentidos, sob a forma de uma vitrine do seu real concreto.

examinar o funcionamento discursivo desse dizer, por meio do processo de interpelação-identificação realizado pelo sujeito enunciador dos textos a um outro sujeito, morador da periferia. Para esse fim, consideramos as condições de produção desse discurso, as estratégias lingüístico-discursivas e seus efeitos de sentido. Vamos atrás de enunciados de três textos musicados de Hip-Hop, que reúnem música e poesia, nos quais entendemos o rap enquanto fala que desorganiza, perturba, mas também que apresenta vestígios da organização do jurídico.

Nosso objeto de estudo consiste em três textos musicados de um grupo de Hip-Hop, Racionais MC's, da capital paulista. Dentre esses textos musicados selecionados, estão, em ordem cronológica de apresentação, "Voz Ativa" (1992), "Negro Limitado" (1992) e "Júri Racional" (1994).

Nosso trabalho está dividido em quatro partes. A primeira parte faz referência à sociedade pós-moderna, à constituição das grandes cidades, à ordem e à administração na/da cidade e ao discurso do urbano, da instância do político e do jurídico e que visa administrar a cidade. A segunda parte remete à descrição de nosso objeto de estudos (o discurso da periferia), à metodologia utilizada e às condições de produção desse discurso. A terceira parte é composta pelas representações do rapper³ e do sujeito a quem ele se refere nos textos musicados, pela análise da formulação de seu dizer e pelos vestígios que a organização/administração da cidade deixa na formulação do seu dizer. A última parte traz uma maneira diversa de se trabalhar com os grupos de Hip-Hop, isto é, sob o conceito de tribos, esses grupos são entendidos de uma forma diferente da nossa, embora existam algumas semelhanças entre *tribalização* e o nosso entendimento de grupos de Hip-Hop.

³ *Rapper*: termo inglês para nomear o sujeito que não só compõe músicas de rap, mas também aquele que as canta. Em nosso trabalho, usaremos *rapper* para nos referirmos ao sujeito enunciador dos textos musicados.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE PÓS-MODERNA

1.- Transformando a Cidade

A sociedade atual tem passado por grandes transformações em níveis sociais e econômicos. A Revolução Industrial, que ocorreu na metade do século XVIII, na Europa, foi responsável por uma profunda reestruturação da sociedade. A partir dela, a mão-de-obra humana foi substituída pelas máquinas e houve uma abrupta separação entre os donos do capital (e da matéria-prima e maquinaria) e os operários, que passaram a assalariados. Com a produção de bens excedentes, uma nova estrutura social emergiu desde então e o que se tem presenciado são os contornos de uma sociedade voltada para o consumo e a configuração de gigantescos centros urbanos (Ianni, 1999).

De acordo com Vogt (2002), os grandes centros urbanos são frutos da Revolução Industrial e, em particular, da revolução científico-tecnológica, ocorrida na segunda metade do século XIX. A partir de então, o mundo se apresenta tal como hoje o conhecemos:

(...) a eletricidade, os derivados do petróleo, os veículos a motor de combustão interna, as indústrias químicas, os transportes urbanos, interurbanos e intercontinentais, o rádio, a fotografia, o cinema, o fonógrafo, mais tarde, na década de 20, a televisão e os grandes parques de diversão e lazer destinados ao entretenimento de uma população de trabalhadores, cada vez maior nas cidades, vivendo das novas formas de trabalho próprias da economia industrial.⁴

⁴ VOGT, Carlos. *A Cidades e os Muros*. 2002. <<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid01.htm>>.

Sob o ponto de vista de Vogt (2002), a era pós-industrial e as políticas atuais de neo-liberalismo têm corroborado para que uma significativa concentração populacional nas cidades mais desenvolvidas ocorresse. A cidade de São Paulo, por exemplo, recebe, por ano, uma massa expressiva de migrantes de todo o país, principalmente do nordeste, em busca de trabalho. Entretanto, é de conhecimento comum que a maioria das cidades, principalmente as que se situam em países periféricos, ou de Terceiro Mundo, não possui uma infra-estrutura econômica e social que possa atender à crescente demanda de seus habitantes por emprego, saúde, educação, saneamento básico.

Pensada sob uma perspectiva discursiva, Orlandi (2001*b*: 12) define a cidade como “um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes”, espaço este em que, ainda segundo a autora (2001*a*: 186) “(...) o social é significado pela quantidade”. Isto quer dizer que não há cidade sem seu elemento constitutivo, a quantidade, entendida como grande número de sujeitos, de objetos, de situações, tudo reunido no mesmo espaço.

Para Orlandi (2001*a*: 195), a partir da noção de quantidade, surge a reflexão sobre o lugar comum; logo cidade é entendida como lugar comum, espaço de todos e de ninguém. O clichê e o estereótipo⁵ são, nessas condições, inevitáveis e fazem surgir a idéia de comum em forma de “ambigüidade: de todos e/ou banal” (Orlandi *idem*, *ibidem*). Passa a haver uma “(...) ideologia que ao mesmo tempo fala do povo para melhor o excluir (...)” (Orlandi, 2001*a*: 197).

Esta ideologia, que entende a quantidade enquanto algo banal, prosaico é fruto de transformações de paradigmas, de comportamentos, de novos valores que têm redefinido as relações sociais. Para muitos teóricos da área dos estudos filosóficos e sociais como Lyotard (1986) e Bauman (1998), os

⁵ Entendido enquanto “(...) imagens mentais que mediatizam nossa relação com o real.”, afirma Orlandi (2001*b*: 17) ao retomar Lippmann. A autora (*idem*) completa afirmando que é o lugar da repetição, da fixação dos sentidos, do elemento comum.

termos modernidade e pós-modernidade são utilizados para nomear essas transformações, ocorridas em diversos setores da sociedade em nível mundial.

Segundo Ianni (2000: 133), as diferenças entre modernidade e pós-modernidade residem em suas diferentes visões de mundo. Aquela passa pela idéia de continuidade, integração, todo e real. Esta, pela noção de descontinuidade, fragmentação, parte e virtual. No entanto, para Ianni (idem), a distinção entre modernidade e pós-modernidade não é pertinente, pois, embora representem entendimentos do espaço e tempo diferentes, ambas têm origem “no interior do mesmo processo civilizatório iniciado com a Renascença, a Reforma, a descoberta do Novo Mundo, o mercantilismo e a revolução copernicana” (idem, 133). Ianni (idem, 134) assevera ainda que

(...) as categorias modernidade e pós-modernidade estão sempre reciprocamente referidas, dialeticamente determinadas. Ao mesmo tempo em que se polarizam e se excluem, articulam-se, imbricam-se e subsumem-se. Tanto como realidades socioculturais como enquanto elaborações teóricas, estão sempre reciprocamente determinadas, associadas – inidissociáveis.

A pós-modernidade pode ser compreendida, então, enquanto uma era em que a realidade parece estar fragmentada, dispersa. Isto pode ser entendido a partir da modernização dos meios de comunicação e do acesso à informação, cada vez em maior número e apresentada como *flashes* do real, momentâneas. De acordo com Ianni (1999: 211), na pós-modernidade, “Troca-se a experiência pela aparência, o real pelo virtual, a história pelo instante, o território pelo dígito, a palavra pela imagem”.

Todas essas trocas dão a impressão de uma realidade segmentada, dispersa, fragmentada. Ao invés de palavras, de memória (entendida enquanto memória histórica) temos a imagem, o instante, o aqui e agora, o hedonismo, entendido enquanto a busca pelo prazer.

Ianni (1999: 213) atenta ainda para outras mudanças trazidas pela era pós-moderna:

Privilegia-se o dado imediato, evidente, cotidiano, inesperado, prosaico, surpreendente, fugaz. A violência urbana e a guerra, da mesma forma que o show da televisão, o futebol, o shopping center, ou a Disneylândia são imagens espetaculares do espetáculo cotidiano sucedâneo da experiência da vida das tensões dos movimentos da história.

Ianni (1999: 206) afirma que é bastante provável que uma parte da produção e do debate acerca da pós-modernidade tenha emergido, principalmente, na época em que se acentuam os sinais da globalização de coisas, de gentes e de idéias. A globalização, segundo o autor, é uma das grandes responsáveis pelas mudanças significativas pelas quais a sociedade vem passando como também por parte da emergência da sociedade de consumo. Ela instaurou a era do consumo, era em que tudo pode ser comercializado, inclusive as relações sociais. Tudo se torna parte da chamada 'aldeia global', onde tudo cada vez mais se assemelha com tudo pela imposição de um mundo homogeneizado.

Aliada a mudanças de ordem social, cultural e sobretudo econômica, o que se vê é uma transformação significativa das relações sociais "(...) no sentido de uma maior fragilidade e isolamento (...)" do sujeito (Gonçalves, 2002: 91). Desta forma, vemos surgir uma espécie de individualismo e de uma nova sociabilidade sem precedentes.

Ainda sob esta perspectiva, Souza (1999: 22) afirma que a modernidade ou, mais especificamente, a pós-modernidade é responsável pela "(...) universalização do consumo de bens materiais e culturais". A busca da felicidade individual atinge seu ápice, "(...) a sociedade canalizou seus sentimentos para as necessidades da sobrevivência física e psíquica, em um mundo cada vez mais marcado pela dissociação entre esfera pública e esfera do trabalho e voltado para as teatralizações privadas do eu" (idem, 35).

Conseqüentemente, nesta sociedade, o social tem cedido cada vez mais lugar ao individual.

O individualismo tem assumido contornos exacerbados e, conforme Ianni (1999: 98), pode ser descrito como “O individualismo possessivo, relativo à propriedade, à apropriação e ao mercado (...)” e pode ser entendido como um dos objetivos da sociedade capitalista, uma vez que esta tem interesse em ampliar mercados, fazer consumir, aumentar a competitividade para uma melhor qualificação e exploração da mão-de-obra. Desta maneira, modernizar, isto é, ir em busca dos avanços da tecnologia, pode ser compreendido como “(...) individualizar, urbanizar, industrializar, mercantilizar, racionalizar” (Ianni, 1999: 99), ou seja, aquilo que corresponde à “modernização” e todas as suas conseqüências, bem como à ordenação, ao governo, ao planejamento, práticas que afetam diretamente as relações sociais e, portanto, o sujeito.

Em meio às mudanças trazidas pelas eras moderna e pós-moderna, está o sujeito. O sujeito pós-moderno é concebido como um consumidor de serviços das mais variadas espécies. O discurso veiculado pela pós-modernidade apresenta o sujeito voltado para si, para suas satisfações pessoais, realizadas por meio do consumo. Segundo Magalhães e Amaral (2001), há uma lógica do capital que sobrevive ao impor a exploração da mais-valia, conseqüentemente, opera para que o sujeito esteja sempre em “(...) busca incessante de satisfações individuais (...)” (idem, 56).

O início desse processo de individualização do sujeito procede após uma época que primava por um estilo de vida luxuoso e hedonista, o qual adquiriu uma forte conotação mercantil e individualista com a ascensão da burguesia, mais precisamente, após a Revolução Industrial (Ianni, 1999). Desde então, instaurou-se uma valorização social do consumo, uma era em que a mercantilização dos objetos e até das relações sociais é possível. É a era dos modismos, dos produtos descartáveis, da busca incessante pela novidade e pelo prazer para o homem moderno.

Essas mudanças são sentidas pelo sujeito da periferia. O fragmento abaixo é de um texto musicado do grupo Racionais MC's e faz menção aos novos valores advindos das sociedades moderna e pós-moderna em que lucro, competitividade e consumo são fatores estruturantes.

A lei da selva consumir é necessário/ Compre mais, compre mais/ Supere o seu adversário/ O seu status depende da tragédia de alguém/ É isso, capitalismo selvagem⁶

No entanto, é necessário lembrar que a intensificação do consumo não é para todos, senão para uma parcela restrita da sociedade, uma vez que é possível contemplar, nas grandes cidades, uma espécie de abismo social, materializado nas paisagens dos grandes centros urbanos, que separa seus habitantes.

2.- A Torre de Babel

Hei, São Paulo, terra de arranha-céu
A garoa rasga a carne é a Torre de Babel⁷

A idéia da torre de babel fornece um aspecto interessante do entendimento de cidade. A expressão babélica, segundo Ianni (2000: 136), pode ser definida como "(...) um todo em busca de uma estrutura, um caos em busca de um norte, uma multidão em busca da emancipação". É a confusão em busca da organização, é a quantidade de sujeitos e de objetos reunidos

⁶ Fragmento do texto musicado "Mano na porta do bar", do álbum *Raio X do Brasil*, de 1994. Todos os fragmentos de textos musicados presentes neste estudo são do Grupo Racionais MC's.

⁷ Fragmento do texto musicado "Negro Drama", do álbum *Nada como um dia após o outro dia*, de 2002.

num mesmo lugar e que são constituintes da cidade, é a presença da desigualdade econômica e social que redefine o território urbano e que gera a violência, é a busca da segurança e da felicidade.

Na cidade, é possível observar, de um lado, gigantescas e modernas construções que abrigam escritórios de importantes empresas dos mais variados ramos, automóveis, celulares, computadores de última tecnologia e tantos outros aparatos tecnológicos inimagináveis que seduzem e estimulam o consumo e, de outro, casebres amontoados nas encostas dos morros dos grandes centros urbanos ou à beira do asfalto, esgoto a céu aberto, filas intermináveis em frente a postos de saúde. Dado seu caráter aparentemente fragmentado e até contraditório, a cidade abriga as mais distintas formas de relações econômicas e sociais (Caldeira, 1992).

Nos últimos anos, o que se nota é um aumento das diferenças entre as classes sociais. Quanto à cidade de São Paulo, Caldeira (1992: 32) afirma que é a metrópole que melhor representa a modernidade brasileira, pois ela apresenta os paradoxos que são frutos da era moderna:

The metropolis with its 15 million inhabitants, industries and high-rises, high-tech offices and favelas, sophisticated subways and acute level of infant mortality, satellite communications and low level of literacy. (It) has become one of the best symbols of a poor but modern industrial consumption society, heterogeneous and deeply unequal.⁸

Parte desta desigualdade social, que tem distanciado ainda mais as classes populares das classes mais altas, diz respeito ao setor empregatício. De acordo com Herschmann (2000), tem havido diferenças na organização de bens de produção e de consumo bem como transformações profundas em nível de mercado de trabalho, setor em que a busca por mão-de-obra cada vez

⁸ A metrópole com seus 15 milhões de habitantes, indústrias e prédios altos, escritórios de alta tecnologia e favelas, metrô sofisticados e nível severo de mortalidade infantil, comunicações via satélite e baixo nível de alfabetização. (Ela) tem se tornado um dos melhores símbolos de uma sociedade industrial de consumo pobre, mas moderna, heterogênea e profundamente desigual. (Tradução nossa)

mais qualificada tem gerado desemprego em massa, uma vez que grande parcela da população não dispõe de condições para se qualificar (idem). Há, ainda, formas desiguais de integração “(...) em um mercado que se modifica em ritmo acelerado, desestabilizando posições consolidadas e desfazendo hierarquias ocupacionais tradicionais” (idem, p. 36).

Some-se a isso o fato de que o Estado não tem se mostrado capaz de atender à crescente demanda social por emprego, moradia, saúde, segurança e lazer. Aumenta, desta forma, uma insatisfação por parte das classes mais altas e também das populares em face de um quadro de restrições e falências dos serviços básicos.

Em termos espaciais, o resultado dessa incompetência do poder público administrativo em resolver os problemas que concernem à cidade é a paisagem de um lugar em que coexistem a pobreza crescente, o desemprego, a exclusão social e, conseqüentemente, a violência, a criminalidade, o desespero e a imobilidade social. Tudo isso, de acordo com Vogt (2002), constitui uma espécie de herança deixada de pais para filhos, de geração para geração, da desesperança advinda da

(...) incapacidade de intervenção do Estado na formulação e na orientação de políticas públicas fortes e eficazes nas áreas sociais e culturais, por ter cedido às corporações empresariais o salvo-conduto permanente da livre circulação de seus interesses focados no lucro, na circulação do capital financeiro e na concentração da riqueza produzida, numa escala jamais vista.⁹

Em decorrência das transformações socioeconômicas e das limitações dos serviços básicos, as classes alta e média resolvem as questões referentes a essas limitações procurando o sistema privado de saúde, uma educação de qualidade e segurança. As camadas mais populares ficam sem alternativas e são, de uma certa forma, ‘impelidas’ pelo próprio poder administrativo da

⁹<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid01.htm>, 2002.

cidade para habitarem suas áreas mais periféricas. Além disso, a falta de uma infra-estrutura básica em termos de moradia faz com que milhares de pessoas tenham que conviver aglomeradas em espaços quase inexistentes, em meio à falta de saneamento básico, de segurança e de assistência médica (Silva, 1998).

Segundo Silva (1998), as desigualdades social e econômica atuam como um agente transformador da cidade, redefinindo seu espaço. Em termos geográficos, as classes alta e média podem migrar para outras áreas da cidade em busca de tranquilidade e segurança. A transformação do espaço urbano é mais acentuada no início dos anos 90. De acordo com Souza (1999), a sociedade, de uma forma geral, em virtude da crescente violência, vai à procura de proteção, levantando muros ou habitando condomínios fechados.

(...) essas novas dimensões redesenharam as antigas formas de segregação e devem ser consideradas dentro do quadro mais recente de degradação da vida na cidade e de desvalorização do ambiente público (...). O cenário urbano (...) é um *locus* de conflitos e contradições, mesmo dentro do processo de redemocratização política do país. (Souza, 1999: 36-7)

Com o levantamento de muros, há uma redivisão do espaço urbano, que ocasiona o impedimento de livre trânsito por certas áreas que são protegidas por muros e que acaba por gerar um sentimento de hostilidade entre seus habitantes. Segundo Orlandi (2001a: 189), os sujeitos, que viveriam, a princípio, numa relação de contigüidade, são então separados por muros e todos que se encontram do lado de fora dos muros passam a ser encarados como um inimigo em potencial. Aqueles sujeitos que estão do lado de fora e são impedidos de trafegar livremente pela cidade sentem-se hostilizados e, muitas vezes, a violência torna-se inevitável.

Em meio a uma crescente insatisfação por parte daqueles que compõem o cenário urbano em relação a diversos setores da vida pública, a violência

parece ser o fator que mais tem perturbado a ordem em sociedade. Entretanto, a crescente violência faz com que se levantem ainda mais muros, procurando separar ainda mais os sujeitos da cidade e produzindo, conseqüentemente, mais sentidos de violência.

Quanto às atitudes adotadas pela administração pública, o que temos percebido são as propostas de soluções do problema da violência relacionadas a um aumento da vigilância nos centros das cidades realizada por meio da instalação de câmeras. Está também entre as propostas o aumento do corpo militar nas ruas das cidades. É dessa forma que inúmeros candidatos ao cargo de prefeito das eleições passadas (ocorridas em outubro de 2004) esperam resolver as questões referentes à violência, isto é, fazê-lo de forma imediatista e sem, na verdade, resolvê-lo em suas origens: exclusão social, desigualdades sociais, educação não qualificada, etc.

3.- O Poder na Cidade – Uma Questão de Norma

Aglomeração, aparente caos e confusão. Espaço em que a desordem demanda urgente administração. Um grande número de habitantes convivendo em um mesmo espaço requer controle, organização, ordenamento.

O crescimento descontrolado das cidades, a migração constante e maciça do campo para o meio urbano, desacompanhada de planejamento e de políticas sociais consistentes e eficazes, tudo isso, sobre o fundo perverso de uma distribuição de riqueza avarenta e mesquinha, reforça a tendência que aponta para grandes aglomerações humanas com fossos internos e externos, urbanos, metropolitanos, regionais e internacionais (...)¹⁰

¹⁰ Vogt (2002) <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid01.htm>

É desta necessidade de ordenamento, de organização que nasce o “enquadramento” disciplinar a partir do século XIX, referido por Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” (1996a: 176). A cidade é vista pelo autor então como o *locus* da quantidade, de inúmeros sujeitos que, se vivessem na ignorância, sem instrução, fato comum no século XVII, como explica o autor, trariam transtornos para os demais habitantes, dentre estes, aqueles mencionados por ele (1996 a: 185):

(...) a ignorância de Deus, a preguiça (com todo o seu cortejo de bebedeira, de impureza, de furtos, de bandidagem) e a formação dessas tropas de mendigos, sempre prontos a provocar desordens públicas (...)

Diante da ameaça de habitantes de comportamento perturbador da ordem social, era necessário, naquela época, que se vigiasse os sujeitos de uma forma geral e que se punisse aqueles que perturbassem a convivência na cidade. Após inúmeros métodos dispendiosos de punição severa, o desenvolvimento do panoptismo¹¹, com suas práticas disciplinares, revelou ser não só bem menos custoso à administração das cidades, mas lucrativo. Isto se deve ao fato de que a disciplinarização da multiplicidade de sujeitos tende a “(...) fazer crescer as aptidões, velocidades, os rendimentos e, portanto, os lucros (...), ela modela os comportamentos e faz os corpos entrarem numa máquina, as forças numa economia.” (Foucault, 1996a: 185).

Aos aglomerados populacionais aparentemente confusos, desorganizados, ocorre a imposição das práticas disciplinares, uma vez que a disciplina, segundo palavras de Foucault (1996a: 192), “(...) fixa; ela imobiliza

¹¹ De acordo com Foucault (1996: 177), o Panóptico, projeto de Bentham, é uma construção arquitetural de uma espécie de presídio cuja finalidade é vigiar os prisioneiros a partir de uma torre central. O dispositivo panóptico deve assegurar, por meio desta vigilância que é de conhecimento dos prisioneiros, o funcionamento automático do poder. O Panóptico pode ser utilizado ainda como “uma máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos” (idem, 180). Outra vantagem do Panóptico é a de aperfeiçoar o exercício de poder, uma vez que ele permite reduzir o número daqueles que o exercem e aumentar o número daqueles que a ele são submetidos.

ou regulamenta os movimentos, resolve as confusões, as aglomerações compactas (...).”

O poder disciplinar foi muito relevante para o surgimento e desenvolvimento das relações econômicas e sociais atuais, pois tal poder constituiu um “(...) dos instrumentos vitais para a implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlativo.”, explica Foucault (1999: 43). Aplicada aos sujeitos, a disciplina mostrou-se ser bastante útil, tendo em vista o fato de que para que a economia capitalista crescesse, era necessário recorrer à modalidade específica do poder disciplinar, pois, conforme dito antes, tal modalidade revelara-se bastante econômica e gerava o lucro.

A disciplinarização possui três critérios básicos. São eles a meta de tornar o exercício do poder nas sociedades o menos custoso possível, a disseminação do poder pelas esferas sociais e fazer com que este poder se exerça de forma dócil e útil (Foucault, 1996a: 191).

Além disso, as concentrações populacionais nas grandes cidades, sob a ótica do capitalismo vigente, ainda precisam ser vigiadas e, de um certo modo, organizadas, governadas e normatizadas. A força da disciplinarização consiste em sua capacidade de neutralizar os efeitos de contrapoder que porventura possam surgir. Para este fim, a disciplina utiliza processos de verticalização, de redes hierárquicas, processos de separação e da imposição de uma “pirâmide contínua e individualizante” (Foucault, 1996a: 193).

Na sociedade atual, há uma necessidade de vigilância dos sujeitos, visto a busca pelo aperfeiçoamento dos equipamentos de vigilância e a obsessão vigente por sua instalação em lugares públicos. No entanto, a disciplinarização dos corpos, as relações de poder e de força parecem tender mais a uma abertura do controle. Piovezani (2004) afirma que o que tem ocorrido na sociedade contemporânea da informática, da informação é a implantação de

novos tipos de sanções, de educação, de tratamento de saúde realizadas de forma obscura. Ainda segundo Piovezani¹²:

Ao se focalizar as práticas corporais, languageiras e urbanísticas da sociedade contemporânea, surgem suas aparentes contradições, posto que, aquém das reflexões sobre as relações de poder, o que se tem é abertura, sob a forma da liberação do corpo, e não mais seu disciplinamento, e da fala, e não mais sua interdição, em contraposição ao fechamento/preenchimento do espaço urbano sobre as possibilidades da cidade.

O ideário democrático e igualitarista não é efetivado, mas, pelo contrário, passa haver um deslizamento, afirma Piovezani (idem), de uma sociedade de 'controle-repressão' para uma sociedade de 'controle-estimulação'. Assim, o que antes vigorava na sociedade disciplinar sofre uma espécie de afrouxamento e o que podemos observar é a "(...) eficiência da fórmula 'Fique nu, mas seja magro, bonito, bronzeado!'" (Piovezani, idem, ibidem). Entretanto, cabe salientar que as coerções próprias da sociedade disciplinar referida por Foucault não desaparecem simplesmente, mas antes parecem receber um certo reforço tendo em vista que há em vigor um novo tipo de controle, que opera não só na forma do corpo (magro), mas também no âmbito lingüístico.

Em nível da língua, da formulação do dizer, ocorrem as imposições aos direitos à liberdade de expressão. Isto quer dizer que, de acordo com Piovezani (idem) "Todos podem/devem falar... mas não de qualquer jeito!". Impera, na língua, a norma do dizer que, se não for obedecida, revela o risco do dizer não ser ouvido, não ser entendido ou, ainda, de ser estigmatizado. Desse modo, o enquadramento disciplinar da sociedade de controle-repressão continua a existir, mas agora sob a forma das coerções dos corpos (forma física) e do dizer (a política do bem dizer).

¹² Texto da XIX Enampoll, disponível em:
http://www.geocities.com/gt_ad/carlospiovezanifilho.doc

Pensando a cidade sob esta ótica, ou seja, enquanto espaço da regra, da organização, e até mesmo da coerção das relações sociais, podemos aludir a Ianni (1999) acerca do que o autor denominou de processo de racionalização, vigente na sociedade global pós-moderna, que compreende a administração de coisas, de sujeitos, de idéias, a definição jurídica dos direitos e das responsabilidades, a codificação do que é privado e do que é público (idem: 145). Entretanto, cabe refletir sobre a quem compreende a administração do espaço público? Quem teria este 'poder'?

Do ponto de vista de Foucault (1999), o poder “transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (idem, 35), isto é, o poder circula, atravessa o corpo social. Ele não pode ser tomado como algo homogêneo que se sobreporia aos homens. E mais, o poder não pode ser compreendido apenas a partir de uma ótica jurídica que o identifica a umas lei que diz ‘não’, que proíbe, que reprime e que leva, muitas vezes, à transgressão e à violência, mas, em um sentido mais amplo, o poder deve ser entendido enquanto uma prática social que se constitui historicamente.

Segundo Leandro Ferreira (2001), a história não depende exclusivamente de uma ordem cronológica, mas organiza-se a partir das relações com o poder, estando ligada a práticas sociais. O fato, ou o acontecimento histórico, reclama sentido, demanda interpretação e, portanto, deve ser interpretado, pois ele significa, isto é, produz sentidos. É desta forma que podemos compreender o fato de que a concepção de poder está diretamente relacionada com a história, que se dá por meio de práticas sociais, uma vez que “(...) a materialidade da história é o social” (Leandro Ferreira, 2000: 37).

O poder, que se dá por meio de coerções, da disciplinarização, impõe-se sobre o real. O real, de acordo com Pêcheux (1997: 29), não é descoberto por nós, uma vez que “(...) a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra.” O real é entendido diferentemente de realidade. Ao passo que o real é “(...) função das determinações históricas que constituem as condições de

produção materiais (...)” (Orlandi, 2004: 39), a realidade é definida como “(...) a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso (...)” (idem, *ibidem*).

Devemos considerar, ainda, o ‘real da língua’, abordado por Milner. Sua origem está na Psicanálise e corresponde, segundo Leandro Ferreira (2000: 26), a “*lalangue*” (expressão francesa que em português seria traduzida por *alíngua*). Segundo Gadet e Pêcheux (2004: 32), a tese de Milner supõe que “tudo não pode ser dito”, ou seja, conforme Leandro Ferreira (2001), o real da língua pode ser definido como aquilo que escapa à possibilidade do dizer, isto é, “(...) lugar do inconsciente de onde o sujeito fala o que não pode ser dito”, é a impossibilidade de se dizer tudo por meio da língua. É o lugar da falha, do equívoco, do ‘não-sentido’, que permite novos sentidos, novos gestos de interpretação.

A imposição do espaço administrativo sobre o real (com o qual nos deparamos) é devida à existência de técnicas materiais e de disciplinarização direcionadas ao aproveitamento dos processos naturais. Essas técnicas visam produzir transformações físicas ou biofísicas e têm a ver com o real. Segundo Pêcheux (1997: 30), a estas técnicas materiais

(...) vem se juntar a multiplicidade das ‘técnicas’ de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos (...)

Já os sujeitos ou, nos termos de Foucault (1996a: 1999), os “corpos”, aquilo que é da ordem do social, enfim, a multiplicidade também fica à mercê destas ‘técnicas’ materiais lógicas que visam, na sociedade capitalista em vigor, tirar o máximo proveito de recursos naturais e/ou sociais. Essas técnicas,

conforme mencionado anteriormente, são descritas por Foucault como disciplinas e, por meio de sua aplicação, temos a atuação do poder.

Além disso, a partir dessas técnicas de disciplinarização, que se dá pelo aparelho repressivo do estado, descrito por Pêcheux (1988: 154) como “(...) o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla as identidades” temos a forma-sujeito que corresponde ao ‘sujeito de direito’, “ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres.” (Orlandi, 2002: 45). Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que o sujeito jurídico pode determinar o que diz, ele é determinado pelas condições externas de produção de sentidos.

De acordo com Lagazzi (1988), a forma-sujeito que existia na Idade Média é diferente daquela que existe hoje. Naquela época, era a forma-sujeito religioso que prevalecia, uma vez que o poder da igreja e do discurso religioso cristão condicionava a vida dos indivíduos em sociedade. No decorrer do tempo, o poder da Igreja frente ao Estado enfraqueceu, ocasionando o surgimento do sujeito-de-direito. P. Henry (1992: 137) aponta para a sua origem:

(...) a forma sujeito ‘indivíduo-sujeito’, a que apresenta o sujeito como interioridade orgânica, é a forma-sujeito constitutiva das ideologias práticas burguesas. Ela foi constituída principalmente a partir da noção de sujeito das ideologias jurídicas-políticas burguesas, através das noções de representatividade jurídica individual, de direito político individual, de propriedade privada individual transmitindo-se à filiação orgânica do indivíduo, etc.

Devido a transformações das relações econômicas e sociais ocorridas no fim da Idade Média, o sujeito religioso, submisso à ideologia cristã, cedeu lugar ao sujeito submisso ao Estado, que determina as leis. Segundo Lagazzi (1988: 20), com o progresso do Direito “O sujeito passou a centrar suas atividades em si mesmo, com suas próprias intenções, motivações, suas próprias vontades.” Diante do enfraquecimento da Igreja, o Estado fortaleceu-

se e passou à tentativa de “(...) abafar as diferenças e particularidades, na busca do cidadão comum, mediano, completamente absorvido pela ‘massa’ (...)” (Lagazzi, idem, p. 21). No entanto, a homogeneização dos sujeitos tentada pelo Estado em nada corrobora para amenizar ou apagar a hierarquia de poder entre as pessoas, uma vez que ela é característica do próprio Estado.

Sob a forma-sujeito de direito do Capitalismo vigora a idéia do lucro, do comércio, da individualização, da competitividade. Este sujeito é responsável pelas próprias ações e, além disso, representa ter autonomia em relação àquilo que diz, mas está subordinado a um conjunto de regras que se aplica a ele. A aparente autonomia em relação ao que diz deve-se ao esquecimento número um, de nível inconsciente (Pêcheux, 1988: 173), também denominado de esquecimento ideológico por Orlandi (2002: 35) “Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes.”

O sujeito-de-direito, afirma Orlandi (2002: 51), “(...) é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista”. A individualização do sujeito pelo Estado, isto é, entendida enquanto os processos de gestão social dos indivíduos, referidos por Pêcheux (1997: 30), que atuam para que se possa identificá-los, classificá-los, vigiá-los e, enfim, regê-los é uma das formas utilizadas no capitalismo para que se possa governar (Orlandi, 2002).

A individualização e suas conseqüências constituem-se para que seja possível classificar os sujeitos, segundo uma perspectiva lógica em que vigora um estado de coisas que é definido como “Verdadeiro ou Falso” com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?) (Pêcheux, 1997:31).

Foucault (1996a: 176) afirma que desde o século XIX, havia a necessidade de “(...) individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões” por meio da divisão binária e da marcação, que classifica o sujeito como ‘louco–não louco, perigoso-inofensivo, normal-anormal, e pelo método da determinação coercitiva, da repartição

diferencial, que determina quem é ele, onde deve estar, como caracterizá-lo, como reconhecê-lo, etc. É desta forma que funcionam aquilo que Foucault (idem, ibidem) denomina de “instâncias de controle individual funcional”, ou seja, o asilo psiquiátrico, a casa de correção, a penitenciária e também os hospitais. Desta maneira, é possível governar os sujeitos e deles extrair a força para a produtividade, objetivo da estrutura econômica capitalista. Esta é, segundo Orlandi (2001: 23), uma “formação discursiva¹³ (doravante FD) centrada nos sentidos de convergir, globalizar, comunicar, interagir, instrumentalizar, transformar (...)” e também disciplinar os sujeitos.

4.- Ordem e Disciplina na Cidade – O Discurso do Urbano

A cidade parece ser um *locus* de desordem, da multiplicidade de interesses e demandas, da quantidade (de sujeitos, de objetos, etc.) mal administrada. No entanto, a cidade também pode ser concebida como o “espaço por excelência da(s) civilidade(s), e daí torna-se, contraditoriamente, o espaço da regra, da delimitação dos contornos e dos papéis, como espaço e instrumento de regularização da vida social”..¹⁴

Pensando a cidade também como espaço administrativo, é importante que definamos *político* e *jurídico*, pois fazem parte da constituição do espaço urbano e são veiculados pelo discurso que trataremos a seguir, o discurso do urbano.

Indursky (2002) faz alusão aos termos político e jurídico, definindo-os enquanto termos da AD. De acordo com Corten (2002: 37), “O político é ‘de

¹³ Entendida enquanto “(...) aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada (...) determina o *que pode e deve ser dito*.” (Pêcheux, 1988: 160).

¹⁴ Paulo Capella, prefácio da obra *Cidade Atravessada : Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Eni Pulcinelli Orlandi. Editora Pontes, 2001, disponível no endereço eletrônico www.comciencia.br/resenhas/cidades/orlandi.htm

fato, em si mesmo, uma representação (...)” que põe em jogo forças de confronto entre sujeitos, sentidos que perpassam a sociedade. Indursky (idem, p. 117) completa dizendo que “a cena discursiva é o lugar de tensão. É o espaço do confronto”, ou seja, confronto dessas forças políticas. Ainda de acordo com a autora, os discursos que circulam no discurso social, que é o conjunto de discursos que circulam pela sociedade, é que constrói o político ou, nas palavras da própria autora (2002: 117),

(...) o *político* é resultado da trama de diferentes processos discursivos atravessados pelo interdiscurso¹⁵ e recortados por diferentes formações discursivas. Ou seja, para a análise de discurso, o que conta não é a *política*, mas o *político*.¹⁶

O político, ou a política, conforme Guimarães (2002:16), é definido “(...) pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos (...) é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. Guimarães (idem, ibidem) afirma ainda que o político deve ser tratado como o “(...) fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem”.

Se pensarmos na política materializada sob a forma do discurso, podemos refletir sobre o discurso *do* urbano. Segundo Orlandi (2001 b: 13), o discurso *do* urbano “(...) [toma] as formas do jurídico ou do político indiscriminadamente.” Este discurso pode, então, se autolegitimar através da política, pois simula um processo de inclusão dos sujeitos, apagando a divisão desigual do real.

O político é, ainda, resultado do trabalho de construção discursiva do social e pode ser apreendido (mas não confundido) por meio do discurso

¹⁵ O interdiscurso é “(...) aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. (...) retorna sob a forma do ‘já-dito’ (...)” (Orlandi, 2002: 31). No capítulo da Metodologia há uma abordagem mais abrangente de interdiscurso.

¹⁶ Grifos de Indursky.

político propriamente dito que, no presente trabalho, se refere a políticas públicas que visam administrar a cidade.

Mais adiante, veremos que na narrativa urbana “(...) o político entra pelo estereótipo e se dispersa em sentidos inusitados” (Orlandi, 2001a: 200), sentidos esses que não são previstos pela ótica positivista da administração da cidade. Ao invés de exibir o politicamente correto, entendido a partir de uma perspectiva de organização/administração do espaço urbano, o rap mostra o politicamente explícito, ou seja, as cenas ordinárias, comuns, reais do cotidiano.

Uma diferença entre o *discurso jurídico* e o *jurídico* propriamente dito remete ao fato de que, na concepção de Indursky (2002: 117), o discurso jurídico constitui-se pelo “(...) conjunto de textos jurídicos que estabelecem a legislação de um país, por meio da qual a sociedade é ordenada”.

Para Foucault (1999), a sociedade é ordenada por meio da Constituição. Ainda segundo o referido autor (idem), as disciplinas são responsáveis pelo exercício da regra natural (não da regra jurídica), a constituição da regra jurídica, isto é, as regras de direito que existem na sociedade, foi centrada na figura do rei e foi criada para “(...) servir-lhe de instrumento ou de justificação que se elaborou o edifício jurídico de nossas sociedades” (idem, p.30). Isto quer dizer que o discurso jurídico, sob a ótica foucaultiana, é responsável pela legitimação das práticas de poder, em grande parte exercidas pelas disciplinas.

Diferentemente do discurso do jurídico, isto é, o conjunto de leis, de normas, já referido por Indursky, ainda a partir das palavras da autora (1002: 117), o jurídico propriamente dito é

(...) resultado do trabalho de construção discursiva, instaurado na cena discursiva, pelos diferentes sujeitos históricos que nela se confrontam, pelo viés dos discursos em circulação no discurso social.

Lagazzi (1988) afirma que o jurídico perpassa o cotidiano das relações sociais por meio do que a autora chama de *juridismo*. Sob esse *juridismo* presente nas relações entre os sujeitos, segundo a autora (idem, p. 45), “Não faltam (...) regras e padrões que fornecem ao sujeito os parâmetros que ele deve seguir enquanto membro de uma determinada sociedade (comunidade).”

Conforme veremos, esse *juridismo* também pode ser observado na comunidade da periferia, estabelecendo normas e condutas para aqueles que lá vivem.

O espaço da cidade é entendido enquanto espaço da ordenação, da regularização da vida social e requer que se tenha em mente que *político* e *jurídico* “(...) convivem de forma imbricada nos discursos em circulação” (Indursky, 2002: 118), regulando e normatizando as relações sociais.

Sabendo que há um poder que se dá via disciplina (Foucault; 1996a, 1999) e que procura se manter a partir de uma lógica vertical das relações sociais e tirar o máximo de lucro possível por meio de sua aplicação, temos a necessidade de considerá-lo na organização e administração do espaço urbano. Além do fator da quantidade, já mencionado, a hierarquização vertical das relações sociais também é constituinte deste espaço (Orlandi 2001a). As relações sociais, que se dariam, a princípio, numa relação de contigüidade (em que a sociabilidade pode ser compreendida enquanto fator de vizinhança, de proximidade, de solidariedade) são verticalizadas na cidade. Isto porque, segundo a ótica foucaultiana (1996a: 195), “(...) as disciplinas caracterizam, classificam, especializam (...) hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros (...)” e, no sistema econômico vigente, elas agem para que se possa tirar o máximo de lucro do meio físico por meio da disciplinarização da força de trabalho.

Como já mencionamos, Piovezani (2004) atenta para as coerções que se dão em nível lingüístico (o sujeito não pode falar de ‘qualquer modo’). Além disso, não podemos deixar de mencionar a atribuição de sentidos frente a determinados acontecimentos, isto é, a interpretação. A interpretação é um

gesto que, na concepção de Orlandi (2004: 18) “(...) é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. (...) é o vestígio do possível. (...) É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história.” A autora afirma ainda sobre o espaço da interpretação (2004: 22):

Certamente a vida aí se põe em questão. Porque o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco¹⁷, em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito.

A interpretação, ao dar margem à significação por um sujeito pertencente a uma dada formação discursiva que é levado a interpretar diante de um fato (Leandro Ferreira, 2000), deslocaria aquilo que está ‘logicamente estabilizado’ no discurso do urbano. Este discurso (da ordem do político e do jurídico, que visa governar a cidade) contribui para a constituição de um espaço lógico e, aparentemente, homogeneizado, em que estão estabelecidos os detentores do saber, os especialistas e responsáveis de diversas ordens e onde passa a haver a imposição de uma homogeneidade lógica que vem, segundo Pêcheux (1997: 32), cobrir “regiões heterogêneas do real (...)”, ignorando os equívocos “(...) que ‘cobrem’ ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações” (idem, ibidem).

Isto quer dizer que há, agindo na cidade, uma prática de normatização dos sujeitos que se dá a partir do exercício da lei, da imposição das regras, da norma. Esta prática, assim como a disciplinarização já referida por Foucault (1996a, 1999), procura administrar o espaço urbano a partir de uma concepção positivista. Desse modo, o discurso do Hip-Hop, por exemplo, que reverbera outros modos de significar a cidade, de lhe atribuir sentidos que não se ‘enquadrariam’ nos padrões da imposição homogeneizante do espaço urbano,

¹⁷ O conceito de equívoco, aqui, é definido como a “(...) marca de resistência que afeta o sistema da língua (...)” e pode ser observado por meio de falhas, lapsos, ambigüidades, mal-entendidos, ou seja, aquilo que desestabiliza a ordem da língua. (Leandro Ferreira, 2001).

é estigmatizado¹⁸. Isto porque esse discurso apresenta-se como uma fala que desorganiza, “um modo discursivo de se trabalhar a espessura semântica da cidade” (Orlandi, 2001b: 36), uma vez que atribui novas formas de significá-la, um novo gesto de interpretação.

Os sujeitos que habitam o espaço urbano são diretamente afetados por ele e passam a produzir sentidos na cidade, isto é, passam a exteriorizar a maneira como este espaço os afeta. Desta forma, na cidade coabitam inúmeros sentidos, uma vez que ela é composta por diferentes sujeitos. Isto equivale a dizer que um sujeito pertencente à classe popular e que habita a periferia será afetado pela cidade de um modo distinto daquele que vive num condomínio fechado, por exemplo. O modo de significar a maneira pela qual o espaço urbano o afeta será diferente.

Atribuir sentido será uma tarefa distinta para os diferentes sujeitos da cidade. Se tomarmos, por exemplo, o sentido de uma palavra como ‘polícia’ para dois sujeitos pertencentes a duas formações discursivas distintas, certamente, para um sujeito que vive na periferia de um grande centro urbano e que é vítima da violência policial, esta palavra terá um sentido que não será o mesmo para um sujeito que vive num condomínio fechado e para quem, muitas vezes, a polícia representa segurança.

Estes deslizos de sentido que as palavras podem apresentar, dependendo da formação discursiva na qual estão inseridas (como no caso do exemplo ‘polícia’, que acabamos de citar) se dão por meio das relações de metáfora. Entendemos metáfora como “transferência” de sentidos (Orlandi, 2002: 44).

É através da metáfora que o sentido se constitui. Isto é, pela noção de metáfora (transferência) o sentido de uma palavra, expressão, enunciado é sempre capaz de tornar-se outro. Os sentidos são entendidos quando nos

¹⁸ O que temos observado é que, atualmente, este discurso vem ganhando um espaço cada vez maior na mídia, ao contrário do que acontecia na década de 1990 (em que se dá o nosso recorte discursivo). Pensamos que o rap, ao invés de representar uma fala que desorganiza, que perturba, vem sendo incorporado às práticas linguageiras atuais e entrando ‘na moda’.

referimos à formação discursiva na qual eles são produzidos (Orlandi, 2002). Desta forma, o sentido não se encontra atrelado ou preso às palavras, mas é “(...) determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (idem, p. 42).

No entanto, é interessante ressaltar que a ideologia não representa ocultamento da realidade, mas “(...) é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos” (Orlandi, 2002: 46). De acordo com Pêcheux (1988: 152-3), o caráter comum da ideologia

(...) é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’ (...) ‘nas quais se constitui o sujeito’ (...)

Estas evidências produzidas pela ideologia são responsáveis pela crença (ingênua) de que o sentido de uma determinada palavra só pode ser aquele e não outro, apagando seu caráter material e fazendo ver “(...) como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante” (Orlandi, 2002: 46). O que é importante entender é que o sentido das palavras muda a partir das posições ideológicas daqueles sujeitos inseridos em uma formação discursiva dada.

(...) as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos das formações discursivas nas quais se inscrevem. A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas. Ou seja, o lugar do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia. (Orlandi, 2004: 21)

Ainda em relação ao processo de significação, é importante ressaltar que “É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos” (Orlandi, 2002: 44).

Conseqüentemente, o sentido da palavra 'polícia' vai depender da referência à formação discursiva na qual ela está inscrita.

Segundo a perspectiva a partir da qual diferentes gestos de interpretação coexistem no espaço urbano procurando significá-lo, podemos remeter ao fato de que há gestos que se sobressaem aos demais, e que são originados de um discurso que visa administrar a cidade. Em outras palavras, concebida, num primeiro momento, como *locus* de desorganização, a cidade também pode ser entendida como o espaço da regra, da delimitação, da organização (Capella, 2001). Mas, a quem cabe esta organização da cidade e o poder de decidir que sentidos podem ser constituídos?

Entendemos que as relações sociais são relações de sentido. Diante de acontecimentos, somos inevitavelmente levados a interpretar, a atribuir-lhes sentido já que, segundo Orlandi "(...) não há sentido sem interpretação" (2004: 21) e o próprio sujeito é a interpretação (Orlandi, 1997). Assim, é pertinente que se atente para os discursos que se sobressaem na cidade, isto é, discursos que impõem gestos de interpretação sobre a cidade numa ótica vertical de relação.

O discurso *do* urbano prevalece na cidade (Orlandi, 2001*b*: 13), e é da ordem do político e do jurídico, como já afirmamos. Orlandi (2001*b*) faz uma distinção entre este discurso (o discurso *do* urbano) e o discurso urbano propriamente dito, ou da cidade, que corresponde a todos os outros discursos presentes neste espaço, textualizados em painéis, rodas de conversa, outdoors, etc. Em nome da administração/organização do espaço urbano, o discurso *do* urbano acaba por sobredeterminar os demais, silenciando "(...) o real da cidade (e o social que a acompanha)" (Orlandi, 2001*b*: 13).

Esse apagamento se deve basicamente a um movimento de generalização do discurso do urbanista que passa a fazer parte do senso comum produzindo uma deriva ideológica que homogeneiza o modo de significar a cidade seja pelo seu uso indiferente no discurso ordinário, mas também no discurso

administrativo, no do Estado, tomando as formas do jurídico ou do político indiscriminadamente. (Orlandi, 2001*b*: 13).

Devido a este “apagamento”, ainda segundo Orlandi (2001*b*), outras formas de atribuir sentidos à cidade são silenciadas e, quando a cidade é silenciada, ela responde significativamente, muitas vezes, na forma da violência.

Há, portanto, uma sobreposição de gestos de interpretação na cidade, por meio do discurso do urbano. Os sentidos oriundos desse discurso silenciam as demais formas de atribuir significação a partir de uma ótica vertical das relações sociais. Um efeito bastante visível desta hierarquização na cidade é a segregação e redefinição do espaço urbano. O poder administrativo da cidade e suas políticas de urbanização, segundo Orlandi (2001*a*: 188), “(...) procuram ‘limpar’ a rua, esvaziar as calçadas, extirpar os indesejáveis, através da eliminação dos espaços não planejados”. Assim como a administração limpa as ruas, tenta planejar os espaços, da mesma forma, ela tenta apagar sentidos outros que signifiquem a cidade. Tanto no nível discursivo quanto no nível espacial, há uma verticalização das relações entre os sujeitos que, por se dar na ordem hierárquica, impede a convivência nas relações de contigüidade, gerando resistência, inimizade, hostilidade (Orlandi, 2001*a*).

É possível dizer que a violência origina-se dos sentidos que são silenciados, impedidos de vir à tona e significar o espaço urbano. Tudo isso se relaciona com a sobredeterminação que o discurso do urbano exerce na cidade, pois ele é responsável por hierarquizar as relações sociais, separando sujeitos e impedindo as relações de contigüidade, vista numa ordem horizontal, que são relações de sociabilidade (de amizade, de solidariedade).

Além disso, o imaginário urbano fica saturado pelos sentidos oriundos da sobredeterminação lógica e jurídica da cidade, ou seja, a cidade fica impedida de (se) significar pelos seus ‘não sentidos’ ou sentidos ‘outros’, que advêm de outras formas de relações sociais, de outras formas de relações com o espaço urbano (Orlandi, 2001*a*). O discurso do urbano imprime, assim, uma homogeneidade lógica à cidade, cobrindo as regiões heterogêneas do seu real,

a tal ponto que tudo parece ser dado previamente, saturando-a de sentidos que não permitem a falha, as novas relações de sentido e as novas formas de significar a cidade.

Ainda sobre a cidade é necessário que se mencione o fato de que, como Orlandi (2001*b*: 17) enfatiza, o lugar comum é constitutivo da cidade. Nas palavras da autora, “A cidade, diríamos, exala, destila o lugar comum. Não há cidade sem lugar comum.” Este ‘comum’ traz consigo noções como a de estereótipo, instituídas também pela mídia. O estereótipo, vale dizer novamente, é compreendido como o lugar da repetição, da fixação dos sentidos, do comum. Assim concebido, o estereótipo deve ser tratado pela noção de pré-construído (Orlandi, 2001*b*).

Segundo Pêcheux (1988: 164), o pré-construído é explicado como “sempre-já-aí”, isto é, um elemento que é dado anteriormente, mas que representa ter desde sempre estado aí. É composto por enunciados simples que vêm de outros discursos anteriores e se apresentam como já dados, indiscutivelmente já existentes.

A concepção do discurso do urbano sobre a cidade como lugar comum concebe este ‘comum’ como algo banal, trivial. De forma análoga, o social e seus múltiplos sentidos também são reduzidos à banalidade. Ocorre, assim, aquilo que Orlandi (2001*a*: 196) denomina de “ideologia da criatividade”, da individualidade, do único vigorando no espaço urbano e que faz emergir a separação entre “(...) ciência x saber, opinião pública x autoridade da elite, individual x social” (Orlandi, 2001*b*: 18).

Souza (1999: 39) atenta para o fato de que o sujeito da cidade “(...) está cedendo espaço para um homem cada vez mais auto-centrado – ‘intimidado’ (...)”, isto é, o individualismo tem assumido suas representações máximas, o que vem reforçar o antagonismo referido social X individual. A busca incessante por aquilo que é novo, os modismos descartáveis e o crescente individualismo explicam e justificam, em parte, a presença desta ideologia da criatividade que acaba por ‘banalizar’ a quantidade, o comum.

Nesta perspectiva do comum retido enquanto banal, a opinião pública é, portanto, reduzida também à banalidade, uma vez que é confrontada com a 'autoridade de elite'. Em outras palavras, sob a vigência da ideologia da criatividade, que banaliza tudo aquilo que é da ordem do social, da massa, do povo, a opinião pública fica também banalizada. Aquilo que é da instância do comum, assim sendo, passa a assumir uma representação pejorativa. Entretanto, o rap, com toda uma estrutura lingüístico-discursiva diferenciada, vai desestabilizar esta representação, instalando, muitas vezes, um flagrante da cidade tal como ela se lhe apresenta. Em nosso estudo, observamos essa desestabilização; porém, é importante mencionar que observamos também os vestígios da organização do jurídico na sua formulação.

CAPÍTULO II

DESCRIÇÃO DO OBJETO E CONSIDERAÇÕES PARA A INTERPRETAÇÃO

1.- ‘O Rap¹⁹ dos Crioulos Doidos’

Meu rap é linha de frente dessa guerrilha²⁰

Conhecido como movimento de contestação da realidade, o Hip-Hop tem início nos anos 70, fruto da violência e da exclusão sofrida pelos negros americanos subjugados por um sistema político desigual, habitantes dos guetos de Nova York, mais especificamente do Bronx, Estados Unidos. A ‘cultura das ruas’, como também é conhecido por seus simpatizantes, possui cinco elementos em sua composição: o rap, o break (a dança), o grafite (o desenho), o MC (mestre de cerimônias – geralmente o vocalista) e o DJ (disc-jóquei, que comanda o som) (Do Vale, 2005).

Apesar de sua origem norte-americana, o Hip-Hop, ao chegar em São Paulo por volta da década de 80, passou por um processo de readaptação às condições nacionais. Mais especificamente, ele assume os contornos da situação da cidade, tendo em vista as condições locais de transformação do espaço urbano refletidas na busca da elite e das classes mais altas por segurança por meio do levantamento de muros e da criação de condomínios fechados. Segundo Silva (1998: 14),

Neste momento, o rap surge como o principal registro do *apartheid* social. Através de categorias próprias, as músicas têm se fixado em questões relativas à segregação socioespacial. Registram principalmente as implicações do processo de fortificação urbana que separa a elite em

¹⁹ É necessário que não confundamos rap e Hip-Hop. O rap é a base do movimento Hip-Hop, isto é, o rap é o estilo musical sobre o qual as músicas de Hip-Hop são criadas. Ele é um dos cinco elementos que compõem o Hip-Hop (Do Vale, 2005: 69).

²⁰ Fragmento da música “De volta à cena”, do álbum *Nada como Um dia Após o Outro Dia*, de 2002.

condomínios fechados e as classes populares nas zonas de guerra da periferia.

Na sociedade tal como ela se apresenta hoje em que as 'identidades tradicionais' estão sendo desfeitas e outras tantas recriadas, o Hip-Hop tem atuado como uma identificação daqueles que habitam a periferia e que são submetidos a um sistema social de exclusão (Herschmann, 2000). O movimento tem sido um poderoso instrumento que dá voz aos excluídos, seja pela sua política de agregação dos sujeitos que vivem na periferia, seja pelo processo argumentativo pelo qual o rap se apresenta e que possibilita que os sentidos silenciados venham à tona. De acordo com Orlandi (2001: 22), "o rap nos aparece como tendo uma textualidade que acentua o aspecto argumentativo", passando por temáticas variadas, mas que sempre trabalham com noções como o comum, o banal. O relato, segundo a referida autora (idem, ibidem), "faz parte da argumentação como atestação da realidade vivida sem distância."

A agregação daqueles que compõem o movimento e que se autodenominam 'a voz da periferia' deve-se também ao fato de que grande parte deles tem em comum a questão de serem descendentes de negros, a origem migrante, principalmente da região nordeste do país, e a condição segregada (Silva, 1998). Partilhando das mesmas condições de socialmente excluídos, pobres, moradores da periferia, os integrantes do movimento se identificam por meio dos enunciados 'manos', 'sangue-bom', 'trutas', enunciados esses que conferem uma espécie de camaradagem, de companheirismo entre eles e que mostra a vontade de se agregarem para se colocarem 'contra o sistema'. Isto quer dizer que, mais do que um fenômeno estético-musical, o rap se apresenta como "(...) uma forma de autoconhecimento e (re)ação dos jovens da periferia aos processos sociais que os atingem de forma específica" (Silva, 1998: 15).

A condição de 'anti-sistema' enfatizada pelos integrantes do Hip-Hop tem a ver com um dos objetivos do movimento, o autoconhecimento para

posterior engajamento político, isto é, semelhantemente ao que fizeram os hip-hopppers norte-americanos, os integrantes do movimento brasileiro também se lançaram na busca do percurso histórico de seus ancestrais. A 'história oficial', segundo eles, não diz respeito à sua própria história enquanto sujeitos, pois por meio dela não seria possível compreender "(...) a trajetória da população negra na América e no Brasil" (Silva, 1999: 29). Ainda de acordo com o Silva (idem, ibidem),

Livros como *Negras Raízes* (Alex Haley), *Escrevo o que eu quero* (Steve Byko), biografias de Martin Luther King e Malcom X, a especificidade do racismo brasileiro (...) bem como lutas políticas da população negra passaram a integrar a bibliografia dos rappers.

Observamos a estratégia de resgate do tema história do povo negro também em seu contexto original nos Estados Unidos. Muitos cantores e entusiastas do rap americano afirmam que este estilo musical é responsável não só pela auto-estima, auto-ajuda e busca pelo autoconhecimento e auto-aperfeiçoamento do povo negro, mas também funciona como um meio difusor do senso positivo da história dos negros, ignorada por outras instituições americanas, conforme explicita a passagem abaixo:

Many rap enthusiasts assert that rap functions as a voice for a community without access to the mainstream media. According to advocates, rap serves to engender self-pride, self-help, and self-improvement, communicating a positive and fulfilling sense of black history that is largely absent from other American institutions.²¹

²¹ "Rap," *Microsoft® Encarta® 98 Encyclopedia*. © 1993-1997 Microsoft Corporation. Muitos entusiastas do rap afirmam que o rap funciona como uma voz para uma comunidade sem acesso à mídia convencional. De acordo com os apoiadores, o rap serve para estimular orgulho próprio, auto-ajuda, e aperfeiçoamento próprio, comunicando um sentido positivo e gratificante da história dos negros que está amplamente à margem de outras instituições americanas. (Tradução nossa)

A estratégia de resgate da história do povo negro que, segundo os integrantes do Hip-Hop, não é relatada pela 'história oficial' é um importante recurso para a rememoração de fatos e acontecimentos que constituem a memória coletiva de seu grupo social e para a constituição de suas identificações. É importante destacar que, na ótica discursiva, a história tem a ver com a memória coletiva, com a inscrição de acontecimentos nessa memória, que vêm a compor o interdiscurso, isto é, "(...) aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (...), o saber discursivo que torna possível todo o dizer (...)" (Orlandi, 2002: 31) no qual estão presentes noções como a de pré-construído, os 'já-ditos' que vão fundar os sentidos no dizer dos sujeitos da periferia. Nesta perspectiva, o que eles indicam por 'história oficial' pode ser compreendida como a reunião de acontecimentos que, em grande parte, não têm relação com a vivência e experiência dos sujeitos da periferia, pois não relatam "(...) um senso satisfatório da história dos negros (...)".²²

No Brasil, o rap, além de promover a busca pelo autoconhecimento, pela compreensão da trajetória da população negra, também é responsável por se constituir no imaginário da sociedade. Segundo Paz Tella, (1999: 61)

O rap transforma-se num veículo de construção de identidades, trazendo a formação da consciência da violência praticada contra a população negra em toda a história do Brasil (...) O rap tem a função de estimular o rompimento com os padrões – embranquecimento, conformismo, cordialidade – que habitam o imaginário de nossa sociedade.

A mídia é responsável por aquilo que compõe o imaginário social no qual o negro ocupa uma posição menos favorável que o branco. O imaginário, de acordo com Orlandi (2002: 42), "(...) assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder."

²² "Rap," *Microsoft® Encarta® 98 Encyclopedia*. © 1993-1997 Microsoft Corporation.

Segundo Santos (1997), nos mais diferentes canais de comunicação como revistas, comerciais, telenovelas e cinema, é notável a ausência de negros desempenhando destaque central. Isto se deve ao fato de que há um imaginário em que a posição do negro é apreendida enquanto uma posição, muitas vezes, subalterna à do branco. Por meio das palavras do autor (idem, 100):

Nas telenovelas, os negros e as negras ocupam, usualmente, o lugar de empregados/as, ou são colocados/as em situações que visam discutir, exatamente, a questão do preconceito racial em narrativas que em nada “fogem” às formações discursivas que consideram a branquidade como natural.

A mídia também está presente no discurso do Hip-Hop quando Silva (1999: 24) afirma que o Hip-Hop promove “(...) a crítica à ordem social, ao racismo, à história oficial e à alienação produzida pela mídia”. É importante lembrar aqui que a mídia, como afirma Orlandi (2001b: 17), tem a ver com o estereótipo, que vai remeter à “repetição sem falhas”, isto é, impedindo o surgimento de novas relações sociais, novos sentidos. A mídia é a fala pelo “outro” e ela produz sentidos por meio de um insistente retorno a certas representações que constituem o imaginário social.

Ao exibir novelas em que o negro aparece, na maioria das vezes, como empregado, o que percebemos é uma insistência na construção de sentidos e retorno a eles em que a ocupação de um lugar socialmente menos favorável pelo negro passa a ser entendido como ‘natural’.

É importante destacar que a interpretação não tem lugar na mídia, visto que interpretar é justamente desestabilizar, pois é o lugar da falha, do equívoco. A mídia, ainda de acordo com Orlandi (2004: 16), só pode ser entendida enquanto lugar da interpretação se considerarmos que ela a rege “para imobilizá-la”, isto é, a mídia homogeneiza os efeitos ao produzir uma enorme variedade do ‘mesmo’. (Orlandi, idem *ibidem*), por isso também a existência do estereótipo.

É sob esta ótica da repetição sem falhas, desempenhada pela mídia, que podemos compreender a existência de uma formação discursiva em que o discurso *do* urbano se impõe às demais formas de significação da cidade e, com este discurso, também se impõe uma forma homogênea, normatizadora de significar o espaço urbano. Isto equivale a dizer que, em uma perspectiva de homogeneização, aqueles sentidos que ‘fogem’ a esta imposição devem ser ignorados, silenciados ou, ainda, estigmatizados. No entanto, eles precisam fluir de alguma maneira, precisam significar o modo pelo qual o espaço urbano, com toda sua especificidade, produz sentidos nos sujeitos que sofrem a sobredeterminação do urbano.

Presentes na vivência cotidiana desses sujeitos que vivem na periferia, estão acontecimentos em sua memória e que constituem as temáticas das músicas de Hip-Hop. O discurso veiculado pelo movimento Hip-Hop e textualizado pelo rap abarca inúmeras temáticas, como as da exclusão social, da pobreza, das drogas, da violência - policial ou não - e das dificuldades cotidianas enfrentadas pelos habitantes das periferias dos grandes centros urbanos. A partir de uma perspectiva que se coloca numa posição de ‘anti-sistema’ e por ser um movimento originalmente de ‘não aceitação’ ou mesmo de repúdio ao sistema político que tem excluído as camadas mais pobres da sociedade de uma participação igualitária, o Hip-Hop foi e tem sido, muitas vezes, associado a atos de rebeldia e de violência. Contudo, tendo raízes em movimentos revolucionários de negros americanos inspirados em líderes como Martin Luther King e Malcom X (divulgadores do movimento da não-violência), está entre seus objetivos principais revelar e denunciar a realidade vivida nas periferias. A violência ficaria, então, por conta de uma ‘guerra’ em forma de canto.

É pelas letras que os grupos desvelam a realidade vivida nas periferias, seus problemas com a polícia, o sofrimento causado pelo racismo, a proximidade da morte e as dificuldades de sobrevivência nas grandes cidades. Através de histórias

criadas, ou de fragmentos da vida real, os grupos mais radicais fazem uma guerra 'cantada' ao poder.²³

No entanto, para aqueles que se consideram parte do movimento, bem antes de estar associado à violência, o rap constitui uma espécie de recurso que possibilita aos sujeitos excluídos, habitantes de áreas periféricas, passarem de meros expectadores a sujeitos protagonistas da cena urbana, daí a sua extraordinária força de presença e de difusão na cidade. A música, dessa forma, representa uma tentativa por parte desses sujeitos de libertar sentidos que ficariam presos nos guetos, nas favelas, silenciados nas periferias das grandes cidades.

De acordo com Orlandi (2001*b*), devido ao discurso homogeneizador, não restam espaços vazios na cidade. O imaginário urbano fica, desta forma, sobrecarregado de sentidos do 'público', silenciando os demais, coibindo-os. Conseqüentemente, é com o intuito de reverberar sentidos, de sair deste 'silenciamento' imposto pelo discurso da ordem do jurídico que o rap vai lançar mão de estratégias lingüístico-discursivas que desafiam esta imposição. As falas desorganizadas, o trocadilho, a repetição, etc. são algumas das estratégias utilizadas para romper a prescrição deste silenciamento. Orlandi (2001*b*:14), conforme já mencionado, afirma que as falas desorganizadas constituem um "(...) modo discursivo de se trabalhar a espessura semântica da cidade, atravessar o urbano e flagrar o real da cidade (...)."

A cidade possui uma espessura semântica que pode ser compreendida enquanto uma espessura de sentidos que são produzidos pelos diferentes discursos existentes. No entanto, como já foi referido, há sentidos que são tomados como lícitos, resultado do trabalho do discurso do urbano, que atua segundo uma ótica jurídica de administração da cidade. O rap vai trabalhar a espessura semântica da cidade, atravessando-a ao fazer uso de estratégias lingüístico-discursivas que instauram a falha, o equívoco e ao assumir a forma

²³Anschau, 2002: 40.

de um texto argumentativo cuja finalidade é constituir uma “(...) réplica/resposta à situação vivida.” (Orlandi, 2001: 20)

A uma política que visa administrar a cidade, impor-lhe regras, que originam efeitos imaginários, sentidos lícitos que são da ordem da organização deste espaço, o rap responde com as falas desorganizadas, com o trocadilho, definido, discursivamente, como:

(...) fato marcado pelo desdobramento de sentidos tendo na base uma divergência que produz um equívoco fazendo trabalhar a continuidade entre sujeitos e cidade; efeito pelo qual falar da cidade é falar de si mesmo, sendo a cidade o lugar simbólico da metáfora. (Orlandi, 2001a: 196)

A divergência da FD da criatividade é uma das principais características do trocadilho. O emprego daquela provoca o equívoco e este pode manifestar-se como falhas, lapsos, deslizamentos, ambigüidades. É sabido por nós, analistas do discurso, que a língua é um sistema sujeito a falhas, isto é, ela não constitui um elemento homogêneo, fechado, daí a ser o equívoco seu elemento constitutivo. O rap, ao fazer uso do trocadilho, que é constituído pelo equívoco, acaba desestabilizando a organização que é imposta pelo discurso do urbano, atuando como um flagrante da cidade. O trocadilho surge, assim, como “(...) a materialização da contradição constitutiva do espaço urbano entre a contigüidade espacial e a verticalização horizontal (...)” (Orlandi, 2001b: 15).

Fazendo-se significar a partir da posição do lugar comum, o rap faz falar este lugar comum ao fazer-se falar pela quantidade. As situações ordinárias do cotidiano, os sujeitos da periferia, aludidos como qualquer um “João”, “Dona Maria” - “(...) Herdeiro de mais alguma Dona Maria (...)”²⁴- ou ainda, um rapaz qualquer - “Um bom filho, um bom irmão/ rapaz comum com um pouco de

²⁴ Fragmento do texto musicado “Periferia é Periferia”, do álbum *Sobrevivendo no Inferno*, de 1997.

ambição”²⁵ -ganham voz por meio da força argumentativa do rap. De acordo com Orlandi (2001b: 21)

Ao estampar, o rap transfere sentidos, metaforizando a quantidade. Desfaz – metaforizando – a organização vertical que hierarquiza a quantidade: poucos//muitos = dominador//dominado. É um lugar – mesmo dentro da prisão (Detentos do Rap) – de respiração social, de divergência, de tenção trocada.

A quantidade e o comum são (re)significados pelo rap e, assim, ‘a cidade respira’, ou seja, pode (se) significar em sentidos outros, que foram silenciados. A metáfora é responsável pela ‘respiração do espaço urbano’, uma vez que é compreendida como transferência de sentidos (Orlandi 2001b). Devido à sobredeterminação do urbano, a quantidade, estruturante das relações sociais, é impossível de ser metaforizada, isto é, não há transferência de sentidos da quantidade e o imaginário urbano fica sobrecarregado, dando margem à violência. O rap, e suas falas desorganizadas e desorganizadoras, o trocadilho, que têm como fundante o equívoco, conseguem metaforizar a quantidade, transferindo sentidos.

Ao tratar da quantidade, ao falar do banal de um lugar comum, o rap funciona como uma vitrine da cidade, sua discursividade trabalhando como um instantâneo da cena urbana. São outros modos de conceber a cidade, de entendê-la por outros modos de significá-la. Os sujeitos são outros e os sentidos também.

²⁵ Fragmento do texto musicado “Mano na porta do bar”, do álbum *Raio X do Brasil*, de 1994.

2.- ‘Os Manos na Fita’²⁶ – Racionais MC’s

(...) afrodinamicamente manter a nossa honra viva/ Sabedoria de rua/ (...) A juventude negra agora tem a voz ativa²⁷

Os Racionais MC's são um grupo de Hip-Hop da capital de São Paulo que surgiu no final da década de 80. O grupo, formado por Mano Brown, Ice Blue, KL Jay e Edi Rock era agenciado, inicialmente, pelo produtor musical Milton Sales. No entanto, os Racionais MC's declararam a sua independência por meio do lançamento do álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1997), produzido pelo selo independente Cosa Nostra, de propriedade do grupo.

O grupo Racionais MC's, um dos percussores do rap nacional, tem, ao todo, cinco trabalhos produzidos, são eles: *Escolha seu Caminho* (1992); *Holocausto Urbano* (1992); *Raios-X do Brasil*, (1994); *Sobrevivendo no Inferno* (1997) e *Nada como um Dia após o outro Dia* (2002). As temáticas abordadas pelo grupo são amplas, mas dentre elas se destacam a violência na periferia, o racismo, as drogas e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores da periferia.

Podemos dizer que há dois momentos observados nos trabalhos do grupo. O primeiro momento encontra-se nos primeiros trabalhos *Holocausto Urbano* (1992), passando por *Escolha o seu Caminho* (final de 1992) até *Raios-X do Brasil* (1997). Nesses, eles dão ênfase maior aos temas da violência, racismo, pobreza, circunscritos à periferia da zona sul de São Paulo. Os textos musicados dessa fase funcionaram como verdadeiro instrumento de denúncia e crítica social.

Nos primeiros trabalhos, é possível observar uma representação do negro que surge numa tentativa de resgatar a sua história e de fortificar sua

²⁶ “Os manos na fita” significa que os membros de um determinado grupo (no caso, de Hip-Hop) estão em destaque. <<http://www.hiphopbrasil.com.br/girias.html>>

²⁷ Racionais MC's “Voz Ativa” do álbum “Escolha seu caminho”, de 1992.

auto-estima. Há um desejo por parte dos negros habitantes da periferia de construir “(...) uma outra visão de si mesmos, fora dos padrões definidos pela ideologia do branqueamento²⁸. O processo implica em romper com estereótipos e afirmar-se positivamente.” (Silva, 1998: 123) No fragmento abaixo, há a menção ao ‘orgulho negro’ por meio do resgate da história de líderes negros:

Precisamos de um líder de crédito popular/ Como Malcolm X
em outros tempos foi na América/ Que seja negro até os ossos,
um dos nossos/ E reconstrua nosso orgulho que foi feito em
destroços²⁹

Nesta nova temática referente ao ‘orgulho negro’, enunciados como “Preto tipo A” são recorrentes e fornecem uma nova representação dos negros, uma vez que “preto” surge como um enunciado valorizado socialmente e carregado de conteúdo político.

O segundo momento do grupo inicia com o lançamento do álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1997) e continua no lançamento de *Nada Como um Dia Após o Outro Dia* (2002). Neste segundo momento, a abordagem a temas inerentes à periferia, como o uso de drogas, a criminalidade, a violência policial continua. Para se ter uma idéia da dimensão da representação da vida na periferia que suas músicas carregam, é válido mencionar o comentário sobre o quinto e último cd do grupo, *Nada Como um Dia Após o Outro Dia* (2002), feita pelo Jornal *O Globo*. O cd foi classificado como “(...) um roteiro bem-acabado de um filme sanguinário que retrata a miséria, a violência, o extermínio de

²⁸ Ao nosso ver, a ‘ideologia do branqueamento’ poderia ser entendida enquanto um conjunto de representações e atitudes, também mostrado pela mídia, em que seria natural a presença de sujeitos da raça branca em contextos como universidades, shopping centers, ocupando bons cargos empregatícios, etc. A ausência dos sujeitos de raça negra nesses mesmos contextos seria, da mesma forma, ‘natural’. Haveria, então, a supremacia dos costumes, dos hábitos dos sujeitos da raça branca em detrimento daqueles da raça negra que não se encontram nas universidades, em bons empregos, etc. Esse modo de ‘representar’ a realidade viria a constituir o imaginário social.

²⁹ Fragmento do texto musicado “Voz Ativa”, do álbum *Escolha seu Caminho*, de 1992.

menores e a bandidagem da forma mais realista possível”.³⁰ No entanto, é nesses dois últimos trabalhos do grupo que o discurso assume também uma forma religiosa a partir de enunciados que fazem referência à Bíblia e adotam um tom messiânico. Segundo Netto (2003), no discurso produzido nas duas últimas produções artísticas do grupo,

(...) o céu e o inferno, Deus e o Diabo travam uma luta sem tréguas na consciência do periférico que, vivendo no mundo das incertezas e simulações, não visualiza outra saída senão a de cuidar de si e dos parceiros de batalha.³¹

No fragmento abaixo, o bem está representado pela fé em Deus enquanto que o mal surge como algo desconhecido (“vem alguém lá, quem é quem/ quem será, meu bom?”) e também fazendo uma referência maliciosa e mal-intencionada à mulher (“Porque a confiança é uma mulher ingrata/ Que te beija e te abraça, te rouba e te mata”). Esta referência tem certa semelhança com o discurso bíblico quando este afirma que a responsabilidade da expulsão de Adão e Eva dos jardins do Éden fora da mulher, que não resistindo aos ‘encantos’ da serpente, aceitara e comera o fruto proibido e também fizera com que Adão o provasse.

Fé em Deus que ele é justo! Hei, irmão nunca se esqueça/ Na guarda, guerreiro, levanta a cabeça, truta/ Onde estiver, seja lá como for/ Tenha fé, porque até no lixão nasce flor/ Ore por nós, pastor, lembra da gente/ Do culto dessa noite, firmão, segue quente/ Admiro os crentes, (...) Eu me sinto às vezes meio pá, inseguro/ Que nem um vira-lata, sem fé no futuro/ Vem alguém lá, quem é quem, quem será meu bom/ Dá meu brinquedo de furar moletom!/ (...) Porque, a confiança é uma mulher ingrata/ Que te beija e te abraça, te rouba e te mata (...)³²

³⁰ <http://www.oglobo.com.br/arquivo/diversao/19980404/arte90.htm>

³¹ http://www.espacoacademico.com.br/027/27cnetto.htm#_ftnref2

³² Fragmento do texto musicado “Vida Loka”, do álbum *Nada como um Dia após o outro Dia*, de 2002.

Esse grupo da capital paulista conta ainda com outro tema que encontra acolhida junto ao público jovem da periferia. A busca pelo engajamento político e a denúncia da violência podem ser observadas nos textos musicados "Voz Ativa" e "Pânico na Zona Sul", ambos da primeira fase do grupo, mais especificamente de 1992. Aquele sinaliza o rap "(...) como porta voz do negro da periferia, denunciando o apagamento da africanidade³³ na cultura nacional através do racismo, do comodismo, do medo e da atuação alienante dos meios de comunicação de massa".³⁴ Este fala da violência, inclusive a violência policial ("homens da lei"), sofrida pelos habitantes da periferia. Vejamos alguns exemplos:

Chega de festejar a desvantagem/ E permitir que desgastem a
nossa imagem/ Descendente negro atual meu nome é Brown/
Não sou complexado e tal/ Apenas Racional/ É a verdade mais
pura/ Postura definitiva/ A juventude negra/ Agora tem voz
ativa³⁵

E,

Mal te conhecem te consideram inimigo/ E se você der o azar
de apenas ser parecido/ Eu te garanto que não vai ser
divertido/ Se julgam homens da lei/ Mas a respeito eu não sei/
Muito cuidado eu terei (...)³⁶

A periferia é descrita pelos Racionais MC's como lugar de exclusão. Há referência ao muro que separa (há o lado de dentro = incluídos; e o lado de fora = excluídos). O muro parece dividir 'dois mundos', do lado de dentro, estão os incluídos e, de fora, a periferia. A periferia é vista como o lugar de violência, de dificuldades, mas, ao mesmo tempo, este lugar também é entendido, paradoxalmente, enquanto espaço onde o calor humano, a franqueza de sentimentos e a alegria coexistem. Vejamos outro exemplo:

³³ Termos como "africanidade", "afrodinamicamente" são muito utilizados pelo grupo em seus textos musicados como uma referência de orgulho da raça negra.

³⁴ Netto, J.A. 2003 in Revista Espaço Acadêmico.

http://www.espacoacademico.com.br/027/27cnetto.htm#_ftnref2

³⁵ Fragmento do texto musicado "Voz Ativa", do álbum *Escolha seu Caminho*, de 1992.

³⁶ Fragmento do texto musicado "Pânico na zona sul", do álbum *Holocausto Urbano*, de 1992.

Olha só aquele clube que da hora/ Olha aquela quadra, olha aquele campo/ Olha, olha quanta gente/ Tem sorveteria, cinema, piscina quente/ (...) Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora/ Nem se lembra do dinheiro que tem que levar/ Pro seu pai bem louco gritando dentro do bar/ Nem se lembra de ontem de onde o futuro/ Ele apenas sonha através do muro...(...) Milhares de casas amontoadas. /Ruas de terra esse é o morro. /A minha área me espera. /Gritaria na frente (vamos chegando!)/ Pode crer, eu gosto disso, mais calor humano. /Na periferia a alegria é igual. /É quase meio-dia, a alegria é geral./ É lá que moram meus irmãos, meus amigos. /E a maioria por aqui se parece comigo³⁷

Outra temática muito presente no discurso do rapper refere-se à mídia. A mídia é vista pelo grupo com certa desconfiança, pois seu controle cabe aos burgueses, geralmente descritos com certa depreciação. Em muitos textos musicados, a classe economicamente superior é entendida enquanto a responsável pela exclusão social e pelas dificuldades pelas quais os moradores da periferia passam. Vejamos os exemplos:

(...) irmão, o demônio fode tudo ao seu redor/ pelo rádio, jornal, revista e outdoor/ te oferece dinheiro, conversa com calma/ contamina seu caráter, rouba sua alma³⁸

E,

(...) heii, bacana, quem te fez tão bom assim?/ o que cê vê, o que cê faz, o que cê fez por mim?/ Eu recebi seu tick, quer dizer, kit/ de esgoto a céu aberto e parede maderite³⁹

Com textos fortes, provocativos e até mesmo polêmicos, Racionais MC's é um dos grupos de Hip-Hop de maior destaque do Brasil e tem conquistado muitos fãs e admiradores por todo o país. Observando a mídia com certa

³⁷ Fragmento do texto musicado "Fim de semana no parque", do álbum *Raio X do Brasil*, de 1994.

³⁸ Fragmento do texto musicado "Capítulo quatro versículo três", do álbum *Sobrevivendo no Inferno*, de 1997.

³⁹ Fragmento do texto musicado "Negro Drama", do álbum *Nada como um dia após o outro dia*, de 2002.

desconfiança, desfazendo e criticando os valores burgueses da sociedade, desvelando uma periferia hostil, violenta, mas, ao mesmo tempo, humana, os Racionais MC's têm tentado demonstrar ser uma espécie de porta-voz dos jovens habitantes da periferia.

3. Considerações para a interpretação

Sabemos que os sentidos das palavras, das expressões, dos enunciados apresentam-se por meio de um caráter de evidência, ou seja, "(...) que faz com que uma palavra designe uma coisa (...) isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante" (Orlandi, 2002: 46). Posto isso, é imprescindível que adotemos uma concepção materialista da linguagem, para que seja possível interpretá-la sem se deixar envolver e 'enganar' por suas evidências. Uma concepção materialista da linguagem consiste em considerar que o sentido de uma palavra, expressão, enunciado não se apresenta como evidente, ou seja, como se só fosse possível significar daquele modo e não de outro. Pêcheux (1988: 160) chama a atenção para o fato de que

É a ideologia que fornece as evidências (...) que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem' (...) o *caráter material dos sentidos* das palavras e dos enunciados.⁴⁰

⁴⁰ Grifo de Pêcheux.

O caráter material do sentido é definido por Pêcheux (1988: 160) por meio de sua dependência a “todo complexo das formações ideológicas⁴¹”, isto é, “um conjunto de atitudes e representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras⁴² e que se manifestam na formação discursiva. Esta dependência ocorre através de duas questões. A primeira questão consiste na afirmação de que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas é determinado a partir da formação discursiva na qual é produzido. A segunda questão corresponde à seguinte afirmação de Pêcheux (1988: 162)

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (...)

Queremos dizer que os sentidos não se encontram somente em uma palavra, expressão ou enunciado, como ilusoriamente parece, mas eles estão “na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos (...)” (Orlandi, 2002: 30).

As condições de produção do discurso compreendem os sujeitos e a situação de enunciação. Como define Orlandi (2002), elas podem ser consideradas em sentido estrito, e aí temos o contexto imediato em que se dão as circunstâncias da enunciação, e em sentido amplo, envolvendo o contexto sócio-histórico ideológico.

A memória também faz parte das condições de produção e deve ser entendida enquanto memória discursiva, tratada como o interdiscurso, isto é, “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.” (Orlandi, 2002: 31)

⁴¹ Doravante FI.

⁴² Leandro Ferreira, 2001.

Retomando Courtine, Orlandi (idem, ibidem) afirma ainda que o interdiscurso pode ser entendido enquanto a *constituição* dos sentidos, representado por um eixo vertical onde estariam todos os dizeres já ditos por alguém, em algum lugar, e já esquecidos.

Já o intradiscurso estaria na base da formulação dos sentidos, ou seja, “(...) aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.” (Orlandi, 2002: 33). O eixo do intradiscurso (formulação) seria representado por um eixo horizontal, determinado pela relação estabelecida com o eixo vertical, ou seja, do interdiscurso (constituição). Desta forma, todo o dizer - e a conseqüente produção dos sentidos - ocorre a partir da confluência desses dois eixos: o eixo do interdiscurso e o eixo do intradiscurso.

O funcionamento da linguagem mobiliza, ainda, dois eixos de tensão do dizer que são fundamentais: o da paráfrase e o da polissemia, ou seja, o eixo da repetição e o da diferença, que constituem o processo pelo qual, sob nosso ponto de vista, o movimento da significação ocorre. Ao mesmo tempo em que o processo da significação parece ser aberto (polissemia), é preciso considerá-lo também enquanto processo regido, administrado. “O lugar mesmo do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa.” (Orlandi, 2004: 13).

Pelo processo parafrástico, afirma Orlandi (2002), há sempre algo estável, que se mantém. Ele é da ordem da estabilização. É a partir desta perspectiva que entendemos a memória, ou seja, o interdiscurso, que torna possível o dizer. É por meio deste processo que “se produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado.” (Orlandi, 2002: 36)

Tomando-se a narrativa urbana como exemplo do processo parafrástico, podemos dizer que em muitos de seus enunciados (representados pelos textos musicados do grupo Racionais MC's) um dos processos parafrásticos que se mantém é a referência ao racismo, à violência e à exclusão social sofrida por habitantes da periferia. O discurso do Hip-Hop corresponde a uma formação discursiva em que violência, racismo, exclusão social são temas recorrentes no

cotidiano dos sujeitos da periferia. Por esta razão, a memória discursiva acontece no momento do dizer, trazendo à tona algo que se mantém (violência, racismo, exclusão) na produção de sentidos, na maneira pela qual os sujeitos deste discurso se significam.

Dessa forma, podemos entender, em breves palavras, a formulação do discurso do rapper da seguinte forma: em seu dizer, o eixo do interdiscurso (memória) intervém, disponibilizando os dizeres (já ditos e esquecidos) para a formulação do seu discurso, que se dá por meio do eixo do intradiscurso. A paráfrase é entendida pelos dizeres disponibilizados pelo interdiscurso, quais sejam, a violência e o racismo, que se mantêm durante a sua formulação (eixo do intradiscurso).

O processo polissêmico relaciona-se com o equívoco, constituinte do trocadilho, uma vez que instaura a ruptura, o deslocamento dos processos de significação (Orlandi, 2002: 36). O trocadilho, estratégia lingüístico-discursiva utilizada no Hip-Hop, movimenta os sentidos, deslocando-os e fazendo-os re-significar, de acordo com a FD em que se encontram os sujeitos. Orlandi (2001: 23) afirma, sobre a narrativa urbana e o deslocamento que ela promove, que

O que vemos realmente como deslocamento vem pelas falas que metaforizam a quantidade, que transferem sentidos. E isto se dá sem que seja necessário 'mudar' as palavras. (...) Não são outras as palavras. São outros os discursos, são outros os funcionamentos, são outros os sentidos.

Desta maneira, podemos compreender a afirmação de Orlandi (2002: 37) de que “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros”, pois sua existência depende da relação entre paráfrase e polissemia. No caso da narrativa urbana, o processo de significação ocorre por meio da tensão entre a paráfrase (que mobiliza a memória discursiva, o dizer que se mantém) e a polissemia (que joga com o equívoco, com a ruptura, o deslocamento de sentidos), possível de ser observado por meio do trocadilho.

Segundo Orlandi (2004), a narrativa urbana apresenta uma nova forma de significar o comum, o banal, os “muitos”, a “quantidade”. Ela realiza a “prática historicizada do comum” (Orlandi, 2001: 22), ou seja, trabalha-se o “comum”, sem evitá-lo por meio de uma prática material (na sociedade e na história) e, assim, transferem-se sentidos do comum, não mais entendido enquanto algo pejorativo. É dessa forma que entendemos o processo polissêmico na narrativa urbana, isto é, uma nova maneira de se trabalhar o comum. Dito de outro modo, em nossa sociedade, a ‘ideologia da criatividade’, que valoriza o ‘incomum’, o diferente, o original, o singular entende como categoria depreciativa o comum, os muitos, os eleitores (que se contrapõem aos ‘eleitos’, aos poucos). No entanto, o rap, com todo seu jogo discursivo, instaura uma nova forma de significar o comum, não mais enquanto uma categoria pejorativa, mas sim enquanto parte de um real que é estampado, instaurando novos sentidos em relação a esse comum praticado.

O jogo que ocorre entre paráfrase e polissemia mostra o confronto entre o simbólico e o político. Isto quer dizer que a narrativa urbana, enquanto discurso que apresenta uma nova maneira de se entender o comum, de se praticá-lo sem tomar distância e sem seguir o ‘politicamente correto’ (da instância da normatividade) faz romper sentidos novos, que ocorre, discursivamente, por meio do processo polissêmico.

A nova significação do lugar comum e da quantidade (os muitos, o povo, os eleitores) instaura novos sentidos, que é função do analista compreender, remetendo-o a uma formação discursiva (e não outra), observando as condições de produção deste dizer, bem como o funcionamento da sua memória (Orlandi, 2002: 45).

Para a compreensão dos sentidos, em um primeiro passo, de acordo com Orlandi (2002), consideramos que em nosso objeto discursivo já se encontra o esquecimento nº 2, “(...) pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina (...) formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase (...)” (Pêcheux, 1988: 173). Este

esquecimento é responsável pela ilusão de que aquilo que dizemos só poderia ser feito daquela maneira e não de outra. Assim, estabelece-se, de acordo com Orlandi (idem), uma relação 'natural' entre palavra e coisa. Quando entendemos que este esquecimento está em nosso objeto discursivo, já estamos desfazendo esta ilusão. Isto é, temos consciência de que o rapper, quando produz seu dizer, poderia tê-lo feito de outro modo, e não apenas através do modo como o apresenta. Para tanto, é necessário que trabalhemos com as paráfrases, sinonímias, os não-ditos que se encontram na base do dizível do discurso do Hip-Hop.

O segundo momento do processo de análise é aquele em que relacionaremos as diferentes formações discursivas instadas nos enunciados analisados (uma vez que em um mesmo texto pode haver a presença de diferentes formações discursivas) com a formação ideológica (FI)⁴³ que institui essas relações. É neste momento que, ao lado de mecanismos parafrásticos já observados, procuraremos entender a constituição dos processos discursivos⁴⁴, responsáveis pelos efeitos de sentido, ou seja, a aparente transparência da linguagem.

Como mencionado no decorrer deste trabalho, a metáfora está na constituição dos sentidos e dos sujeitos e, portanto, nesta etapa, é preciso observar também os efeitos metafóricos (transferência, deslizamento de sentidos). É pelo funcionamento da metáfora que a historicidade se apresenta, pois esta deve ser compreendida "(...) como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem" (Orlandi, 2002: 80). É pelo efeito metafórico que língua e história se ligam e que se determina o trabalho ideológico.

⁴³Vale lembrar, formação ideológica é um "Conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras." (Leandro Ferreira, 2001)

⁴⁴ Os processos discursivos são descritos por Pêcheux (1988: 161) como "(...) o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc. que funcionam entre elementos lingüísticos – 'significantes' – em uma formação discursiva dada."

A compreensão do funcionamento ideológico constitui a terceira etapa de nossa pesquisa. Com o dispositivo de análise descrito anteriormente, será possível investigar seu funcionamento, entendendo como os sentidos na/da cidade se fundam nos sujeitos da periferia e se constituem. Além disso, observaremos como é realizada a ‘interpelação’ a um outro sujeito também da periferia e como a essa interpelação deixa vestígios da organização do jurídico.

Para dar conta de nossa proposta de trabalho, isto é, investigarmos a forma na qual ocorre a interpelação a um outro sujeito da periferia e os vestígios do jurídico na formulação do dizer do rapper, procuramos entender quais estratégias discursivas são utilizadas para mobilizar sentidos e interpelar o sujeito da periferia a fim de que ele se identifique às normas (o juridismo) de seu grupo.

Para nossa investigação, consideramos a representação do sujeito da periferia enquanto negro, pobre e contra a ideologia do branqueamento. Seria ingenuidade nossa pensar que a representação apresentaria um sujeito (ou um lugar, ou uma categoria) ‘tal com é’; em verdade, dizer que o sujeito encontra-se representado quer dizer que ele se encontra “*presente*, mas *transformado* (...)” (Pêcheux, 1997: 82). Este sujeito também é representado como um denunciante da exclusão social, do racismo, da violência da qual é vítima, principalmente, a violência policial.

Com esse gesto de leitura, consideramos o contexto sócio-histórico ideológico deste sujeito (o rapper) . Nesta etapa, procuramos observar de que lugar o rapper fala, isto é, como está representado este lugar, como ele “olha”, “vê” a periferia (e seus habitantes) em que habita.

Em seguida, tratamos da questão de como a exclusão social é entendida pelo rapper. O que é, para ele, ser excluído? Quem o exclui? Por quê? De que maneira é realizada esta exclusão? Neste momento, nosso olhar repousa em questões que, segundo o rapper, são próprias da periferia, quais sejam, a precariedade em que vivem seus moradores, a violência a que são submetidos e à falta de perspectivas quando se pensa nas ações governamentais.

Essas questões serão investigadas por meio de nosso corpus. Sobre nosso corpus de análise, aludimos a Lagazzi (1988), que nos assevera que sua composição não é tarefa automática, nem tampouco sua interpretação é mecânica. Em verdade, “(...) A identificação do que pertence e do que não pertence ao corpus é um processo gradual (...)” (idem, p. 60) e nossa intenção é sua “exaustividade vertical” (Orlandi, 2002: 63). Isto é, buscamos esgotar o corpus em relação à sua temática e a nossos objetivos de análise.

Nosso corpus é constituído a partir de três recortes iniciais. O primeiro recorte realizado é de ordem cronológica. Como vimos, o movimento Hip-Hop, de origem americana, chega ao Brasil por volta dos anos 80. No entanto, é somente no final desta década que podemos observar suas primeiras manifestações nas periferias de São Paulo. O grupo Racionais MC's é um dos pioneiros na adoção e 'remodelamento' deste estilo para o contexto nacional.

As primeiras produções do grupo surgem na década de 1990. O segundo álbum dos Racionais MC's, “Escolha seu Caminho” (1992), já apresenta em sua formulação um funcionamento tenso marcado pelo verbo *escolher*. Este verbo, apresentado na forma imperativa, ordena que alguém (quem?) opte por um determinado caminho (ou seria destino?). Isto nos leva ao segundo recorte do corpus.

Partimos do segundo álbum justamente pela observação desta interpelação (*Escolha seu caminho*) e selecionamos, deste álbum, dois textos musicados, quais sejam, “Voz Ativa” (primeiro texto musicado do álbum) e “Negro Limitado”. Ambos os textos dão conta de dois universos discursivos, do Bem e do Mal, instaurados no juridismo que rege as relações sociais entre os sujeitos da periferia.

O terceiro recorte apresenta o último texto musicado selecionado, “Júri Racional”, do álbum “Raio X do Brasil”, de 1994. Este último texto traz o

resultado da não identificação do sujeito chamado⁴⁵ às normas (juridismo) do grupo do qual é membro.

Identificação é por nós entendida como um processo de interpelação-identificação “que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: ‘aquele que...’ (...)” e faz com que o sujeito seja chamado a se identificar com a FD que o domina (e seus hábitos e usos) e que o constitui enquanto sujeito. (Pêcheux, 1988: 159).

A partir desses textos, selecionamos aqueles enunciados que têm relação com nossos objetivos de análises.

Em nosso trabalho, procuramos analisar os enunciados em que o rapper busca interpelar outro sujeito da periferia a fim de que este se identifique às normas (condutas, o juridismo) do grupo. Investigamos as estratégias lingüístico-discursivas que o rapper lança mão para realizar essa interpelação.

Além disso, trabalhamos com a hipótese de que o rap (discurso da periferia) – ou narrativa urbana – apresenta uma posição de denúncia e ódio àqueles que o *rapper* julga responsáveis pelas mazelas que imperam na periferia (onde vivem os ‘excluídos’). Em seus textos, observamos que essa responsabilidade recai sobre os sujeitos brancos que gozam de uma boa posição social (os ‘incluídos’). O modo de viver desses sujeitos é criticado pelo rapper. No entanto, procuraremos mostrar que, ao mesmo tempo em que a narrativa urbana apresenta estratégias lingüístico-discursivas que perturbam o discurso do urbano (da ordem do jurídico), ela também deixa vestígios dessa organização do jurídico em seu dizer.

⁴⁵ Chamamos de ‘sujeito chamado’ o sujeito da interlocução, isto é, o sujeito a quem o dizer do rapper é direcionado, uma vez que entendemos que este é chamado a se identificar às regras da periferia.

4- Os 'mano' dão a letra⁴⁶ - Condições de Produção do Discurso do Hip-Hop

Em nosso trabalho, para pensarmos em um estudo que se apresente como discursivo, partimos da relação língua/história/ideologia como ponto determinante. A língua é entendida não apenas como forma (com suas marcas formais de enunciação, uma estrutura), mas a língua também é pensada como conteúdo⁴⁷ (ou substância, como queria Saussure em seu “Curso de Lingüística Geral”, 1982).

Uma das grandes diferenças entre a Lingüística apresentada por Saussure em seu curso (idem) e a Análise de Discurso de linha francesa é a questão da forma material, isto é, não abstrata (como a da Lingüística). Isto quer dizer que estamos trabalhando com um estudo que entende que a produção de sentidos de um dizer provém da relação necessária entre a língua e a história. Nesta relação, a ideologia produz um tecido de evidências, fazendo-nos ver como “(...) transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como uma dominante” (Orlandi, 2002: 46). Não sendo considerada ocultação, a ideologia é a “(...) relação necessária entre linguagem e mundo” (idem, p. 47).

A língua, compreendida a partir do ponto de vista discursivo, envolve outros conceitos, que devem ser levados em consideração. Assim, as condições de produção de um dizer, mencionadas anteriormente, possuem grande importância quando se pensa em entender a maneira pela qual um determinado dizer produz sentidos. Compreender não só o contexto imediato (a

⁴⁶ “Dar a letra” significa contar algo, informar alguma coisa.

<<http://www.hiphopbrasil.com.br/conteudo/girias.asp>>

⁴⁷ O conteúdo, ou a substância, conforme referido no *Curso de Lingüística Geral* (1982), seria o contraponto necessário à dicotomia “langue” X “parole”, proposta por Saussure. De caráter individual, heterogêneo, a fala não teria lugar nos estudos da linguagem, mas sim, a língua (social, homogênea). Segundo Orlandi (2002), o discurso, objeto da AD, é a reformulação da “fala” saussuriana; no entanto, não deve ser confundido com ela, pois o sujeito do discurso não estaria “livre” para produzir o seu dizer, sendo necessário, para isso, assujeitar-se à língua (articulada à história e à ideologia).

periferia), mas também o contexto amplo (as relações econômicas de uma dada sociedade, seu mecanismo de desigualdade e exclusão social, para citarmos um exemplo) é de grande importância quando pensamos em compreender os sentidos produzidos no discurso do Hip-Hop.

O dizer a que nos referimos provém da periferia de uma grande cidade, São Paulo. A cidade símbolo da mais perfeita representação da pós-modernidade brasileira (Caldeira, 1992) é entendida enquanto um lugar de contradições, de paradoxos.

Riqueza, luxo, alta tecnologia, São Paulo é o centro empresarial do país, o lugar em que grandes e importantes decisões comerciais são tomadas. Com a mesma intensidade, pensamos, uma das maiores, senão a maior cidade da América Latina, mostra-nos também o seu lado mais sombrio. Para quem chega a São Paulo pela Rodovia dos Bandeirantes ou pela Anhanguera, é comum o cenário de barracos de tijolos sem reboco ou de maderite amontoados nas encostas dos morros ou à beira do asfalto. Além disso, a mídia faz-nos conhecer seus altos índices de desemprego e de violência. A 'fábrica de exclusões', metáfora pela qual, muitas vezes, se fala de São Paulo, não oferece a seus moradores as mesmas condições de habitação, de acesso à saúde, de vida social enfim.

Prova dessa desigualdade imperativa em São Paulo está nas grandes, e violentas, periferias que a rodeiam. Muitas vezes considerados uma ameaça à ordem pública (Foucault, 1996a), as 'aglomerações', os 'indesejados' são empurrados pelas políticas de administração pública para longe dos centros urbanos, restando-lhes habitar áreas periféricas sem o auxílio do Estado e à mercê das mais variadas formas de violência.

Mas, o que significa habitar a periferia para o sujeito enunciativo dos textos musicados que analisaremos? O que é a periferia para ele? Como este espaço funda sentidos no rapper? É necessário que levemos essas questões em consideração, uma vez que o espaço de onde o rapper enuncia faz parte

do que é dito e de como é dito. Em um primeiro momento, a periferia seria, como diria Orlandi (2002), “o contexto imediato da enunciação” (idem, p. 30).

Em São Paulo, segundo Silva (1998), a periferia da qual os Racionais MC's falam⁴⁸ encontra-se, em termos geográficos, bastante afastada do centro urbano, na zona sul da cidade. Bairros como Capão Redondo, Jardim Ângela e Parque Santo Antônio são conhecidos como o “triângulo da morte” (Silva, 1998: 144) devido à alta taxa de criminalidade, consequência imediata da disputa pelo controle do tráfico e da violência policial.

A questão da dependência em relação às drogas, o próprio tráfico de drogas, a vida marginal, o desemprego, a repressão policial e os “justiceiros⁴⁹” são elementos da violência conhecidos por todos os que habitam a periferia (Silva, 1998). Além disso, a negligência das autoridades competentes na apuração de crimes cometidos na periferia é bastante conhecida entre seus moradores, o que contribui para um aumento e/ou perpetuação de atos violentos e para a existência dos chamados “justiceiros” (Caldeira, 1992).

No entanto, além da negligência, a própria violência praticada por policiais também está fortemente presente no cotidiano daqueles que habitam as periferias das grandes cidades, conforme explica Caldeira (1992). Segundo a autora, em São Paulo, o sistema policial, ao invés de ajudar a diminuir os números da violência, tem atuado para que este aumente consideravelmente. Não são poucas, segundo ela, as vítimas, em sua grande maioria, de origem humilde, mulatos ou negros, que morrem nas mãos da polícia.

In São Paulo the police are part of the problem of violence. The history of the police abuses and impunity is long, and

⁴⁸ É importante mencionar que o grupo é oriundo e morador do bairro Capão Redondo. Capão Redondo é um bairro de centenas de milhares de habitantes e localiza-se na zona sul de São Paulo. É conhecido pela pobreza e por seus altos níveis de violência.

⁴⁹ Os justiceiros são entendidos enquanto uma pessoa ou um grupo de pessoas que mora na favela e age por conta própria para fazer “justiça”; eles são bastante temidos pelos moradores (Silva, 1998).

throughout this entire history their main victims have been members of the working classes. (Caldeira, 1992: 160)⁵⁰

Para aqueles que habitam a periferia, a questão referente à problemática do negro tem assumido indiscutível relevância também no que diz respeito à violência. O rap tem denunciado, muitas vezes, que a violência policial vitima, principalmente, sujeitos da raça negra.

O preconceito racial tem ocupado um lugar de destaque nas músicas de Hip-Hop. Os rappers “Tratam dos estigmas construídos pelo imaginário social, no qual as vítimas em potencial são os jovens negros que moram na periferia de São Paulo.” (Paz Tella, 1999: 60) Em outras palavras, a memória discursiva dos habitantes da periferia entende que sujeitos negros são as principais vítimas da violência. Esses acontecimentos são compartilhados por aqueles que habitam a periferia. Além disso, são esses mesmos sujeitos que se encontram à margem da sociedade, tanto em nível espacial (habitando as áreas periféricas da cidade), quanto em nível de participação social (sem acesso às universidades ou a cargos empregatícios satisfatórios, por exemplo).

De acordo com Ianni (2003), o preconceito racial advém de épocas da descoberta do novo mundo e, com ele, do contato com outras raças, que sofreram com a noção do “(...) evolucionismo e darwinismo social, o nazismo e o americanismo.”⁵¹ Com a modernização do mundo, o preconceito racial apresenta-se estritamente relacionado com o funcionamento de uma sociedade moderna capitalista, que busca promover a modernização do mundo por meio dos avanços tecnológicos bem como da disciplinarização de seus sujeitos, promovida também através da hierarquização social. De acordo com Ianni (idem, ibidem), se hierarquizam também as civilizações, os povos, as etnias e, deste modo, “(...) é evidente que se promove a classificação, entre positiva, negativa, neutra ou indefinida, de uns e outros”.

⁵⁰ Em São Paulo, a polícia é parte do problema da violência. A história dos abusos e da impunidade da polícia é longa e através de toda esta história suas vítimas principais têm sido membros da classe de trabalhadores. (Tradução nossa)

⁵¹ Ianni, 2003, <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/11.shtml>>

O imaginário da cidade fica sobrecarregado de sentidos e “Na falta da metaforização assomam os sentidos do urbano que se esgotam nos efeitos da ilegalidade (...) com ecos que se abrem sobre preconceitos (...)” (Orlandi, 2001a: 190), como o racismo, por exemplo.

A violência praticada por policiais também faz parte do interdiscurso dos sujeitos da periferia e encontra-se na base do dizível, funcionando como o pré-construído e atuando no momento da formulação do dizer do rapper. No entanto, esta forma de violência não parece ser relatada verdadeiramente pela própria polícia, pois que em inúmeros casos é ela que decide o quê e como deve ser informado. Kalili (repórter da revista *Caros Amigos*, ed. de setembro de 2003) fornece um panorama da situação de violência no estado de São Paulo:

São 2,7 milhões de boletins de ocorrência por ano só no Estado de São Paulo. De 10 a 11 por cento viram inquéritos. E é a polícia que decide o que deve ou não ser averiguado. Desde o início das investigações dos casos de execução, a tendência é excluir a possibilidade de uma ação ilícita do policial. (...) não se investiga o policial que mata. Muitas vezes, a história nem chega à apreciação de um Tribunal do Júri (...)

Sem poder contar com a proteção do sistema policial, sobrevivendo em condições precárias, aglomerados em morros, desempregados ou trabalhando em ‘sub-empregos’, a memória coletiva dos moradores da periferia vai sendo constituída por esses acontecimentos. Desta forma, embora não sejam muito divulgados pela polícia, que maquia os números da violência policial nas grandes cidades, os acontecimentos (sob a forma do pré-construído) são parte das condições de produção dos enunciados que encontramos nos textos musicados aqui analisados. Esses acontecimentos fundam sentidos, já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mas que têm efeito sobre o que é dito e como é dito nos enunciados dos textos musicados do grupo Racionais MC’s.

Como estamos tratando de periferia, entendida enquanto espaço, é importante que estabeleçamos uma diferença entre lugar e espaço. De acordo com De Certeau (1994), o *lugar* difere de *espaço* devido à relação de coexistência que ele instaura entre dois elementos, isto é, a impossibilidade de duas coisas ocuparem o mesmo lugar. Assim, “Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.” (idem, p. 201)

Já espaço, segundo De Certeau (1994: 202), “(...) é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. (...) o espaço é um lugar praticado.”

Assim, temos que duas coisas não podem ocupar um mesmo lugar, mas podem coexistir em um mesmo espaço. Isto quer dizer que a periferia localiza-se em um lugar fixo, estabelecido em termos geográficos: em uma área X ou, no caso do Bairro Capão Redondo, na zona sul de São Paulo. Em contrapartida, pensamos o espaço (“cruzamento de móveis”) da periferia enquanto um lugar no qual inúmeros sujeitos (ou categorias para as quais se atribuem ações) se movimentam (De Certeau, 1994).

Ainda sobre o espaço, precisamos mencionar que, para De Certeau (1994: 202),

(...) é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.

Por essa razão, neste trabalho, estabeleceremos a categoria *lugar* para a localização geográfica (Bairro Capão Redondo) de onde entendemos estar a posição que o sujeito ocupa para enunciar; e *espaço* para a periferia, isto é, o lugar praticado em que coabitam inúmeros sujeitos postos em movimento. A periferia será, para nós, entendida enquanto o espaço em que se dão as ações

dos sujeitos enunciador e enunciatário, segundo determinadas regras e condutas das quais logo discorreremos.

O sujeito da periferia fala a partir de uma posição-sujeito urbano habitante da periferia, isto é, ele produz seu dizer a partir do modo pelo qual este espaço significa nele, faz sentido para ele. A posição-sujeito representa “no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social” (Leandro Ferreira. 2001). Não existe apenas uma, mas várias posições-sujeito que podem ser ocupadas pelo mesmo sujeito em condições diferentes. Conforme assevera Orlandi (2002: 49) sobre a posição-sujeito, esta

Não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz (...) O modo pelo qual o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui.

A produção do discurso do sujeito que habita Capão Redondo (o lugar) e a periferia (espaço) dar-se-á de uma determinada forma e não de outra. No caso, este sujeito produzirá o seu dizer a partir de uma posição em que a cidade é entendida enquanto espaço em que prevalecem a criminalidade, a violência, a desigualdade, o desemprego e a exclusão.

Para que possamos pensar em exclusão, é importante que atentemos para questões de cunho sócio-econômico que, de um certo modo, corroboram para o processo de exclusão. A desigualdade econômica exclui sujeitos de uma participação igualitária na vida social uma vez que a má distribuição de renda em nosso país impede que todos possam usufruir os mesmos produtos e serviços. Do mesmo modo, a desigualdade social também atua para o processo de exclusão, tendo por base a herança da era do Brasil colonial e a questão da classificação das raças (inferior, mais primitiva, não cristã, etc.), que legitimava as práticas de dominação/escavidão.

A questão da democracia racial é bastante referendada no Brasil e, fazendo parte da formação discursiva do democratismo burguês⁵² povoa o imaginário social. Ela passou a ocorrer, segundo Vogt⁵³ (2003), ao mesmo tempo em que o país encontrava-se em um período de redemocratização, após a Segunda Guerra Mundial (1945), com a vitória dos países aliados sobre o nazi-facismo. Graças a esse ideal político e social, de acordo com o autor, ações no campo educacional e cultural visavam desenvolver a auto-estima da raça negra. Na mesma época, passava a haver uma intensificação na concepção de um povo brasileiro, em geral, conformista e cordial (Paz Tella, 1999).

Todavia, é por volta do início dos anos 70 que a democracia racial transformar-se-ia, de forma mais consistente, em uma ilusão, em um mito. Vogt (2003) afirma que

(...) a grande responsável pela situação de exclusão do negro está, na verdade, na estrutura de dominação da sociedade pelo *establishment* branco, consolidado no governo e difundido na sociedade civil. Passa-se, pois, da democracia racial, integradora e geradora de plenos direitos, para a denúncia de uma dominação real, assentada sobre a base de um racismo difuso e poderoso.⁵⁴

A prática do racismo, no discurso do Hip-Hop, constitui uma das formas de maior violência e exclusão realizada contra os negros. Os rappers denunciam que a violência praticada por policiais, por exemplo, é muito mais intensa contra sujeitos negros. Além da violência, eles denunciam também a posição inferior ocupada por negros em termos de emprego, de remuneração, de destaque na mídia, etc.

⁵² A formação discursiva do democratismo burguês é entendida por Orlandi (2004 a: 49; 2001a) como a formação em que "(...) o social é considerado estritamente regido por normatividades e pela autoridade (...)" (2001 a: 198) e é centrada nos "sentidos de convergir, instrumentalizar, reunir, globalizar, comunicar" segundo o politicamente correto e não segundo as necessidades reais da cidade. (idem, p. 201). Para nós, será tratada aqui como a FD dominante.

⁵³ Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/01.shtml>>, 2003.

⁵⁴ Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/01.shtml>>, 2003.

Um fato que pôde configurar a existência do racismo no Brasil foi a promulgação, em 1988, no ano do centenário da Abolição da Escravatura, da nova Constituição da República Federativa do Brasil. Nela, em decorrência da lutas pelos direitos civis dos negros, ficou consagrado, no Título II - Dos direitos e garantias fundamentais -, Capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos -, Artigo 5º -

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Artigo XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Antes de mais nada, é preciso nos referirmos ao enunciado “Todos são iguais perante a lei”. Lagazzi (1988: 41) classifica-o como a “máxima” sobre a qual se fundamentam o Direito e a Justiça, “(...) levando-nos a acreditar na imparcialidade da jurisprudência, no fim dos privilégios.” No entanto, ainda conforme a autora, essa aparente ‘imparcialidade’ recobre as diferenças entre os sujeitos, homogeneizando-os e assegurando a intercambiabilidade entre eles. Assim, Lagazzi (1988: 42) afirma que:

“(...) apaga-se o social e o histórico para que a ordem se mantenha a qualquer custo. É esse apagamento que sustenta a formação ideológica-jurídica, possibilitando que a lei se coloque como igual para todos.”

Essa aparente imparcialidade da lei, em última instância, a torna ‘injusta’ por proibir as distinções individuais, permitindo, assim, o surgimento dos privilégios a determinados sujeitos já que o aparelho jurídico legitima um Estado capitalista. Em verdade, o justo estaria na “possibilidade do diferente.” (Lagazzi, 1988: 43)

Por este funcionamento da justiça, entendemos que os sujeitos e suas práticas são homogeneizados e, dessa forma, a exclusão, as desigualdades e também o racismo tornam-se possíveis.

Além disso, é interessante observar que a necessidade da criação de uma lei que visa estabelecer a 'igualdade'⁵⁵ entre os habitantes de um país, bem como a punição de atos que venham a ocorrer contra os negros mostram o quão ilusória é a 'democracia racial'.

Além do artigo XLII da Constituição Federal, fala-se, atualmente, sobre o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que representa outro exemplo da luta do Estado e de organizações não-governamentais para o estabelecimento da igualdade racial (não nos dispomos aqui a investigar de que modo essa igualdade entre as raças é buscada).

Segundo a reportagem "Reivindicação por reparação caracteriza movimento negro contemporâneo"⁵⁶ da revista eletrônica *Comciencia*, o projeto de lei de igualdade racial é amplo e prevê, entre outras coisas, formas de prevenção e combate de doenças prevalentes na população negra, direito à liberdade religiosa e ao culto, reconhecimento e titulação das terras remanescentes de quilombos, inclusão dos negros no mercado de trabalho, através da contratação preferencial de profissionais negros, e também o polêmico sistema que prevê cotas para negros em concursos públicos e instituições de ensino superior (públicas e privadas). Em nosso entendimento, a necessidade de criação e legitimação de práticas buscadas por esses projetos de lei – denominada de ação afirmativa dos negros⁵⁷ – só faz comprovar a existência de um intenso sistema não só de preconceito racial, como também de exclusão social.⁵⁸

⁵⁵ Entendemos que a igualdade buscada seria aquela que coibisse a existência das injustiças sociais, dos privilégios para apenas um certo grupo de sujeitos.

⁵⁶ Cantarino, 2003, <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/02.shtml>>

⁵⁷ Vogt (2003).

⁵⁸ No entanto, não nos cabe aqui julgar essas reivindicações como certas ou erradas, apenas citamos exemplos que possam ajudar-nos a apontar para a existência de uma real prática de racismo no Brasil e para o fator da exclusão social.

CAPÍTULO III

ENTRE O BEM E O MAL: OS 'MANO' FAZEM A RIMA⁵⁹

1. Algumas Considerações Iniciais

Em nossa pesquisa, entendemos que o rapper faz parte de uma FD em que se encontram os sujeitos excluídos (os muitos, os 'eleitores'). Essa FD em que se encontra o rapper é por nós referida como FD da periferia e seus sujeitos seriam excluídos de uma participação social e econômica igualitária em nossa sociedade. A FD da periferia se colocaria, então, contra o sistema da FD dominante, criticando-a inúmeras vezes e apresentando-a como um 'mal' a ser evitado. Para nós, a FD dominante é aqui entendida enquanto a FD da classe média e da média alta, do "democratismo burguês" (Orlandi, 2004 a: 49), uma FD em que se encontram os incluídos (os poucos, os 'eleitos') e que "(...) mesmo não sendo os eleitos, trabalham a seu serviço (...)" (idem, p. 56). Essa FD dominante é da ordem da autoria (também de leis e de políticas que administram a cidade), da ideologia burguesa (Orlandi 2004 a), ou seja, da criatividade, da norma que estabelece a necessidade de 'ser diferente', ser criativo. Assim, em contrapartida, ela reduziria à banalidade o que é da ordem da opinião pública, do comum, da quantidade, dos 'eleitores'.

Trabalhamos com a hipótese, como já mencionamos, de que o processo de interpelação a um outro sujeito da periferia deixa vestígios referentes à organização do jurídico, que se encontra na FD dominante, tão duramente criticada pelo rapper.

Assim, apesar das críticas à FD dominante e a todo o seu sistema (jurídico, político que privilegia uns poucos), observamos que o dizer do rapper possui vestígios desse 'sistema' para interpelar e levar os 'manos' da periferia a

⁵⁹ "Fazer a rima" significa passar uma mensagem, dar um conselho. Disponível em: <http://www.hiphopbrasil.com.br/girias.html>

identificarem-se a normas (entendidas enquanto o juridismo que permeia as relações sociais) de seu grupo. Dessa forma, em um primeiro momento, o rapper interpela (como um policial) outro sujeito da periferia que não se identifica às normas do grupo. Em seguida, mobiliza sentidos de dois universos antagônicos (do Bem e do Mal) que dão conta do que é permitido ou não fazer em uma situação discursiva dada. Esses dois universos funcionam, discursivamente, por meio da ameaça, da coerção, pois instauram aquilo que é permitido ou não fazer.

O discurso do rapper procura instituir normas identificatórias e interpelar o sujeito a se identificar a elas. Entretanto, a contradição intrínseca a qualquer FD (que não é homogênea, livre de contradições) torna possível o rompimento da norma. A interpelação não se completa, e o sujeito pode não se identificar inteiramente à norma ou a ela resistir em determinadas situações discursivas (Pêcheux, 1988).

Para interpelar e fazer com que o sujeito chamado se identifique com as normas e passe a adotar uma atitude que esteja de acordo com a de seu grupo, o rapper mobiliza sentidos de dois universos antagônicos – o Bem e o Mal – representados por temas como polícia, drogas, mulheres, raça, informação (mídia), auto-valorização e atitude. Essa mobilização é utilizada como estratégia lingüístico-discursiva para levar o outro sujeito a identificar-se com as normas e aponta para uma ameaça inevitável caso sua escolha seja o mal: a violência extrema, isto é, a morte (seja pelas mãos de policiais, de ‘justiceiros’, seja pelas mãos do tráfico, etc.). Conforme observaremos nos enunciados por nós selecionados, o tema da violência é a estratégia discursiva que permeia a formulação do discurso do sujeito enunciadador, estando, de uma forma mais direta ou indireta, sempre presente.

O rapper enuncia a partir de uma posição-sujeito de um morador de periferia, negro, pobre e que deseja que sua comunidade (ou seu grupo) identifique-se com a negritude. Dizemos isso porque, como já foi mencionado, um dos objetivos do movimento Hip-Hop é ajudar a construir, no imaginário

social, uma representação positiva dos negros, que passariam a ter mais destaque no cenário político, social, etc. O sujeito enunciator dos textos musicados não foge a essa perspectiva.

É importante atentarmos para o fato de que não é qualquer sujeito que está autorizado a dizer em um dado grupo. Para enunciar, segundo Foucault (1996b), o sujeito precisa da qualificação, fornecida pelo grupo. Há um ritual, referido pelo autor (*idem*, p. 39), que “(...) define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (...)”. Além disso, de acordo com o mesmo autor (*idem*, *ibidem*), o ritual “(...) fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção.”

O rapper, em seu grupo, é um sujeito que se identifica à qualificação necessária para enunciar, uma vez que é ele mesmo o enunciator da ‘voz ativa’ da juventude negra, logo, do seu grupo. A partir da posição-sujeito rapper, isto é, enunciator de um texto musicado no qual estão reunidas música e poesia, o sujeito é autorizado a falar.

Na formulação de seu discurso, o rapper busca ‘interpelar’ outro sujeito, que está, aparentemente, na mesma FD que a sua. Este outro sujeito é identificado como um sujeito negro, pobre, morador de um bairro violento, hostil e sem participação (ou com uma participação mínima) no cenário político, social e econômico.

Sabemos que o indivíduo é, desde sempre, interpelado em sujeito pela ideologia. Althusser (1985: 96) afirma que a ideologia interpela (“ela recruta a todos”) os indivíduos em sujeitos. A interpelação a que se refere o autor também pode ser entendida como “(...) o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: ‘ei, você aí’” (*Idem*, *ibidem*). De forma semelhante, entendemos a interpelação ao outro sujeito, isto é, ele é interpelado a justificar seu comportamento (não aceito pelo rapper).

Segundo o dicionário, o enunciado ‘interpelar’, do Latim *interpellare* significa:

1.dirigir-se a (alguém) com alguma pergunta ou pedido de explicação em tom confrontativo (...); 2.intimar a prestar declarações, a dar esclarecimentos em tribunais, cortes, parlamentos, etc. (...); 3.JUR fazer interpelação a (alguém); (...) interromper, atrapalhar, importunar (...)⁶⁰

Observamos que ‘interpelar’ evoca, entre outros, o sentido de ‘interromper’, ‘atrapalhar’, ‘importunar’ bem como ‘perguntar’ em “tom confrontativo”. Em nossa análise, o sujeito enunciadador formula enunciados que remetem a um tom de confrontação quando se dirige ao sujeito chamado: “Eu tenho algo a dizer/ e explicar pra você (...) Finge não ser você/ E eu pergunto ‘Por quê?’” (“Voz Ativa”), “Você não me escuta/ ou não entende o que eu falo?”; “Diga qual a sua origem quem é você?” (“Negro Limitado”) e “Você não tem amor próprio, fulano?” (“Júri racional”).

De acordo com Pêcheux (1988: 159), é a ideologia que designa “o *que é* e o *que deve ser*”⁶¹, qual o lugar que cada posição-sujeito é interpelado a ocupar por meio do ‘uso’ e do ‘hábito’. Assim, a interpelação ideológica (de nível inconsciente) fornece, como já mencionamos, o sujeito-de-direito, que está em relação contratual com os outros sujeitos e que possui direitos e deveres.

Em um mesmo grupo, é esperado que o sujeito comporte-se de determinada forma e que se identifique ao mesmo discurso. Razão disso é os sujeitos fazerem parte da mesma FD (que regula o que pode e deve ser dito). No caso, espera-se que o sujeito da periferia identifique-se ao discurso que se coloca contra a exclusão social, as desigualdades socioeconômicas, que denuncia a violência etc. e comporte-se segundo os ‘hábitos’ e ‘costumes’ do grupo.

⁶⁰ Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, 2001.

⁶¹ Grifos de Pêcheux.

Partimos da idéia de que, conforme Lagazzi (1988), existem leis implícitas (a moral, os bons costumes) que regem o cotidiano das relações interpessoais. De acordo com a autora (*idem*, p. 45), nesse cotidiano

Não faltam (...) regras e padrões que fornecem ao sujeito os parâmetros que ele deve seguir enquanto membro de uma determinada sociedade (comunidade).

Assim, segundo Lagazzi (1988), o uso e o costume exercem uma força coercitiva nas relações interpessoais, travestidos do que a autora denomina de “juridismo” (*idem*, p. 46). O juridismo “(...) se coloca no nível do não-dito, do implícito” e por meio dele observamos “(...) direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas no cotidiano.” (*idem*, *ibidem*)

E de que forma podemos encontrar esse juridismo quando o sujeito enunciador formula seu dizer?

O juridismo pode ser observado a partir de leis (implícitas ou não) que regem o cotidiano do sujeito enunciador. Dentre elas: a consciência e a não aceitação da exclusão social, do racismo, da violência, o engajamento na luta pelo orgulho da raça negra, por uma maior participação na esfera econômico-social, entre outras. Não havendo o cumprimento dessas regras (ou pelo menos da maioria delas), o sujeito enunciador interpela (em “tom confrontativo”) e tenta convencer o sujeito chamado a se identificar às regras.

Enquanto formula seu discurso, o rapper não apenas espera que o sujeito chamado tenha uma compreensão responsiva em relação ao seu dizer, mas também espera que ele tenha uma atitude responsiva-ativa, no sentido bakhtiniano. Dito de outro modo, o sujeito enunciador espera que, uma vez compreendida a significação (lingüística) de sua enunciação, o sujeito chamado adote uma atitude responsiva-ativa. Assim, o sujeito chamado “(...) concorda ou discorda, completa, adapta, apronta-se para executar, etc. (...)” (d) o que foi dito (Bakhtin, 2000: 290).

No caso dos enunciados que analisaremos, observamos que o sujeito enunciador espera uma atitude de identificação às normas e, mais do que isso, uma atitude militante frente àquilo que é dito e/ou proposto.

Ao interpelar o outro sujeito e tentar convencê-lo a assumir uma atitude de identificação às normas, o sujeito enunciador faz uso de estratégias lingüístico-discursivas que o auxiliam na organização do seu dizer. Essa organização não se dá sem o que Pêcheux (1997b) denomina de formações imaginárias.

De acordo com Pêcheux (1997b), as formações imaginárias intervêm no momento em que o sujeito formula o seu dizer. Elas são responsáveis pelas imagens (projetivas) que o sujeito faz de si e do outro e regulam a produção de seu dizer. Dessa forma, o sujeito enunciador se faz as seguintes perguntas: “Quem sou eu para lhe falar assim?”; “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” (Pêcheux, idem, p. 83). A maneira pela qual o sujeito enunciador constrói, imaginariamente, a representação, ou melhor, a imagem de si e do outro é que vai atuar na forma como ele produz o seu dizer.

Devemos levar em consideração as seguintes questões: Como o sujeito enunciador (rapper) se imagina? Qual a imagem que ele tem de seu enunciatário? Qual a relação entre eles? É a partir desse jogo de imagens que o rapper vai formular o seu dizer.

2. “Ovelha Branca da Raça, Traidor!”

O Sujeito Enunciador e o Sujeito Chamado

Consideramos que a representação do sujeito enunciador (o rapper) só é possível a partir do momento que há, nos termos de Benveniste (1995: 286),

‘reciprocidade’⁶², isto é, “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (idem, *ibidem*). Assim, ao formular seu dizer a fim de convencer o sujeito chamado (o ‘tu’ a quem ele se dirige) a se identificar às normas de seu grupo, o rapper faz aparecer tanto a imagem que tem de si mesmo quanto a do sujeito a quem se dirige.

No entanto, conforme Orlandi e Guimarães (1988), é necessário que tenhamos em mente que, diferentemente do que propunha Benveniste sobre a Teoria da Enunciação, a autonomia do sujeito em relação ao que diz é apenas aparente, o sujeito-locutor⁶³ não é, assim, a fonte de seu dizer.

Ao nos remetermos às condições de produção do discurso do rapper, podemos compreender o autor desse discurso em um espaço sócio-histórico definido de pobreza, exclusão social, racismo e violência. Dessa forma, entendemos que o rapper está em uma Formação Ideológica que se coloca contra a Formação Ideológica do poder, na qual se encontrariam os ‘responsáveis’ pelas dificuldades por que passa a periferia.

No texto musicado “Voz Ativa”, do álbum “Escolha seu Caminho”, de 1992, observamos que o sujeito enunciador, desde o início do texto, propõe-se a servir de porta-voz (‘a voz’) daqueles que são excluídos. O próprio enunciado “voz ativa”, título do texto musicado, permite-nos observar essa intenção do sujeito enunciador. No entanto, a voz é ativa para quem? É o próprio rapper que responde: “A juventude negra agora tem voz ativa”. Os que passam a contar com uma voz ‘ativa’ são sujeitos jovens e negros. Mas porque esses sujeitos e não outros (velhos, crianças)? E por que agora e não antes?

Se considerarmos os não-ditos que estão na base do dizível deste enunciado (“A juventude negra agora tem voz ativa”), seremos levados a

⁶² Orlandi (1988: 11) refere-se ao termo “reversibilidade” para a troca de papéis entre o sujeito enunciador e o sujeito enunciatário. A reversibilidade é a condição primordial para que haja discurso.

⁶³ Para Orlandi e Guimarães (1988: 24), a unidade do sujeito que se dá em um texto pode assumir várias posições enunciativas referentes ao sujeito falante, quais sejam, “locutor, enunciador e autor. (...) o locutor é aquele que se representa como *eu* no discurso, o enunciador é a perspectiva que esse *eu* constrói, e o autor é a função social que esse *eu* assume enquanto produtor da linguagem.” Neste trabalho, utilizaremos ‘sujeito enunciador’.

remetê-los a uma memória discursiva em que estão presentes acontecimentos que se estendem a épocas remotas. A era do Brasil colonial, a representação dos negros enquanto sujeitos passivos, cordiais⁶⁴, de fácil dominação, a exploração da mão-de-obra escrava e a conseqüente desvalorização do sujeito negro justificam a ‘voz ativa’ de agora, desse tempo. Isto quer dizer que antes, em períodos mais longínquos e obscuros em que se dava o tráfico de negros para o Brasil, havia um silenciamento de ‘sua voz’, já que a ‘voz ativa’ é *ativa agora*, no momento atual de seu dizer.

A razão da ‘voz ativa’ estar voltada à juventude negra deve-se ao fato de que, na periferia das grandes cidades, o número de violência (policial ou não) praticada é muito maior contra sujeitos jovens e negros, de 15 a 25 anos, principalmente (Silva, 1998). Assim, a representação do sujeito chamado já começa a ser delineada: é um sujeito negro e jovem.

Em termos lingüísticos, nesse primeiro texto, o sujeito enunciador se representa por meio de uma série de enunciados, entre eles: “**Eu** tenho algo a dizer”, “Mas (**eu**) não garanto porém que engraçado **eu** serei dessa vez”, “E **eu** pergunto por quê?”, “(**eu**) Não quero ser o Mandela, apenas dar um exemplo”, “Mas **eu** lamento”, “(**eu**) Não proponho ódio”, “(...) que seja negro até os ossos, um dos **nostros**”, “Chega de festejar a desvantagem e permitir que desgastem a **nostra** imagem”, “Descendente negro atual, **meu nome é Brown**”, “(...) (**eu**) tô cansado”, “(...) (**eu**) não agüento mais”, “(...) onde estão **meus** semelhantes na TV?”, “(**eu**) Tenho orgulho de **mim**, um rapper em ação/ **nós** somos negros sim de sangue e coração”, etc.

Observamos que o sujeito enunciador é marcado, lingüisticamente, pelos pronomes **eu**, **meu**, **nosso**, **nós**, **mim**. Em termos discursivos, o sujeito enunciador revela ter ‘algo a dizer’ (o quê?), ‘que não é engraçado’ (para quem seria engraçado?), ele ‘questiona’ (o quê?), quer dar ‘um exemplo’ (para quem?), ‘lamenta’ (o quê?), ‘está cansado’ (de quê?), ‘não propõe o ódio’ (a

⁶⁴ Vogt “O Repto de Proteção” (out., 2002) disponível em www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/01.htm

quem?), 'não deseja festejar a desvantagem', 'não quer que desgastem a sua imagem' (quem?), e tem orgulho de si, de ser negro.

Assim, podemos observar a imagem que o rapper faz de si. Ele está representado como um sujeito que sabe de algo a ser revelado e explicado ao sujeito chamado. Além disso, ele se representa como um sujeito negro disposto a empreender ações que interrompam a celebração da desvantagem (dos excluídos?), pois está "cansado" disso. Ele também questiona a não participação de seus semelhantes (negros) na mídia.

Qual é a imagem que o sujeito enunciador faz do sujeito chamado? Essa representação é delineada por meio dos enunciados: "Se **você** se considera um negro, pra negro será MANO!", "Sei que problemas **você** tem demais", "Entre madames fodidas e racistas fardados de cérebro atrofiado não **te** deixam em paz", "Dizem que os negros são todos iguais/ **Você** concorda", "(**você**) Se acomoda, não se incomoda em ver", "Mesmo sabendo que é foda/ (**você**) Prefere não se envolver/ Finge não ser **você**", "**Você** prefere que o outro vá se foder".

O sujeito chamado aparece, lingüisticamente, pelo pronome 'você'. Discursivamente, ele é descrito como um sujeito que, mesmo enfrentando problemas com a polícia ("racistas fardados"), ignora (isto é, mantém-se passivo em relação a) os obstáculos pelos quais os moradores da periferia passam, alguém que não procura se envolver com outros moradores, um sujeito que se acomoda e que concorda com a opinião de "madames fodidas" (mulheres de poder aquisitivo considerável) e dos "racistas fardados" (policiais), que dizem que os negros "são todos iguais".

Desse modo, o rapper também denuncia que há uma generalização em relação à representação (pejorativa) do sujeito da raça negra feita por sujeitos da FD dominante, que justificam as atitudes e as agressões de policiais (racistas). Essa representação é aceita pelo sujeito chamado, que nada faz para mudá-la.

Outros enunciados do texto musicado “Voz Ativa” também fazem referência, mais indiretamente, à representação do sujeito chamado. “Nossos irmãos estão desnorteados/ entre o prazer e o dinheiro desorientados/ Brigando por quase nada/ Migalhas, coisas banais/ Prestigiando a mentira/ (...) desinformados demais”, “(...) tanta gente na mão de tão poucos/ Geração iludida, uma massa falida/ De informações distorcidas subtraídas da televisão”, “Mulheres assumem a sua exploração/ usando o termo ‘mulata’ como profissão”.

A partir desses enunciados, o rapper aponta para a existência de sujeitos em sua comunidade (“os irmãos”) que estão confusos, influenciados pela FD capitalista dominante, em que prazer e dinheiro são valores em vigência. Esta influência pode ser observada pela referência à mídia, que apresenta informações distorcidas, enganosas. Também jovens negras (“mulatas”) apresentam um comportamento condenável pelo sujeito enunciator, ao permitirem a sua exploração física.

Com essa representação, o rapper formula o seu dizer na busca da adesão desses sujeitos “desnorteados”, “iludidos” para que se juntem a ele em uma nova atitude (militante). É também pela desolação presente em seu dizer: “Mas eu lamento que irmãos convivam com isso naturalmente”, que passará a haver uma mobilização de sentidos, por meio de estratégias lingüístico-discursivas, a fim de interpelar e convencer o sujeito chamado.

Conviver com os obstáculos à volta “naturalmente” significa uma não participação do sujeito chamado, um não engajamento seu com o objetivo de reverter a situação (de desigualdades, exploração, racismo, violência, etc.). Fica o peso do não dito, do não envolvimento, do não acontecido por parte do sujeito chamado, ou seja, uma desobediência às regras (juridismo) do grupo.

No texto “Negro Limitado”, observamos algo novo. O sujeito enunciator estabelece uma ‘conversa’ (simulada) com o sujeito chamado. O texto inicia com um diálogo entre eles:

(SE)⁶⁵-Aí, **mano**, **cê** tá dando febre, certo?

(Sc)-O que é que é, **mano**?

(SE)-**Cê** tem que ter consciência.

(Sc)-Que consciência que nada; negócio de negro, consciência não tá com nada, o negócio é tirar um barato, morô!

(SE)-Pô, **mano**, **vamos** pensar um pouco.

(Sc)-Que pensar que nada, o negócio é dinheiro. E tirar uma onda!...

O sujeito chamado, marcado lingüisticamente por “cê” (você) e por “mano”, aparece ‘indiferente’ aos apelos do sujeito enunciador. Para ele, o que importa é o prazer (“tirar um barato”, “tirar uma onda”). O rapper investe na tentativa de persuadi-lo a ‘tomar consciência’ (“Pô, mano, vamos pensar um pouco”), mas não obtém a atitude responsiva-ativa esperada (identificação, consciência e engajamento).

O sujeito enunciador apresenta o sujeito chamado por meio dos enunciados: “**Você** não **me** escuta/ ou não entende o que **eu** falo/ (...) **Sou** chamado de preto otário/ Atrasado, revoltado/ (...) **Você** (não) admite **seus** erros/ (...) Falar sobre mulher/ (...) O Don Juan das vagabundas/ (...) Falta postura, QI suficiente/ (...) Malandros como **você**/ (...) Negro limitado”.

Observamos que a imagem que o sujeito enunciador faz do sujeito chamado é de alguém (um “malandro”) que não quer ouvir o que ele tem a dizer, um sujeito atrasado (que não acompanha as mudanças de paradigma – as novas ‘leis’, os costumes – de seu tempo) e revoltado (com o quê?), que não reconhece os próprios erros (quais?) e que prefere falar de mulher (prazer). Por tudo isso, o sujeito chamado é chamado de “negro limitado”, isto é, um sujeito incapaz de romper com padrões e comportamentos considerados ‘atrasados’, retrógrados’ e que vão contra o juridismo vigente nas relações interpessoais que vigoram na periferia.

Em “Júri Racional”, as imagens do sujeito enunciador e do sujeito chamado surgem mais intensas. O sujeito enunciador representa o sujeito

⁶⁵ (SE): Sujeito Enunciador; (Sc): sujeito chamado.

chamado a partir dos seguintes enunciados: “**Você** não tem amor próprio, **fulano**?/ **Nos** envergonha, (**você**) pensa que é o maior/ (**você**) Não passa de um sem vergonha, se ousar!/ Ouse (**você**) só definir **sua** personalidade./ Mas é inferioridade o que **você** sente no fundo./ (**você**) Dá aos racistas imundos/ razões o bastante pra prosseguirem **nos** fodendo como antes/ Ovelha branca da raça, traidor!/ (**você**) Vendeu a alma ao inimigo, renegou **sua** cor”.

Observamos que o rapper interpela o outro sujeito por meio do pronome “você” e pela nomeação⁶⁶ sob a qual este é chamado, “fulano”, isto é, o sujeito enunciatador não se destina a um sujeito específico, mas a um sujeito que poderia ser qualquer um habitante da periferia que estivesse sob as mesmas condições.

O “fulano” é representado como alguém que não tem amor próprio, envergonha os outros, pensa que é o maior, um sem vergonha. O sujeito chamado é referido ainda como alguém que não tem apreço por si (e pela sua raça), agindo de forma que cause vergonha aos demais, pensando estar sendo ‘superior’ aos demais de sua comunidade (“pensa que é o maior”).

Além disso, o sujeito chamado é acusado de ser um “traidor” dos costumes, dos hábitos (do juridismo) da FD da periferia, uma vez que se comporta como se fosse um sujeito da raça branca, ao renegar a sua cor (“**renegou** sua cor”), e da FD dominante – capitalista, na qual prevalece a idéia de mercado (“**Vendeu** a alma ao inimigo”). Diversas vezes, entendemos a referência à FD dominante como a FD em que estão reunidos os sujeitos da raça branca, o que reforça o antagonismo *negro x branco*, observado no decorrer deste trabalho.

Por meio dos enunciados referidos pelo sujeito enunciatador, podemos observar que sua imagem é construída a partir das descrições que ele faz do sujeito chamado e dos sujeitos de raça branca. De acordo com Scherer (1999:

⁶⁶ Segundo Guimarães (2002: 36), dar nome é “(...) identificar um indivíduo biológico enquanto indivíduo para o Estado e para a sociedade, é tomá-lo como sujeito.” Neste estudo, “fulano” não nomeia um sujeito específico, mas funciona para ‘identificar’ qualquer um sujeito que esteja sob as condições denunciadas pelo rapper.

193) “(...) é no discurso que um grupo constrói a formulação de sua unidade e a imagem de sua identidade pela diferenciação com os outros grupos.” Esta diferenciação (o sujeito enunciador se coloca contra a conduta do sujeito chamado e dos sujeitos da raça branca) é que nos permite entender a constituição da representação que ele faz de si.

A representação do próprio sujeito enunciador passa a ser delineada a partir das características fornecidas por ele sobre o sujeito chamado, isto é, a imagem do rapper é de um sujeito que possui amor-próprio, não envergonha a comunidade a qual pertence, não se acha o “maior”, ou seja, superior aos demais e que possui caráter, uma vez que “tem vergonha na cara”.

Na passagem abaixo, a caracterização do sujeito chamado continua. Agora, o sujeito enunciador o acusa (e ‘acusar’ mantém relação com o funcionamento do jurídico) de, na verdade, ser alguém que se sente inferior (por ser da raça negra possivelmente) e de agir de forma conivente com os racistas, uma vez que fornece motivos para que esses continuem práticas de tratamento cruel (“nos fodendo”) que se estendem desde épocas remotas (“como antes”).

Ouse só definir sua personalidade./ Mas é inferioridade o que
você sente no fundo./ Dá aos racistas imundos/ razões o
bastante pra prosseguirem nos fodendo como antes/

O interdiscurso atua nos enunciados acima, fazendo emergir uma série de não-ditos que se atualiza no momento de sua formulação. A “inferioridade” que o sujeito enunciador afirma ser o sentimento profundo do sujeito chamado faz emergir enunciados tidos como verdadeiros na era do Brasil colonial escravocrata, como já mencionamos.

Pelo processo de antecipação, presente nas formações imaginárias, o rapper formula o seu dizer. Isto quer dizer que ele, inevitavelmente, leva em consideração a imagem que ele constrói do sujeito chamado para mobilizar

sentidos e levá-lo a identificar-se às normas de seu grupo. Passemos, então, à formulação desse dizer.

3. “Escolha seu caminho⁶⁷”

Diante de uma aparente indiferença do sujeito chamado (os três textos não apresentam a identificação do sujeito chamado às normas do grupo da periferia), o sujeito enunciador vai formular o seu dizer a fim não só de interpelá-lo⁶⁸, mas também de apresentá-lo a e preveni-lo de um ‘mal’ que ameaça os sujeitos da periferia.

O que observamos é a oposição Bem X Mal atravessando o discurso do rapper. Esses dois universos antagônicos que são mobilizados dão conta do juridismo que vigora na periferia, isto é, as condutas que devem ser seguidas (o Bem) ou evitadas (o Mal).

Além disso, o Bem e o Mal são apresentados não só para alertar o sujeito chamado, mas também para lhe fazer uma espécie de ameaça (de um mal e de um possível castigo), tomando a forma de coerção a fim de ‘disciplinarizar’, conforme Foucault (1996a), o sujeito chamado.

A ameaça inevitável, caso a escolha seja o mal, é materializada sob a forma da violência. O tema da violência (realizada seja pelas mãos de policiais, seja pelas mãos de justiceiros ou pelas do tráfico) subjaz a formulação de seu discurso e atua como uma ameaça extrema, isto é, a possibilidade da morte. O tema da violência é uma estratégia discursiva que funciona para tentar convencer o sujeito chamado a identificar-se às normas do grupo, pois

⁶⁷ Título do segundo álbum do Racionais MC's.

⁶⁸ Interpelá-lo, como já afirmamos, a partir de uma postura descrita por Althusser (1985) de um policial ‘ei, você aí’, o que significa que há a presença de uma FD no dizer do rapper que aponta para o funcionamento do jurídico, isto é, do Estado enquanto um aparelho político e ideológico que “distribui-verifica-controla as identidades”. (Pêcheux, 1988: 154)

apresenta a principal consequência da infração das 'regras': a morte. Assim, o poder de coerção opera a partir da ameaça de uma punição, de um castigo (nas formas de violência) (Foucault, 1996a).

No texto "Voz Ativa", a representação dos universos discursivos do Bem e do Mal pode ser observada nos seguintes enunciados: "Entre **madames** fodidas e **racistas fardados**"; "Nossos irmãos estão desnorreados/ Entre o **prazer** e o **dinheiro** desorientados"; "**Postura definitiva**"; "Geração iludida, uma massa falida/ De **informações distorcidas**/ subtraídas da **televisão**"; "**Mulheres** assumem a sua **exploração**/ Usando o termo mulata como profissão"; "**Precisamos de nós** mesmos/ Essa é a questão"; "**Gostarmos** de nós, **brigarmos** por nós/ **Acreditarmos** em nós".

Os universos discursivos são apresentados a partir de alguns elementos e de comportamentos que podem levar o sujeito chamado ao caminho do Bem ou do Mal:

Universo discursivo do BEM	Universo discursivo do MAL
<ul style="list-style-type: none"> -“postura definitiva” -auto-estima, auto-valorização -luta pelos semelhantes 	<ul style="list-style-type: none"> -policiais -mulheres de poder aquisitivo superior -prazer e dinheiro -mídia -exploração sexual (“mulata”)

Discursivamente, o caminho do Bem está representado pela adoção de um “comportamento definitivo”, isto é, categórico, decidido a empreender ações a fim de se defender, se valorizar. É um comportamento militante (“brigarmos por nós”), no qual do sujeito é esperado ocupar a posição-sujeito morador de periferia e de atitude decidida a lutar pela auto-valorização dos sujeitos de raça negra.

O caminho do Mal está materializado na imagem que o rapper faz de policiais (“racistas fardados”), de mulheres da FD dominante (“madames fodidas”) e daquelas que se deixam levar pela exploração sexual, na imagem

do prazer e do dinheiro (que “desnorteiam”) e da mídia (que “distorce as informações”).

Os sentidos que estão sendo mobilizados relacionam-se à crítica não só à FD dominante (cujos valores “desnorteiam” os “irmãos”), mas também aos próprios sujeitos que estariam sob as mesmas condições do rapper (sofrendo com a violência, a exclusão, etc.), mas que, mesmo assim, não apresentam uma reação.

Os sujeitos que não querem se envolver são denominados de “geração iludida”, “massa falida”. São iludidos pela mídia, que apresenta uma realidade não condizente com o que é vivenciado na periferia. Eles são “uma massa falida”, isto é, sujeitos enganados e destruídos pelos valores da FD dominante. O rapper denuncia isto e esta denúncia também é uma das formas de mobilizar sentidos e fazer com que o sujeito chamado saia da ‘passividade’.

A relação *muitos x poucos, povo x minoria privilegiada* também é fortemente marcada no texto. De acordo com Orlandi (2004a) há um confronto do trabalho simbólico da segregação. A segregação espacial é feita não só por meio de levantamento de muros, mas também através da remoção (feita pelo poder administrativo da cidade) dos ‘indesejados’ para áreas mais periféricas da cidade.

Além da segregação espacial, a econômico-social também é denunciada. Deste modo, percebemos nos enunciados “Mais da metade do país é negra e se esquece/ Que tem acesso apenas ao resto que ele oferece/ Tão pouco para tanta gente/ Tanta gente na mão de tão pouco”, a denúncia da desigualdade social e da relação incluídos (“tão pouco”) x excluídos (“tanta gente”).

Com palavras comuns, coladas à situação real de vida dos sujeitos da periferia, o sujeito enunciativo formula seu dizer de um lugar em que “(...) a separação entre o popular e o erudito não tem função (...)” (Orlandi, 2004 a: 52). Isto é, a denúncia da exclusão, vivenciada no cotidiano desses sujeitos, é

mostrada como uma vitrine do real, desfazendo a oposição (imposta pela FD dominante) de eleitos (incluídos) X eleitores (excluídos).

A maneira pela qual o rap desfaz essa oposição, mesmo de forma inconsciente, representa uma forma de perturbar a ordem imposta pelo discurso do urbano. Isto é, a um discurso que visa homogeneizar os sujeitos, as práticas sociais e os discursos e a uma ideologia que privilegia a criatividade, a originalidade o rap rebate com as falas que desorganizam, com as palavras comuns, com a exposição de um pedaço do real do qual faz parte. E de que modo o rap desfaz essa oposição?

Ao insistir no mesmo, no repetido (palavras comuns e temáticas cotidianas da periferia), o efeito é justamente o contrário: a divergência, isto é, transferem-se sentidos, elaboram outros discursos, como o da denúncia (Orlandi, 2004 a). Assim, o rap constrói uma réplica à ideologia burguesa, que estabelece a primazia do diferente, do único, do original enquanto banaliza o comum, a massa, o povo (e as situações do dia-a-dia que o acompanham).

A denúncia da violência, o uso das drogas, o racismo, as desigualdades sociais são estampadas pelo discurso do rapper. Ele formula o seu dizer de um lugar em que o politicamente 'correto' (a serviço da normatividade do urbano) não tem função. Por isso mesmo ocorre o efeito da divergência a partir do que Orlandi (2004 a: 52) denomina de "instalação verbal": sob a forma de uma conversa (entre amigos ou inimigos), o rapper relata um caso trivial, da realidade das ruas, da favela, do cotidiano seu de todo o dia. A autora (idem) entende que é por meio desse relato (com palavras comuns, sem tomar distância de onde se fala e sem seguir o politicamente correto, insistindo no mesmo) que se institui a divergência, isto é, "instala[ção] no real concreto" (idem, p. 53).

Porém, conforme observaremos, esse discurso 'perturbador', que institui essas novas formas de significar o real, apresenta vestígios da FD dominante, sinais que remetem à organização do jurídico.

Em “Negro Limitado”, observamos a mesma relação entre Bem e Mal por todo o texto musicado. O sujeito enunciador busca apresentar o Bem e o Mal para que o sujeito chamado “Escolha o seu caminho”. Importante mencionar que este enunciado é título do álbum e apresenta duas formas bastante diferentes, senão opostas, de se viver. O verbo ‘escolher’ está na forma de imperativo, o que nos autoriza a entendê-lo como uma ação em forma de ordem, ou seja, uma tentativa de direcionar a atitude a ser tomada pelo sujeito chamado. (Ortiz, 1995) O enunciado imperativo liga-se à posição ideológica que o sujeito ocupa no discurso bem como à imagem que ele faz do sujeito chamado. Assim, o rapper ocupa uma posição no discurso que o autoriza a falar (Foucault, 1996 b) e, mais do que isso, a ordenar (em seu duplo sentido: impor ordens, colocar em ordem) o sujeito chamado.

A partir da posição ideológica e da imagem que faz do sujeito chamado, o rapper apresenta os dois universos discursivos para que este ‘escolha’. O Bem pode ser encontrado nos seguintes enunciados do texto em questão: “Cultura, educação, livros, escola”, “Leia, se forme, se atualize, decore”, “Ser um verdadeiro preto, puro e formado”, “Mantenha distância de dinheiro fácil/ De bebidas demais, policiais, coisas assim”, ter uma “(...) mente articulada”, “Preto digno”.

Os próximos enunciados dão conta de um Mal (o revés do outro “caminho”): “Falar sobre mulher, seu principal passatempo”, “Vive contando vantagem, se dizendo o tal”, “Malandros como você muitos finados contei”, “Crocodilagem demais/ vagabundas e drogas”, “Antes que os racistas otários fardados de cérebro atrofiado/ Os seus miolos estourem/ E estará tudo acabado/ Cuidado!/ O Boletim de Ocorrência com seu nome em algum livro/ Em qualquer arquivo, em qualquer distrito/ Caso encerrado nada mais que isso/ Um negro a menos contarão com satisfação”, “(...) se afogar na sua própria indiferença”, “ou ser apenas mais um negro limitado”, “Roupas caras de etiqueta não valem nada”, “Negro Limitado”.

A partir desses enunciados, ocorre a mobilização dos dois ‘universos’, que perpassam o dizer do sujeito enunciadador. Observamos que o Bem e o Mal atravessam o seu discurso a fim de, discursivamente, denunciar o que ocorre na periferia e, então, ameaçar e tentar convencer o sujeito a adotar a atitude (militante, engajada, consciente) desejada pelo rapper.

A ‘ameaça’, apresentada sob a forma da violência, elemento da estratégia discursiva do rapper, encontra-se nos enunciados “malandros **como você** muitos **finados** contei”, “Os **seus miolos estourem**”, “**Cuidado!**”, “**O Boletim de Ocorrência com seu nome (...)**”, “Um **negro a menos** contarão com satisfação”. A possibilidade da morte é materializada nas expressões “finados”, “estourem”, “Boletim de Ocorrência”, “negro a menos”. Assim, discursivamente, o rapper mobiliza sentidos que buscam fazer com que o sujeito chamado observe o prenúncio da violência e a conseqüente ‘proximidade’ da morte de um sujeito negro e de atitude de “malandro”. Ou seja, o rapper apresenta a possibilidade de sua morte (do sujeito chamado), caso ele ‘escolha’ o caminho ‘errado’.

Universo discursivo do BEM	Universo discursivo do MAL
-consciência, informação e inteligência; -cultura, educação, livros, escolas; -ler, informar-se, atualizar-se; -“ser preto digno, puro e formado”; -ser “temido e respeitado”.	-mulheres; -“malandros”; -drogas; -indiferença; -dinheiro fácil, bebidas, policiais; -“negro limitado”.

O Bem está atrelado à informação e à auto-valorização do sujeito negro. Para o rapper, esse é o “caminho” a ser seguido a fim de se evitar, a partir de uma ameaça mais extrema, a morte. Todavia, podemos perceber que este Bem, apresentado pelo rapper, traz um elemento que, a princípio, poderia ser considerado ‘fora’ do universo do Bem. O medo (“Inteligência e um cruzado de direita/ Será temido e também respeitado”) é apresentado como um resultado alcançado por aquele sujeito que optar pelo caminho do Bem.

Ora, a violência e o temor não seriam contrários à prática do Bem? Que sentidos outros estão sendo mobilizados quando o rapper apresenta esses dois elementos? Quais são os não-ditos que estão atuando na formulação de seu dizer?

Em um primeiro momento, com um olhar mais ingênuo, pensamos que esses elementos não poderiam estar juntos, a partir da perspectiva de uma FD que entende a violência como elemento que não condiz com um bem (a da religião, por exemplo). No entanto, observamos que, na verdade, o rapper desliza da FD da religião para a FD da periferia.

Instalado em uma FI que se encontra em confronto com a do poder (jurídico, econômico), o rapper fala de uma determinada posição que aponta para uma FD. É possível percebermos, às vezes, um deslizamento do sujeito enunciativo que vai de uma FD à outra quando estrutura, formula seu discurso. Isto se deve ao entendimento de que um discurso não é homogêneo, mas antes é atravessado por outros dizeres, constituído por outros discursos, pela heterogeneidade discursiva (Authier, 1990).

Esse deslizamento provoca outros efeitos de sentido. O que queremos sustentar é que, quando o rapper desliza de uma FD à outra, suas palavras mudam de sentido. O Bem, do qual ele fala para tentar convencer o sujeito chamado, difere da concepção de Bem de uma FD como a da religião. É de outro lugar que ele enuncia o seu dizer. A FD da periferia atua na formulação de seu dizer, fazendo com que suas palavras signifiquem de um jeito e não de outro.

Assim pensado, podemos entender que o Bem apresentado pelo rapper ao sujeito chamado é constituído de inteligência, informação, auto-valorização, respeito e temor. O temor que o sujeito causa em outros sujeitos pode garantir a ele uma espécie de 'proteção', uma vez que os "malandros" e as "vagabundas" passarão a respeitá-lo, procurando não se envolver com ele. Da mesma forma, também a polícia não terá meios para cometer injustiças contra ele.

Dessa maneira, devemos remeter o sentido de ‘temor’ a uma FD (da periferia) em que, para se estar seguro, não se envolver em problemas (drogas, mulheres, policiais) é necessário ser temido. O temor traz consigo o respeito e, em um lugar hostil e violento como a periferia, é um elemento que atua no universo discursivo do Bem, para garantir o ‘bem-estar’ próprio de um sujeito que lá vive.

Outro ponto a ser considerado é a categoria ‘mulher’ no universo do mal. A FD da religião que atravessa o dizer do rapper propõe a mulher como a representação da perdição, semelhante à Bíblia. Assim, a mulher estaria no universo discursivo do mal porque ela seria capaz de ‘corromper’ o homem, como a Eva que corrompera Adão ao lhe oferecer a maçã (o pecado, a perdição, o mal) e insistir para que ele a provasse.

Na tentativa de convencer o sujeito chamado a escolher o “caminho” do bem, o rapper, lingüisticamente, marca a mulher nos enunciados “madames fodidas” e “vagabunda”, nos textos “Voz Ativa” e “Negro Limitado” respectivamente.

Em termos discursivos, essas referências à mulher fazem emergir sentidos que remetem ao universo discursivo da ordem do mal, do pecado, da exploração física e do dinheiro fácil.

O enunciado “fodidas” pode ser tomado como que apresentando uma representação de algo ‘ruim’, ‘mau’. Já o adjetivo “vagabunda”, em uma FD sexista, não significaria o mesmo se fosse usado para qualificar um homem. A mulher “vagabunda” faz emergir sentidos referentes à prática sexual ‘libidinosa’, mulheres que vendem seu corpo ou que dele fazem uso para alcançar determinados objetivos, como as “mulatas”, denunciadas pelo rapper.

Esta representação da mulher em “Voz Ativa” e “Negro Limitado” é atravessada por uma FD sexista. Observamos que a maioria das referências à mulher nos textos é realizada com a intenção de rebaixá-la, de configurar o mal a fim de ameaçar e tentar convencer o sujeito chamado.

Como afirmamos, o tema da violência subjaz o dizer do rapper. Mas como a violência encontra-se associada à representação da mulher? Em “Voz Ativa”, a mulher está colocada, lingüística e discursivamente, junto aos policiais racistas e violentos (“Entre madames fodidas e racistas fardados”). Dessa forma, como os policiais são considerados violentos, essa disposição torna também a mulher (madames) uma ‘ameaça’ aos sujeitos da periferia. Isto se deve ao fato de que o operador discursivo “e”, que reúne “madames” e “policiais”, produz um efeito de co-extensão entre essas duas categorias, reunindo-as sob uma mesma situação: o perigo.

Em “Negro Limitado”, a referência à mulher encontra-se nos seguintes enunciados: “Falar sobre **mulher**, seu principal passatempo/ O Don Juan das **vagabundas**, eu lamento./ Vive contando vantagem, se dizendo o tal/ Mas simplesmente **falta postura**, QI suficiente/ Me diga alguma coisa que ainda não sei./ **Malandros** como você, muitos **finados** contei.”

Pelos enunciados, observamos que ‘mulher’ está associada à falta de atitude, à atitude de “malandros”, potenciais vítimas da violência, pois que, segundo o rapper, podem tornar-se “finados”. Assim, a violência (a morte) representa uma ameaça para os sujeitos que se envolvem com mulheres (“vagabundas”).

A representação da mulher em “Júri Racional” também passa pela violência. Nos enunciados: “Aquelas **vacas**”, “**Burguesas cadelas**”, “Se vestir como playboy, freqüentar danceterias,/ Agradar as **vagabundas**, ver novela todo dia, que merda!/ Se esse é seu ideal é lamentável./ É bem provável que **você se foda muito**,/ Você se **auto-destrói** e também quer nos incluir.”

Observamos que, semelhantemente aos outros dois textos, ‘mulheres’, que pertencem à FD dominante (“burguesas”), representam a convivência do sujeito com essa FD e, conseqüentemente, com a violência, com a destruição dos sujeitos da periferia. Isso porque o sujeito chamado, ao se comportar como um sujeito da FD dominante e envolver-se com as mulheres, “provavelmente” vai “se foder muito”, ou seja, prejudicar-se, destruir-se (“Você se auto-destrói”).

Novamente, o elemento ‘violência’ faz emergir sentidos da ameaça em uma relação que podemos resumir da seguinte forma: mulher = ameaça = violência.

Os universos discursivos do Bem e do Mal continuam a atravessar o discurso do rapper em nosso último texto a ser analisado, “Júri Racional”. No entanto, há uma intensificação no que tange o sentimento de hostilidade (contra os incluídos) entre esses dois universos, que tem início com os primeiros textos e se intensifica neste último.

Neste último texto, a configuração dos dois universos discursivos é mais acentuada, apresentando seus elementos de forma mais intensa e violenta. O Bem está representado nos seguintes enunciados: “Eu quero nos **devolver** o **valor** que **a outra raça** tirou”, “Essa é a questão: **auto-valorização**”, “O **verdadeiro negro** tem que ser capaz/ De **remar contra a maré, contra qualquer sacrifício**”.

Diferentemente dos outros textos, o caminho do Mal é apresentado como já acontecido, como se o sujeito chamado já tivesse feito sua escolha (pelo caminho do Mal), como no enunciado: “**Vendeu** a alma ao inimigo, **renegou** sua cor” e “Mas se assim **você quis**, então terá que pagar.” O tempo verbal, pretérito perfeito, designa uma ação já concluída.

Os enunciados que dão conta do Mal a ser evitado e, ao mesmo tempo, já praticado pelo sujeito chamado são: “Você **não tem amor próprio**, fulano?”, “Mas é a **inferioridade** que você sente no fundo/ Dá aos **racistas imundos**/ razões o bastante para prosseguirem **nos fodendo** como antes”, “Me causa raiva e indignação/ a sua **indiferença** quanto à nossa destruição”, “Se vestir **como playboy**, freqüentar danceterias,/ Agradar as **vagabundas**, ver novela todo dia, que merda!”, “É bem provável que **você se foda muito**,/ Você se **auto-destrói** e também quer nos incluir”, “Desde o início, me mostram indícios/ Que **seus artifícios são vícios pouco originais**,/ **anormais, artificiais, embraquiçados** demais”, “Então! Olhe pra você e lembre dos irmãos/ Com o **sangue** espalhado, fizeram muitas **notícias**!/ **Mortos** na **mão da polícia**, **fuzilados** de bruços no chão”, “E considera o **réu culpado**,/ Por **ignorar** a luta

dos antepassados negros,/ Por **menosprezar** a cultura negra milenar,/ Por **humilhar e ridicularizar** os demais irmãos,/ Sendo **instrumento voluntário** do inimigo racista.”

Universo discursivo do BEM	Universo discursivo do MAL
-auto-valorização -lutar contra os sacrifícios	-inferioridade (falta de amor próprio) -conivência com os racistas -indiferença -violência policial -comportar-se como sujeito da FD dominante (os “playboys”) -agradar as mulheres da FD dominante (“burguesas cadelas”) -conivência com sujeitos da FD dominante, ao ignorar, menosprezar, ridicularizar a FD da periferia

Observamos que o universo discursivo do Mal é representado, de forma mais hostil, por meio de valores e elementos apontados como da FD dominante. Entre outros, fazem parte da FD dominante o prazer, o dinheiro e as mulheres, a polícia e a mídia. Além disso, os hábitos dos sujeitos da FD dominante (danceterias, novela, roupas caras, mulheres) fazem referência ao modo de vida da sociedade capitalista, criticado pelo rapper.

A FD dominante é considerada o “inimigo” para quem o sujeito chamado “vendeu a alma”. A representação desse “inimigo”, que configura o mal, é fortemente marcada nos enunciados: “Ovelha branca da raça, traidor/ Vendeu a alma ao inimigo, renegou sua cor”; “Desde o início, me mostram indícios/ Que seus artifícios são vícios pouco originais,/ anormais, artificiais, embraquiçados demais.”

O caminho do mal, que deve ser evitado a fim de impedir a destruição dos sujeitos da raça negra e moradores da periferia, é representado pelos sujeitos da raça branca e os valores da FD dominante.

Interessante notar que o enunciado popularmente conhecido “ovelha negra” assume um novo sentido. A “ovelha negra” pode ser entendida, num

primeiro momento, como o sujeito-problema de uma dada situação, que infringe as regras (as normas, os hábitos, a moral) estabelecidas entre um grupo de pessoas, como em uma situação familiar. Nesta situação, um parente próximo se comporta de maneira adversa dos costumes de uma família, causando-lhe problemas e, por esta razão, pode ser chamado de “ovelha negra da família”, isto é, aquele cujo comportamento não é aceito.

No enunciado “ovelha branca da raça, traidor!” percebemos uma paráfrase do enunciado conhecido “ovelha negra”, isto é, a ovelha desgarrada, que difere das demais (brancas) por apresentar um comportamento impróprio. No entanto, esta paráfrase faz um jogo entre as palavras “negro” e “branco” que remete à questão racial (o negro *versus* o branco). Assim colocada, esta oposição pode ser estendida aos dois universos antagônicos já mencionados, o Bem *versus* o Mal.

O enunciado “ovelha branca” re-significa o enunciado popularmente conhecido “ovelha negra”. A ovelha branca, nesse sentido, é apontada como o “traidor” dos costumes, dos hábitos (juridismo) da raça negra da periferia, comportando-se como se fosse um membro da raça branca, ou seja, um membro daqueles que têm prejudicado a raça negra (desde a época da escravidão).

De forma semelhante, observamos que a palavra “embranquiçado” assume sentidos outros que, de acordo com a FD em que o sujeito enunciador está inserido, representa o “mal” a ser evitado. O ‘branco’ é referido como o “anormal”, o “artificial” e, quanto mais branco, mais dessas características se tem, uma vez que “embranquiçado *demais*” nos autoriza a refletir sobre não-ditos (*de menos*, por exemplo) que dizem o contrário: “embranquiçado *de menos*”, “*menos* branco” e, assim, “mais negro”. Essa (*de*)gradação (da raça branca) permite que afirmamos: quanto mais branco, mais artificial, mais anormal e, logicamente, quanto mais negro, mais natural (menos artificial), mais normal (menos anormal). Assim, podemos afirmar que a raça branca

estaria para o caminho do Mal do mesmo modo que a raça negra estaria para o caminho do Bem.

O universo do Mal é configurado por uma gradação que qualifica a raça branca, iniciando em “vícios” e se estendendo a “embranquiçados demais”. É importante ressaltar que a palavra “vício” possui sentidos que possibilitam associá-la a comportamentos e condutas perniciosos, depravação, desmoralização, hábitos ruins (vício em tóxicos), etc. O sujeito enunciador afirma que o sujeito chamado é quem possui vícios; no entanto, quando ele afirma que são “vícios embranquiçados demais”, observamos que, na verdade, é a FD dominante que ele atribui os vícios que são “pouco originais”, “anormais”, “artificiais”.

A FD dominante assume contornos de um universo discursivo pernicioso, capaz de levar o sujeito da raça negra e morador da periferia para o caminho do mal, assumindo a posição-sujeito de mentiroso (como as informações distorcidas pela mídia), racista (como aqueles que querem a destruição dos sujeitos de raça negra) e assassino (como a polícia que mata os sujeitos negros da periferia).

A questão referente à raça acaba por assumir grande importância quando a intenção é criticar a FD dominante (dos sujeitos brancos, do Mal). Assim, os sujeitos da raça negra podem ser situados no universo discursivo do Bem (contra a FD dominante e seus valores destrutivos).

De acordo com Santos (1997), muitos teóricos têm relacionado a formação discursiva em que o branco se sobrepõe ao negro a sistemas de dominação, como o imperialismo, o colonialismo, o racismo “(...) que compelem, ativamente, os grupos negros a internalizarem percepções negativas da negritude, a se auto-odiarem” (Santos, idem, p. 99) e se sentirem inferiores aos brancos.

O rapper, como um sujeito que se representa enquanto negro, pobre, excluído, busca romper com o padrão estabelecido. Ele interpela o outro sujeito, ameaçando-o para tentar convencê-lo a adotar uma atitude militante

(de não-aceitação) em relação à exclusão social, às desigualdades estabelecidas e à violência sofrida.

O rapper formula seu dizer, criticando a FD dominante e apresentando os caminhos do Bem e do Mal para que o sujeito chamado faça a sua ‘escolha’ (em verdade, percebemos que por trás de ‘escolher’ está a coerção, caso contrário, o sujeito enunciador não seria ‘julgado’, conforme em “Júri Racional”). Entretanto, por vários momentos, é possível observarmos que o discurso dessa mesma FD criticada (dominante) deixa seus vestígios no dizer do rapper. Onde estão esses vestígios? Que efeitos de sentido fundam na organização do dizer do rapper? É disso que trataremos agora.

4. “O réu é culpado”⁶⁹ – Vestígios do Jurídico

Como já mencionamos, um determinado discurso não é homogêneo, mas, antes, é atravessado por diferentes FDs. Conforme pudemos observar, há sinais da FD sexista e da FD religiosa em seu dizer. Do mesmo modo, é possível encontrarmos também sinais da FD em que se dá a organização do jurídico, pertencente à FD dominante, onde situamos o discurso *do* urbano.

De um lado, observamos que o discurso do rapper é marcado, discursivamente, por seu objetivo de romper com os padrões pré-estabelecidos pela hegemonia da FD dominante. Ele busca resgatar o valor de sua própria raça, colocando-se contra os costumes e os hábitos da FD do democratismo burguês, quais sejam, o consumo exacerbado (“Roupas caras, de etiqueta” – “Negro Limitado”), a competição entre os sujeitos (“é a nossa destruição que eles querem” – “Negro Limitado”), a valorização do prazer e do dinheiro (valores em voga na modernidade). Esses são valores que, segundo o rapper, têm corrompido o sujeito chamado. O que busca o capitalismo (amparado pelo

⁶⁹ Fragmento do texto musicado “Júri Racional”.

poder jurídico) senão garantir a propriedade privada e sua manutenção? Mas é importante afirmar que essa valorização do capital somente é usufruída por uma minoria privilegiada (a elite economicamente dominante, os incluídos), restando aos “irmãos” (os excluídos) brigar pelas “migalhas”, como denuncia o rapper em “Voz Ativa”.

De outro lado, observamos o discurso do urbano (da FD dominante), que visa administrar a cidade, tenta homogeneizar seus habitantes por meio da aplicação das leis, dos cálculos, do planejamento sobre o espaço urbano. A partir dessa homogeneização, as diferenças entre os sujeitos são ‘apagadas’, entendendo como ‘iguais’ todos os habitantes da cidade. Evita-se a heterogeneidade que “(...) poderia suscitar a dúvida e levar ao questionamento (...)” (Lagazzi, 1988:42), pois se busca governar os sujeitos, dirigi-los e deles extrair força máxima para a produção (fim último do Estado capitalista). Essa homogeneização, legitimada por “Todos são iguais perante a lei”, não considera as singularidades dos sujeitos, tornando-os “intercambiáveis” (idem, *ibidem*) e, portanto, anônimos, impedindo as diferenças (inerentes) entre os sujeitos.

Como afirmamos no início deste estudo, o rap é constituído de elementos lingüísticos e discursivos que perturbam a ordem imposta pela organização do jurídico, pelo discurso do urbano. As falas desorganizadas, a denúncia das desigualdades, do racismo, da violência, o uso de palavras comuns para relatar cenas das quais o rapper é parte, já mencionados, são uma forma de perturbação da sobredeterminação que impera na cidade. Esses elementos lingüístico-discursivos perturbam porque rompem com a prescrição imposta de que só se poderia falar de um jeito a fim de não ter a fala estigmatizada ou ignorada, porque tratam do comum, do trivial sem evitá-lo e sem reduzi-lo à banalidade e porque, ao fazer isso, instauram novas formas de sentido na/da cidade.

O entendimento de cidade é construído a partir de uma ótica positivista que impede que a cidade se signifique por novas formas de relações sociais,

novos sentidos, já que, pelo ponto de vista da política de organização da cidade, tudo se dá previamente, por cálculos, por projeções. Como nos assegura Orlandi (2004a: 35) “Não restam espaços vazios na cidade, sua realidade estando toda ela preenchida pelo imaginário urbano”, pelo discurso do urbano (amparado pelas leis).

Assim, é válido mencionar novamente, a insistência no comum, o próprio emprego de palavras comuns é que realiza a transferência de sentidos, desfaz a hierarquia imposta pela FD do democratismo burguês *muitos* (eleitores) x *poucos* (eleitos). O dizer do rapper denuncia as desigualdades entre os sujeitos, o racismo, a violência (policial), descrevendo, em tom de uma conversa ‘confrontativa’, a sua participação na cena (hostil) e fazendo com que, conforme Orlandi (2004a, b), a cidade ‘respire’.

Entretanto, observamos que o discurso do rapper, por mais que contenha elementos que perturbem a ordem do discurso e a organização social, é atravessado por elementos da FD dominante. Há marcas do discurso jurídico na formulação do seu dizer.

Começamos a investigação desse vestígio do jurídico por observar a maneira pela qual a interpelação ao outro sujeito é feita. Como afirmamos, essa interpelação mostra-se de maneira semelhante à interpelação realizada pelo poder policial/jurídico “ei, você aí”. Apresenta um tom de investigação, de confronto: “Diga qual a sua origem, quem é você?” (“Negro Limitado”). Essa interpelação traz uma forma de controle muito semelhante àquela realizada pelo aparelho repressivo do Estado, descrito por Pêcheux (1988) como o aparelho que distribui-verifica-controla as identidades.

Isto quer dizer que a interpelação é realizada de forma a fazer com que o sujeito chamado se identifique às regras, aos hábitos da periferia, assumindo uma determinada ‘identidade’ e comportando-se, portanto, de uma forma aceitável para aquele grupo. A identidade não pode ser considerada, portanto, imanente ao sujeito, mas “(...) ela é resultado de processos de identificação a

partir do modo como o indivíduo é interpelado em sujeito e individualizado pelo Estado (pelas instituições)” (Orlandi, 2004a: 105).

Esta forma de interpelação está associada à outra característica da FD dominante que notamos no dizer do rapper, isto é, à forma pela qual o juridismo da periferia (regras, hábitos) ‘enquadra’ o sujeito. O enquadramento disciplinar, referido por Foucault (1996a), possui certa semelhança com o enquadramento realizado na periferia, uma vez que busca, assim como na FD dominante, homogeneizar os sujeitos. Isto quer dizer que, se o sujeito não se ‘enquadra’ nas regras da periferia, não se comporta como os demais ‘irmãos’, ele merece a punição (“Mas se assim você quis, então terá que pagar!”, como em “Júri Racional”).

E de que modo o rapper realiza esse enquadramento? Por meio da mobilização dos dois universos discursivos do Bem e do Mal. Enquanto representantes do juridismo que vigora na periferia, esses dois universos antagônicos dão conta do que é permitido fazer e dizer e do que é proibido em uma situação discursiva dada.

De forma semelhante, observamos esse enquadramento disciplinar em nossa sociedade. Há regras, hábitos e costumes que regem nosso dia-a-dia e que, se transgredidos, levam-nos a uma punição por meio da aplicação das leis. Somos sujeitos-de-direito e, como tais, devemos obedecer a determinadas regras instituídas socialmente.

Da mesma forma, o sujeito chamado é parte de um grupo e, sendo assim, deve submeter-se às regras. O que determina um grupo enquanto grupo são os hábitos, os usos socialmente instituídos e sua inserção em uma determinada FD. Para Bourdieu (1996:100), instituir é “(...) o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser).” Dessa forma, observamos que o sujeito chamado, enquanto membro de um grupo (da periferia), é um sujeito de direitos e deveres, tal qual o sujeito da FD dominante.

O processo de interpelação produz o sujeito e este passa a se identificar com o grupo no qual está inserido. Passa, então, a se colocar sob as regras do grupo, assumindo o direito de ser e o dever de ser. Ao não cumprir com seus deveres, escolhendo o caminho do 'mal', ele está sob a possibilidade de uma punição, realizada pela injunção do discurso jurídico 'Todo aquele que X, então Y'. Segundo Lagazzi (1988), essa injunção torna possível a intercambiabilidade do sujeito ('todo aquele que') e simula a 'justiça', que manteria a igualdade entre todos sujeitos ("iguais perante a lei").

A punição funcionaria como uma espécie de conseqüência de uma conduta considerada 'errada' (contra o juridismo instituído pelo grupo). De acordo com o discurso jurídico, a transgressão de uma lei (regra) fará com que o sujeito receba o devido castigo (a pena, a punição). O que observamos é esse mesmo princípio agindo no dizer do rapper. Ou seja, o sujeito é interpelado (em tom de confronto) para que se identifique às regras e modifique sua conduta desviante dos padrões do grupo da periferia. No entanto, nenhum dos textos em questão apresenta o sujeito chamado de forma inteira, uma vez que o rapper não menciona a sua identificação às normas do grupo. Assim, o que observamos no último texto musicado é o 'julgamento' do sujeito chamado, considerado 'culpado' por agir em convivência com os sujeitos da raça branca.

Outro vestígio do jurídico que observamos no discurso do rapper está no funcionamento discursivo da negação polêmica. Consideremos dois enunciados dos textos musicados "Voz Ativa" e de "Júri Racional" respectivamente:

Eu não sou racista/ Mas meu ponto de vista é que/ esse é o Brasil que eles querem que exista/ Evoluído e bonito, mas sem negro no destaque.

Eu quero é nos devolver o valor que a outra raça tirou/ Esse é meu ponto de vista. Não sou racista, morou?

Indursky (1990) define a negação polêmica como a relação polêmica que se estabelece entre duas posições de sujeitos que representam duas FDs antagônicas. Assim, é preciso que duas FDs sejam mobilizadas e estejam representadas no confronto de duas posições de sujeito antagônicas para que haja a negação polêmica.

Nos dois enunciados acima, o rapper afirma não ser racista por meio de uma negação: "**Não** sou racista". No entanto, no primeiro enunciado, o operador discursivo "mas" atua como uma forma de justificação de uma possível atitude de racismo em relação aos sujeitos da FD dominante. Para entendermos melhor o funcionamento da negação polêmica nesse enunciado, poderíamos parafraseá-lo do seguinte modo: "Sou racista, porque esse é o Brasil que eles (os brancos) querem que exista: um país bonito, evoluído e sem a participação dos negros."

O segundo enunciado acusa a raça branca ("a outra raça") de ter "roubado o valor" (a auto-estima, a possibilidade de uma participação maior na sociedade, possivelmente) da raça negra. Essa acusação também funcionaria, ao nosso ver, como uma justificação da atitude racista do rapper, uma vez que "roubar" é entendido enquanto um elemento atuante no universo discursivo do Mal (onde estaria a minoria, os eleitos e também a corrupção).

O que observamos, nos dois enunciados, são duas posições de sujeito em conflito devido a duas FDs antagônicas. A FD da periferia permite ao sujeito dizer que é racista, uma vez que situa a FD dominante no universo discursivo do Mal, conforme visto anteriormente, e legitima a atitude de antagonismo do rapper em relação aos "eleitos". No entanto, também observamos a presença da FD dominante regulando o que o rapper pode ou não dizer. Assim, ele enuncia "**Não** sou racista" ao invés de "Sou racista", uma vez que, o funcionamento do discurso jurídico (da FD dominante) fundamenta-se na máxima "Todos são iguais perante a lei", coibindo, a princípio, a discriminação dos sujeitos por meio de sua cor. Essa coibição também se daria pelo fato de

que a FD dominante estaria apoiada na idéia da democracia (racial, social), já mencionada.

Assim, observamos que, por meio da negação polêmica, duas FDs antagônicas, a da periferia e a dominante, regulam a formulação do dizer do rapper, estabelecendo o que pode e o que não pode ser dito e apontando para o funcionamento do jurídico no caso da FD dominante.

Além disso, em uma sociedade cuja organização está baseada na hierarquia de poderes entre os sujeitos, notamos que o grupo da periferia também possui uma organização, de certa forma, semelhante a essa hierarquia. Ela é observada, primeiramente, quando o rapper fala em nome de um grupo, o que revela que ele tem as qualidades necessárias para falar em nome de outros sujeitos (goza de uma posição diferente dos demais). Em segundo lugar, a posição-sujeito ocupada pelo rapper lhe garante o poder de julgar um outro sujeito de seu grupo. Devemos considerar que aquele que julga está, necessariamente, em posição superior àquele que é julgado.

Do mesmo modo, na FD dominante, a organização do jurídico confere a determinados sujeitos (os incluídos, os detentores do saber) o poder de formular regras, uma vez que são eles os autores de textos jurídicos que regularizarão a vida dos sujeitos de uma forma geral. Além disso, são eles também os autores e agentes de políticas públicas que administram a cidade, políticas estas homogeneizantes da vida social da cidade.

Devido a essas políticas de administração da cidade e a conseqüente homogeneização de seus sujeitos, os discursos hegemônicos, que impõem como parâmetro de 'normalidade' a cor branca, o masculino, a heterossexualidade, tornam-se inevitáveis. Observamos a classificação dos sujeitos a partir de uma divisão binária (Foucault, 1996a; Pêcheux, 1997) que qualifica o sujeito como louco-não louco, perigoso-inofensivo, normal-anormal, e pelo método da determinação coercitiva, da repartição diferencial, que determina quem é ele, onde deve estar, como reconhecê-lo, etc.

Essa divisão binária é realizada pelo aparelho repressivo do Estado e por seus aparelhos ideológicos (escola, prisão, etc.) por meio da aplicação das leis, com a finalidade de livrar a cidade dos possíveis ‘perigos’ de sujeitos que possam perturbar sua organização.

Observamos que a estratégia discursiva utilizada pelo rapper para ameaçar e tentar convencer o sujeito chamado a adotar uma dada atitude é perpassada por essa divisão binária. Os dois universos discursivos do bem e do mal, além de serem eles mesmos representantes do juridismo que ocorre na periferia e uma espécie de coerção (o que se pode e o que não se pode fazer), também fornecem uma classificação dos sujeitos enquanto do universo discursivo do Bem: o sujeito negro, morador da periferia, de atitude consciente e contra a FD dominante; e do universo discursivo do Mal: todos aqueles sujeitos brancos da FD dominante e aqueles que a eles são coniventes (os “malandros”).

Não haveria na distinção desses dois universos mobilizados uma divisão binária? Não ocorreria a classificação dos sujeitos enquanto perigosos (brancos, mulheres, policiais) e inofensivos (os sujeitos negros vítimas da FD dominante)? A própria organização da cidade (amparada pelo discurso político e jurídico) não busca vigiar (realizando a divisão binária dos sujeitos) e punir os sujeitos de condutas descritas como ‘perniciosas’ ou ‘ameaçadoras’?

A punição, consequência última de uma infração a uma lei, surge no último texto musicado. É em “Júri Racional” que podemos observar também um vestígio mais intenso da FD dominante por meio do discurso jurídico. O texto apresenta o ‘julgamento’ do sujeito chamado por este ter desobedecido às regras do grupo.

Você está no júri racional e será julgado, otário/ por ter jogado no time contrário/ (...) Por unanimidade, o júri deste tribunal declara a ação procedente/ E considera o réu culpado/ Por ignorar a luta dos antepassados negros/ Por menosprezar a cultura negra milenar/ Por humilhar e ridicularizar os demais

irmãos/ Sendo instrumento voluntário do inimigo racista/ Caso encerrado.

O texto musicado tem fim com o enunciado “caso encerrado” e, sonoramente, uma martelada, tal qual fosse um julgamento em uma corte, com todo um ritual já conhecido e instituído, põe fim à cena discursiva. O sujeito chamado passa pela última instância de controle e de distribuição-verificação das identidades, realizada pelo sujeito enunciador (semelhante ao aparelho repressivo do Estado). A divisão binária o exclui de uma participação em sua comunidade devido à sua não identificação às normas do grupo.

HIP-HOP E AS TRIBOS URBANAS

A fim de concluir nosso trabalho, pensamos na questão das tribos urbanas na sociedade (pós-) moderna, muito abordada por Michel Maffesoli, sociólogo francês contemporâneo, em sua obra “A Transfiguração do Político: a Tribalização do Mundo” (1997). Levando-se em consideração nossas análises sobre o funcionamento do jurídico na formulação do dizer do rapper, não entendemos o Hip-Hop como uma ‘tribo’. Para que possamos dar conta do entendimento deste fenômeno, é necessário que abordemos o conceito de tribalização (Maffesoli, 1997) e que consideremos o Hip-Hop sob uma perspectiva discursiva.

Segundo Maffesoli (1997), o período que corresponde à Pós-Modernidade é caracterizado pelo fim do período Moderno, época dos racionalismos extremos (*ergo cogitos*), da ordem em detrimento da paixão e dos sentimentos coletivos (origem das revoltas e revoluções), período das burocracias, da preocupação com a regularidade na cidade (a regulação administrativa, o Estado), uma época em que o político reduz-se aos interesses econômicos.

A Pós-Modernidade, de acordo com Maffesoli (1997: 267) veria, então, ressurgirem valores entendidos como arcaicos: “(...) particularismos locais, ênfase espacial, religiosidade, sincretismo, culto do corpo, etnicidade, narcisismo de grupo, cujo denominador comum é bem a dimensão comunitária.” Dessa forma, o político transfigura-se, isto é, o político “universal, normativo, racional e contratual cede lugar ao *doméstico*, no que este tem de particular, de libertário, de imaginário e de afetual.” (idem, p.268).

Afeto. Este é o enunciado a partir do qual organizar-se-ão as ‘novas’ sociedades em uma época que o autor entende como ‘negação dos racionalismos extremos’, frutos do período moderno. O afeto é o responsável pela agregação dos sujeitos, agregação esta que tem por objetivo único um ‘estar-junto’ contemplativo. Dito de outra forma, “mais do que uma ação sobre o

mundo, prevalece uma forma de contemplação do mundo”, da emoção partilhada. É a cultura do sentimento, que se contrapõe à cultura da razão. (Maffesoli, 1997: 268).

O caráter individual do sujeito é substituído por uma vontade de estar-junto coletivo. Pratica-se uma “*socialidade sem utilidade ou sem finalidade, um estar-junto em estado puro*” (Maffesoli, 1997: 152). Desenvolve-se um interesse pelo que está próximo, pela vida cotidiana, sem nenhum interesse objetivo.

Este interesse pela vida cotidiana, comum, prosaica apresenta semelhanças com nossa idéia, já mencionada, acerca de uma das características lingüístico-discursiva do rap. Isto é, o discurso do rapper traz à tona o comum, o banal; ele trabalha o espaço em que habitam os sujeitos da periferia estando colado à cena discursiva, sem tomar distância. Na narrativa urbana, “(...) o político entra pelo estereótipo e se dispersa em sentidos inusitados” (Orlandi, 2001a: 200), ou seja, o político normativo, regulador da vida social, racional é estereotipado (ou transfigurado, nos termos Maffesoli) e se dispersa em sentidos em que se torna possível trabalhar o comum, praticar o espaço dos sujeitos da periferia, atingir o real da cidade.

A tribalização ocorre, segundo Maffesoli (1997: 154), por meio de ritos, ou seja, “condensação da energia que revigora o corpo social, (re)põe o tônus que um ativismo demasiadamente exterior o fizera perder”, a união de pequenos, médios ou grandes grupos é realizada. O rito é ainda a base do comportamento tribal, pois “constitui o próprio fundamento da memória coletiva e serve de cimento às representações comuns” (idem, p. 156). Além do rito, a vida cotidiana – costumes, hábitos, memória coletiva – encarregar-se-ia de fornecer o último elemento para possibilitar a vida tribal. O hábito dá a “carne” ao sentimento experimentado na participação de um grupo (idem, p. 157). Finalmente, o autor afirma que o rito favorece o desencadeamento das paixões, que pode ser para o bem ou para o mal. A função principal do rito é “suscitar entre seus membros a paixão” pelo próprio grupo, pela própria tribo (idem, p. 157).

Esta última colocação de Maffesoli acerca dos ritos nos é bastante pertinente, uma vez que também entendemos o movimento Hip-Hop como um movimento que busca a agregação dos sujeitos da periferia da mesma forma que procura construir uma visão favorável da negritude, reforçando a autoestima e procurando resgatar a história (memória) dos antepassados negros. Assim, percebemos que o sentimento de paixão que a todos os membros unifica pode ser encontrado no grupo de Hip-Hop, agindo de forma bastante intensa.

Todavia, nosso ponto de desacordo com a teoria da tribalização está na maneira que Maffesoli entende as próprias tribos, afirmando que o sentimento de estar-junto, de contemplar o mundo por uma vontade do sujeito de entregar-se ao outro é o objetivo único da união dos grupos em tribos. Nosso entendimento do movimento Hip-Hop não está baseado apenas na vontade de os sujeitos da periferia agruparem-se para compartilhar sentimentos. Como observamos nos enunciados que analisamos, há, sim, sentimento de união, de rememoração dos antepassados, de suscitar um sentimento de orgulho pela negritude. Porém, os vestígios da FD, que denominamos de FD dominante, por meio da interpelação (em “tom confrontativo”), da divisão binária, do ‘enquadramento disciplinar’ realizados pelo rapper – típicos do aparelho repressivo do Estado – não podem ser entendidos por nós como uma simples vontade de estar junto, hipótese que dispensaria mecanismos de poder como a ameaça e a coerção.

A formulação do dizer do rapper faz emergir sentidos que corresponderiam à FD dominante, baseada nos racionalismos lógicos (em uma lógica binária não há lugar para a interpretação) que procuram ‘enquadrar’ o sujeito de uma maneira que se possa identificá-lo, vigiá-lo e aplicar sobre ele as sanções próprias a um determinado ‘desvio’ de conduta.

De nosso ponto de vista discursivo, entendemos que as estratégias lingüístico-discursivas presentes na FD dominante são usadas também pelo

rapper para fazer com que o sujeito chamado identifique-se ao juridismo, isto é, às normas (de conduta, de moral) do grupo.

Assim, entendemos que o conceito de tribalização, isto é, uma vontade de estar-junto a partir de um gesto contemplativo do mundo, não pode ser tomado por nós de modo simples. Antes, temos de remetê-lo a um entendimento discursivo. Este entendimento pressupõe a consideração das condições de produção do discurso do rapper, as diferentes FDs que atravessam a formulação de seu dizer, o ódio aos 'eleitos' e os modos de coerção para fazer com que o sujeito chamado identifique-se às normas de seu grupo. Por meio dessas características, como já afirmamos, não entendemos que os grupos de Hip-Hop apenas reverberem uma vontade de estar junto, mas, antes, observamos os vestígios da FD dominante na formulação de seu dizer. É por meio destes vestígios, concluímos, que o discurso do rapper assemelha-se, em muitos momentos, àquele da FD dominante, em que está o aparelho repressivo do Estado, distribuindo, verificando e controlando as identidades dos sujeitos, realizando a divisão binária e enquadrando-os de modo a promover a homogeneização entre eles, tal qual o discurso jurídico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 2. ed. Tradução de Walter José Evangelista & Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985.

ANSCHAU, L. D. *O Consumo da Cultura: mídia e movimento Hip-Hop em Santa Maria*. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social. Habilitação Jornalismo). – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades(s) Enunciativa(s). Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. (19). Campinas, Unicamp, jul/dez. 1990.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 3. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUMAN, Z. *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama & Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak & Maria Luísa Néri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer*. Trad. Sérgio Miceli (et al.). São Paulo: USP, 1996.

CALDEIRA, T. P. R. Fortified Enclaves. The New Urban Segregation. *Public Culture*. Chicago: The University of Chicago, 1996.

_____. *The city of walls – crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Tese [Doutorado em Sociologia]. University of California, Berkeley, 1992.

CANTARINO, Carolina. Reivindicação por reparação caracteriza movimento negro contemporâneo. In: *Revista Comciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Edição de novembro de 2003. disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/02.shtml>> Acesso em 17 jul de 2004.

CAPELLA, P. In: prefácio da obra *Cidade Atravessada : Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano* Eni Pulcinelli Orlandi. Editora Pontes, 2001, In: *Revista Comciência*, disponível em <<http://www.comciencia.br/200404/resenhas/framerese.htm>>. Acesso em 12 mai. de 2004.

CORTEN, A. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, F. & LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.) *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, Coleção Ensaio, vol. 12, 1999.

DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DO VALE, I. Yo! In: *Super Interessante*. Editora Abril, ed. 209, janeiro de 2005, p. 66-73.

ETHUR, L. *O dizer e a censura: o sujeito-intelectual cala, o sujeito-conselheiro canta*. 1999. 126 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFSM, Santa Maria, 1999.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade – curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 14. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1996a.
- _____. *A Ordem do Discurso*. 3. ed. Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996b.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. *A Língua Inatingível*. Trad. Bethânia Mariani & Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- GONÇALVES, J. *Corpos Trespasados por Cidades*. RUA, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP, nº 8, março 2002.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. & ORLANDI, E. Unidade e Dispersão – uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI E. et al. *Sujeito e Texto*. Cadernos PUC, São Paulo: UNICAMP, 1988.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Unicamp, 1992.
- HERSCHMANN, M. *O Funk e o Hip-Hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IANNI, O. Metáforas da Globalização. In: ____, LAJOLO, Marisa, ORLANDI, E. (Org.) *Sociedade e Linguagem*. Campinas, SP: 1997.
- _____. *Teorias da Globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. A Questão Racial. In: *Comciência* – Revista Eletrônica de Jornalismo científico, nov. de 2003, disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/11.shtml>>. Acesso em: 06 abr. 2004.
- INDURSKY, F. O Entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In *Revista da ANPOLL*, nº 12, São Paulo, Jan/jun. 2002.
- _____. Polêmica e Denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. (19). Campinas, Unicamp, jul/dez. 1990.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- LEANDRO FERREIRA, M. C. (coord) *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- _____. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- LYOTARD, J-F. *O Pós-Moderno*. Tradução de Ricardo Correa Barbosa. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1986.
- MAGALHÃES, B. & AMARAL, V. B. O discurso na modernidade: força e limite da posição de sujeito. In: *Revista da ANPOLL*, nº 11, São Paulo, jul/dez 2001.
- MAFFESOLI, M. *A Transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

NETTO, J. A. Dos Racionais aos Emocionais Emecis: um olhar marginal da relação música, favela e dinheiro. In: *Revista Espaço Acadêmico* Ano III – Nº 27 – Agosto/2003 – Mensal ISSN 1519.6186. Disponível em

<http://www.espacoacademico.com.br/027/27cnetto.htm#_ftnref2>. Acesso em: 08 mai. 2004.

ORLANDI, E P. *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004a.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2004b.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. Tralhas e Troços: o Flagrante Urbano. In: ____ *Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Campinas: Pontes, 2001b.

_____. Tendências e Posições. In: *ABRALIN*, nº 21, junho de 1997.

_____. A Incompletude do Sujeito – e quando o outro somos nós? In: ORLANDI E. et al. *Sujeito e Texto*. Cadernos PUC, São Paulo: UNICAMP, 1988, p. 9-16.

_____. *A Linguagem e seu Funcionamento – as formas do discurso*. 2ª ed. ver. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORTIZ, E. *O povo fala e fala: o discurso do samba-enredo, d 1964/65 - 1989/90*. Porto Alegre: PUC/RS, 1995. 2v. (tese de doutoramento)

PAZ TELLA, M. A. Rap, Memória e Identidade. In: ANDRADE, E. N. (org) *Rap e Educação, Rap é Educação*. São Paulo: Summus, 1999.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1997a.

_____. Análise automática do discurso. In: Gadet, F. & Hak, T. (org) *Por uma análise automática do discurso – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Mariani, B. (et al.). 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b p. 61 - 161.

_____. *Semântica e Discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: editora da UNICAMP, 1988.

PIOVEZANI FILHO, C. *Língua, Corpo e Cidade: Liames entre dizer(se), mostrar(-se) e construir(-se)*. In: XIX ENAMPOLL, disponível no endereço <http://www.geocities.com/qt_ad/carlospiovezanifilho.doc> Acesso em: 18 jul. 2004.

SANTOS, L. H. S. 'Um preto mais clarinho...' ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, vol. 22, nº 2, Jul/Dez, 1997.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

SCHERER, A Um ensaio sobre o aprender e o ensinar na problemática da transferência do conhecimento. In: *Coleção Ensaios*. nº 2. 1999.

SILVA, J. C. G. *Rap na cidade de São Paulo: Música, Etnicidade e Experiência Urbana*. 1998, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. Arte e Educação: a experiência do movimento Hip-Hop paulistano. In: ANDRADE, E. N. (org) *Rap e Educação, Rap é Educação*. São Paulo: Summus, 1999.

SOUZA, L. A. F. Sociabilidade, Cultura e Violência no Espaço Urbano. Leituras e Reflexões. In: *RUA*, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP, número especial, julho 1999.

VOGT, C. Ações afirmativas e políticas de afirmação do negro no Brasil. In: *Comciência* – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Edição de novembro de 2003. <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/01.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2004.

_____. O Repto de Proteção. In: *Comciência* – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Edição de outubro de 2002. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/01.htm Acesso em: 2 set. 2004.

_____. As Cidades e os Muros. In: *Comciência* – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Edição de Março de 2002. <<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid01.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2004.

"Rap," *Microsoft® Encarta® 98 Encyclopedia*. © 1993-1997 Microsoft Corporation. All rights reserved.

REVISTA CAROS AMIGOS, disponível em <<http://carosamigos.terra.com.br/>> - edição de setembro de 2003. Acesso em: 07 out. 2003.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

Jornal *O Globo*, disponível em <<http://www.oglobo.com.br/arquivo/diversao/19980404/arte90.htm>> último acesso em 19 nov. 2003.

SITES DE HIP-HOP, disponíveis em <<http://www.hiphopbrasil.com.br/girias.html>>

<<http://www.artescoreograficas.hpg.ig.com.br/dichiphop.html>>

<<http://www.movimentohiphop1.hpg.ig.com.br/letras.htm>>

Último acesso em 02 mai. 2004.

ANEXOS

Voz Ativa

(1992)

Eu tenho algo a dizer
 E explicar pra você
 Mas não garanto porém
 Que engraçado eu serei dessa vez
 Para os manos daqui
 Para os manos de lá
 Se você se considera um negro
 Pra negro será MANO !!!
 Sei que problemas você tem demais
 E nem na rua não te deixam na sua
 Entre madames fodidas e os racistas
 fardados
 De cérebro atrofiado não te deixam em
 paz
 Todos eles com medo generalizam
 demais
 Dizem que os negros são todos iguais
 Você concorda...
 Se acomoda então, não se incomoda
 em ver
 Mesmo sabendo que é foda
 Prefere não se envolver
 Finge não ser você
 E eu pergunto por que ?
 Você prefere que o outro vá se foder.

Não quero ser o Mandela
 Apenas dar um exemplo
 Não sei se você me entende
 Mas eu lamento que
 Irmãos convivam com isso
 naturalmente
 Não proponho ódio, porém
 Acho incrível que o nosso compromisso
 Já esteja nesse nível
 Mas Racionais, existente nunca iguais
 Afrodinamicamente manter a nossa
 honra viva
 Sabedoria de rua
 O RAP mais expressiva(Heim...)
 A juventude negra agora tem a voz
 ativa(Pode crer)

Precisamos de um líder de crédito
 popular

Como Malcom X em outros tempos foi
 na América
 Que seja negro até os ossos, um dos
 nossos
 E reconstrua nosso orgulho que foi feito
 em destroços
 Nossos irmãos estão desnordeados
 Entre o prazer e o dinheiro
 desorientados
 Brigando por quase nada
 Migalhas, coisas banais
 Prestigiando a mentira
 As falas, desinformados demais

Chega de festejar a desvantagem
 E permitir que desgastem a nossa
 imagem
 Descendente negro atual meu nome é
 Brown
 Não sou complexado e tal
 Apenas Racional
 É a verdade mais pura
 Postura definitiva
 A juventude negra
 Agora tem voz ativa

Você gosta, (Scracthes..), gosta, gosta
 de Nós(Hum...)
 Somos Nós, Nós, Nós, Nós
 mesmos(Hum...)

Mais da metade do país é negra e se
 esquece
 Que tem acesso apenas ao resto que
 ele oferece
 Tão pouco para tanta gente
 Tanta gente
 Tanta gente na mão de tão pouco
 Pode crer
 Geração iludida, uma massa falida
 De informações distorcidas
 subtraídas da televisão

Fodidos estão sem nenhum propósito
 Diariamente assinando o seu atestado
 de óbito

Pô to cansado de toda essa merda que

eles mostram na televisão
 Todo dia mano...não agüento mais é
 foda mano...

Mas onde estão
 Meus semelhantes na TV
 Nossos irmãos
 Artistas negros de atitude e expressão
 Você se põe a perguntar por quê?
 Eu não sou racista
 Mas meu ponto de vista é que
 Esse é o Brasil que eles querem que
 exista
 Evoluído e bonito, mas sem negro no
 destaque
 Eles te mostram é um país que não
 existe
 Escondem nossa raiz
 Milhões de negros assistem
 Engraçado que de nós eles precisam
 Nosso dinheiro eles nunca discriminam
 Minha pergunta aqui fica
 Desses artistas tão famosos
 Qual você se identifica ?

Então, Lecy Brandão, Moisés da
 Rocha,
 Thaíde e Dj Hum, Ivo Meireles,
 Moleques de Rua e tal
 E da Zona leste de São Paulo Grupo
 DMN.
 Pode crer, é isso ai.

Nossos irmãos estão desnorteados
 Entre o prazer e o dinheiro
 desorientados
 Mulheres assumem a sua exploração
 Usando o termo mulata como profissão
 É mal...
 Modelos brancas no destaque
 As negras onde estão...Ham
 Desfilam no chão em segundo plano
 Pouco original mais comercial a cada
 ano
 O carnaval era a festa do povo
 Era...mas alguns negros se venderam
 de novo
 Brancos em cima negros em baixo
 Ainda é normal natural
 400 anos depois 1992 tudo igual

Bem-vindos ao Brasil colonial e tal
 Precisamos de nós mesmos essa é a
 questão
 DMN meus irmãos descrevem com
 perfeição então
 Gostarmos de nós, brigarmos por nós
 Acreditarmos mais em nós
 Independente de que os outros façam
 Tenho orgulho de mim, um rapper em
 ação
 Nós somos negros, sim, de sangue e
 coração
 Mano IceBlue me diz

Justiça é que nos motiva a minha a sua
 A nossa voz ativa

(Scracthes..)
 Racionais

Negro Limitado (1992)

(- Aí mano, cê tá dando febre, certo!
 - O que é que é mano?
 - Cê tem que ter consciência.
 - Que consciência que nada, negócio
 de negro, consciência não tá com
 nada, o negócio é tirar um barato,
 morô..!
 - Pô mano, vamos pensar um pouco.
 - Que pensar que nada, o negócio é
 dinheiro e tirar um onda..!)

Você não me escuta.
 Ou não entende o que eu falo.
 Procuro te dar um toque.
 E sou chamado de preto otário.
 Atrasado, revoltado.
 Pode crê.
 Estamos jogando com um baralho
 marcado.
 Não quero ser o mais certo.
 E, sim, o mano esperto.
 Não sei se você me entende.
 Mas eu distingo o errado do certo.
 (- Hei mano, você vai continuar com
 essa idéias? você tá me tirando? Dá
 licença...)

A verdade é que enquanto eu reparo meus erros.
 Você se quer admite os seus.
 Limitado é seu pensamento.
 Você mesmo quer.
 Falar sobre mulher, seu principal passatempo.
 O Don Juan das vagabundas, eu lamento
 Vive contando vantagem, se dizendo o tal.
 Mas, simplesmente, falta postura, QI suficiente.
 Me diga alguma coisa que ainda não sei.
 Malandros como você muitos finados contei.
 Não sabe se quer dizer.
 Veja só você, o número de cor do seu próprio RG!
 Então, príncipe dos burros, limitado.
 Nesse exato momento foi coroado.
 Diga qual a sua origem, quem é você!
 Você não sabe responder.
 Negro Limitado.
 (Scracthes..)
 (- Então, vocês que fazem o RAP aí, são cheios de ser professor, falar de drogas, polícia e tal, e aí, mostra uma saída, mostra um caminho e tal, e aí..?)

Cultura, educação, livros, escola.
 Crocodilagem demais.
 Vagabundas e drogas.
 A segunda opção é o caminho mais rápido.
 E fácil, a morte percorre a mesma estrada. É inevitável.
 Planejam nossa restrição.
 Esse é o título.
 Da nossa revolução, segundo versículo.
 Leia, se forme, se atualize, decore.
 Antes que os racistas otários fardados de cérebro atrofiado.
 Os seus miolos estourem e estará tudo acabado.
 Cuidado..!

O Boletim de Ocorrência com seu nome em algum livro.
 Em qualquer arquivo, em qualquer distrito.
 Caso encerrado, nada mais que isso.
 Um negro a menos contarão com satisfação.
 Porque é a nossa destruição que eles querem.
 Física e mentalmente, o mais que puderem.
 Você sabe do que estou falando.
 Não são um dia nem dois.
 São mais de 400 anos.
 Filho, é fácil qualquer um faz.
 Mas criá-los, não, você não é capaz.
 Ele nasce, cresce, e o que acontece?
 Sem referência a seguir, cê terá que ouvir.
 Um mau aluno na escola certamente ele será.
 Mais um menino confuso.
 No quarto escuro da ignorância.
 Se o futuro é das crianças..!
 Talvez um dia de você ele se orgulhará.
 Você tem duas saídas.
 Ter consciência, ou, se afogar na sua própria indiferença.
 Escolha o seu caminho:
 Ser um verdadeiro preto, puro e formado.
 Ou ser apenas mais um negro limitado.
 (Scracthes..)
 (- É, consciência, consciência, e os outros manos,
 você é consciente sozinho?)

Faça por você mesmo e não por mim.
 Mantenha distância de dinheiro fácil.
 De bebidas demais, policiais e coisas assim.
 Enfim, de modo eficaz.
 Racionais declaram guerra.
 Contra aqueles que querem ver os pretos na merda.
 E os manos que nos ouvem irão entender.
 Que a informação é uma grande arma.
 Mais poderosa que qualquer PT

carregada.
Roupas caras de etiqueta, não valem nada.
Se comparadas a uma mente articulada.
Contra um racista otário é química perfeita
Inteligência, e um cruzado de direita.
Será temido, e também respeitado.
Um preto digno, e não um negro limitado.
(Scracthes..)
(- Pode crê, tem tudo a ver, não é não..! Racionais, fio da navalha, pode contar comigo. É isso aí, valeu.)

Júri Racional
(1994)

Você não tem amor próprio, fulano!
Nos envergonha, pensa que é o maior.
Não passa de um sem vergonha, se ousar!
Ouse só definir sua personalidade.
Mas é inferioridade o que você sente no fundo.
Dá aos racistas imundos razões o bastante pra prosseguirem nos fodendo como antes.
Ovelha branca da raça, traidor!
Vendeu a alma ao inimigo, renegou sua cor!
Mas nosso júri é racional, não falha!
Por quê?
Não somos fãs de canalha!
Existe um velho ditado do cativo que diz:
que o negro sem orgulho é fraco e infeliz.
Como uma grande árvore que não tem raiz.
Mas se assim você quis, então terá que pagar!
Porém agora os playboys, querem mais é que se foda!
Você e a sua raça toda!
Eles nem pensam em te ajudar!
Então! Olhe pra você e lembre dos irmãos!

Com o sangue espalhado, fizeram muitas notícias!
Mortos na mão da polícia, fuzilados de bruços no chão.
Me causa raiva e indignação a sua indiferença quanto à nossa destruição!
Mas, o nosso júri é racional, não falha!
Não somos fã de canalha! (2x)

As vagabundas que você a vida toda elogiava,
Se divertem hoje, e riem da sua cara.
Aqueles vacas usufruíram, usaram do pouco que você tinha até a última gota!
No entanto, não há outra...
E agora?
Você foi desprezado, jogado fora!
Você não precisa delas!
Se existem negras tão belas, e pode ter as melhores,
Por que ficar com as piores?
Burguesas cadelas !
Mas nosso júri é racional, não falha!
Não somos fã de canalha! (2x)

"Aqui é o Mano Brown, descendente negro atual,
Você está no júri racional e será julgado, otário!
por ter jogado no time contrário.
O nosso júri é racional, não falha.
Não somos fã de canalha.
Prossiga, mano Edy Rock e tal."

Gosto de Nelson Mandela, admiro Spike Lee.
Zumbi, um grande herói, o maior daqui.
São importantes pra mim, mas você ri e dá as costas.
Então acho que sei da porra que você gosta:
Se vestir como playboy, freqüentar danceterias,
agradar as vagabundas, ver novela todo dia,
Que merda!
Se esse é seu ideal, é lamentável!
É bem provável que você se foda

muito,
 você se auto-destrói e também quer
 nos incluir.
 Porém, não quero, não vou, sou negro,
 não posso,
 não vou admitir!
 De que valem roupas caras, se não
 tem atitude?
 E o que vale a negritude, se não pô-la
 em prática?
 A principal tática, herança de nossa
 mãe África!
 A única coisa que não puderam roubar!
 Se soubessem o valor que a nossa
 raça tem,
 tingiam a palma da mão pra ser escura
 também!

Mas nosso júri é racional, não falha!
 Não somos fã de canalha!
 O nosso júri é racional, não falha!
 Não somos fã de canalha! (2x)

Eu quero é nos devolver o valor, que a
 outra raça tirou.
 Esse é meu ponto de vista. Não sou
 racista, morou?
 E se avisaram sua mente, muitos da
 nossa gente,
 mas você, infelizmente,
 sequer demonstra interesse em se
 libertar.

Essa é a questão: auto-valorização.
 Esse é o título da nossa revolução.
 Capítulo 1:
 O verdadeiro negro tem que ser capaz
 de remar contra a maré, contra
 qualquer sacrifício.
 Mas com você, é difícil: você só pensa
 no seu benefício.
 Desde o início, me mostram indícios
 que seus artifícios são vícios pouco
 originais,
 anormais, artificiais, embranquiçados
 demais.
 Ovelha branca da raça, traidor!
 Vendeu a alma ao inimigo, renegou sua
 cor.
 Mas nosso júri é racional, não falha!
 Por quê? Não somos fã de canalha!

"Por unanimidade,
 o júri deste tribunal declara a ação
 procedente.
 E considera o réu culpado
 Por ignorar a luta dos antepassados
 negros;
 Por menosprezar a cultura negra
 milenar;
 Por humilhar e ridicularizar os demais
 irmãos;
 Sendo instrumento voluntário do
 inimigo racista.
 Caso encerrado."